

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

BAIRROS RURAIS PAULISTAS: NOVAS TERRITORIALIDADES – O MUNICÍPIO DE
LEME (SP)

FERNANDA MARIA PADILHA

Orientador: Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira

Dissertação de Mestrado elaborada
junto ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia – Área de
Organização do Espaço – para
obtenção do título de Mestre em
Geografia.

Rio Claro (SP)
2009

910h.2 Padilha, Fernanda Maria
P123b Bairros rurais paulistas : novas territorialidades : o município de Leme (SP) / Fernanda Maria Padilha. - Rio Claro : [s.n.], 2009
135 f. : il., figs., tabs., fots., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira

1. Geografia rural. 2. Bairro rural. 3. Sitiente. 4. Caipira. 5. Festa religiosa popular. I. Título.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira
(Orientadora - Presidente)

Profa. Dra. Solange Therezinha de Lima Guimarães
(Membro – Titular)

Profa. Dra. Neusa de Fátima Mariano
(Membro – Titular)

Fernanda Maria Padilha
(mestranda)

Rio Claro, 04 de novembro de 2009.

Resultado: Aprovada

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar aqui registrados meus sinceros agradecimentos a algumas pessoas sem as quais não haveria a possibilidade de realização desse trabalho.

Primeiramente à Prof. Bernadete, presente desde o período a graduação, por confiar nas minhas idéias, pela orientação durante o processo, mas principalmente pela atenção e carinho que sempre me dedicou.

Ao Giba, companheiro de todas as horas, que sabe me entender, me incentivar e me amar, além de e apesar de...

Aos meus pais José Carlos e Isabel Padilha, à Flávia e Tiago, pessoas sempre presentes que nunca mediram esforços para que eu concretizasse meus objetivos, a quem devo muito do que sou e fiz até hoje. Vocês são imprescindíveis.

À Daniela Beato, por tudo...sem legenda para você minha querida! E à sua família, Léo, Gabi, etc., que me acolhem com tanto amor.

Aos queridos Ângela e Juliano, sempre comigo, mesmo distantes, obrigada pelo aprendizado e força. Aos amigos Mariana Picolomini, Mateus Magarotto, Leandro Rodrigues, Guilherme Reis, Guilherme Gonsales, Marcelo Pereira e Caroline Rios, pelo auxílio, incentivo, descontração, e carinho. Quero poder tê-los sempre por perto! Ao casal Caroline e Rafael Orsi, por todos os toques, carinho e atenção.

Aos amigos Andréa, Levi, Miguel, Nizete e Neto, novos companheiros nos novos objetivos. À Aline e Octaviano pela força e carinho.

Aos sitiantes da zona rural e à todas as pessoas entrevistadas, que me receberam sempre com muito carinho e que foram fundamentais para meu trabalho, em especial agradeço à Dona Lurdinha Tischer, João Baldin, Bel Parolim, Luisa Franco, Sr. Reinaldo e toda sua família.

À todos aqueles que me auxiliaram na coleta de informações, e que contribuíram das mais diversas maneiras para que eu pudesse finalizar esta etapa, com a certeza de que é somente mais uma, muito obrigada.

Finalmente, agradeço, sempre, a Deus...

RESUMO

Título: Bairros Rurais Paulistas: Novas Territorialidades – O município de Leme (SP).

Por meio deste estudo, pretendemos analisar quais as mudanças sócio-econômicas e culturais ocorridas nos bairros rurais do município de Leme-SP nos últimos 30 anos, tomando como base e referência para a análise os estudos sobre os bairros rurais paulistas realizados por Maria Isaura Pereira de Queiroz na década de 1960. Através da análise comparativa, buscou-se observar além das transformações, as formas de permanências ligadas ao modo de vida caipira presentes no espaço do bairro, na vida dos sítiantes, bem como nas formas de expressão cultural. Para tanto, dedicamos uma parte da pesquisa ao estudo de uma das festas religiosas populares realizada na zona rural do município, a Romaria dos Canoeiros.

Palavras chaves: Bairros Rurais, Festa Religiosa Popular, Sítiante, Caipira.

ABSTRACT

Title: Rural Districts in São Paulo : New Territoriality - The city of Leme (SP).

Through this study, we consider what are the socio-economic and cultural changes in the rural districts in the city of Leme-SP in the last 30 years, taking basis and reference the analysis that were made in the rural districts of São Paulo by Maria Isaura Pereira de Queiroz in the 1960s. Through comparative analysis, we attempted to look beyond the transformations and all the forms to stay connected to the rustic way of life in the lives of ranchers, as well as their forms of cultural expression. To closure, we dedicate part of the research to the study of popular religious festivals held in the rural municipality municipality, the Pilgrimage of Canoeists.

Key words: Rural Neighborhoods, Popular Religious Festival, Farmer, Yokel.

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	8
1. CAPÍTULO 1: TRABALHANDO COM ALGUNS CONCEITOS.....	21
2. CAPÍTULO 2: O BAIRRO RURAL.....	32
2.1. O bairro rural na visão da população local.....	36
3. CAPÍTULO 3: O MUNICÍPIO DE LEME E OS BAIRROS RURAIS: CONTEXTUALIZAÇÕES.....	43
4. 4. BAIRROS RURAIS NO MUNICÍPIO DE LEME: NOVAS EXPRESSÕES, NOVAS TERRITORIALIDADES.....	62
5. CAPÍTULO 5: A ROMARIA DOS CANOEIROS: REFLEXO DE PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES.....	84
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
7. REFERÊNCIAS.....	113
8. ANEXOS	
8.1. Anexo 1: Esboço de calendário cultural reunindo atividades tradicionais da zona rural do município.....	119-121
8.2. Texto sobre a história de Carlos Baldin, um dos fundadores do bairro Taquari.....	122
8.3. Cópias de fotos antigas retratando diferentes pessoas e momentos dos Bairros Taquari e Taquari Ponte.....	123-125
8.4. Cópias de algumas declarações de aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).....	126-134
8.5. Mapa localizando o município de Leme, os bairros rurais Taquari, Ibicatu e Taquari Ponte, bem como o trajeto dos canoieiros durante a Festa Romaria dos Canoieiros.....	135

INTRODUÇÃO

Como sabemos desde a década de 1950, nosso país vem sofrendo significativas mudanças econômicas. Os constantes investimentos para fortalecimento da industrialização e mecanização da agricultura, a atuação das multinacionais, transformaram a economia do país, as relações sociais e a configuração do espaço geográfico brasileiro. A globalização da sociedade e da economia gera a mundialização do espaço geográfico carregando-o de novo significado (SANTOS, 1996, p. 27 apud AMIN, 1980, p. 226). Dessa forma, é de interesse da Geografia a compreensão desses novos significados e das formas que eles assumem, bem como perceber as formas de permanências de significados pretéritos, e como esses elementos, significados e formas se relacionam no espaço. O conceito de espaço pode ser considerado complexo, sendo amplamente discutido ao longo da história até os dias atuais. No que diz respeito aos conceitos que entendemos pertinentes para a realização dessa pesquisa, buscando melhor compreender e caracterizar o espaço do meio rural no município de Leme e as transformações nele ocorridas, vamos nos valer da seguinte reflexão realizada por Santos (1996) sobre o espaço:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas da geografia, o resultado de uma interação entre homem e natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. [...] O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto

de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. (SANTOS, 1996, p. 26 -27).

No espaço vivido, produzido, exprime-se uma gama de sentimentos, valores, relações socialmente definidas que irão caracterizar aquele lugar segundo a percepção do humano que ali está se articulando. Isso poderá modificar ou manter determinada paisagem de acordo com os objetivos e modo de vida daquele determinado grupo social.

Nesse sentido, cabe aqui a utilização de outro conceito muito discutido atualmente na Geografia, o conceito de territorialidade, pois engloba elementos essenciais no estudo de um lugar e da sociedade que compõe aquele lugar. Conforme reflete Albagli (2004) a noção de territorialidade foi incorporada pelas ciências humanas e sociais a partir da compreensão de que os comportamentos humanos devem ser analisados também em sua dimensão espacial (ALBAGLI, 2004, p.28):

O conceito de territorialidade refere-se, então, às relações entre um indivíduo ou um grupo social e seu meio de referência manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade de grupo ou comunidade. (ALBAGLI, 2004, p.28).

O conceito de territorialidade traz para análise a questão do sentimento de pertencimento, do modo de agir num determinado espaço geográfico, da regulação de interações sociais e de identidade de grupo, fundamentais quando se pretende analisar um determinado espaço social num período de tempo. Justifica-se dessa forma nossa opção pela utilização deste termo no título do trabalho. De que maneira os bairros rurais no município de Leme poderiam se configurar como novas territorialidades? Essa seria uma realidade do local a ser estudado?

É, portanto, buscando entender a atual configuração do espaço geográfico do município de Leme, mais especificamente o espaço do meio rural, que este trabalho tem como principal objetivo identificar mudanças mais significativas, sócio-econômicas e culturais ocorridas em bairros rurais do interior paulista nos últimos 30 anos tomando como exemplo os bairros rurais Taquari numa análise mais detalhada, Taquari Ponte e Ibicatu no Município de Leme-SP.

Intentamos aqui, analisar a forma pela qual essas mudanças têm influenciado o modo de vida local, as relações sociais, o cotidiano, assim como as manifestações religiosas e culturais, e a festa da Romaria dos Canoeiros uma das formas de expressão religiosa popular do município que ocorre anualmente nesses bairros.

Como podemos caracterizar o meio rural e o homem do campo no município de Leme, atualmente? Os bairros existentes na zona rural deste município do interior de São Paulo, localizado próximo a importantes centros tecnológicos, podem ainda hoje, ser considerados bairros rurais, como foi analisado por Queiroz (1973)? Que elementos os definiriam dessa maneira? Seriam as relações sociais e as manifestações religiosas populares os principais elementos para esta definição? Nos últimos trinta anos, as mudanças ocorridas na sociedade sejam elas de ordem econômicas ou sociais modificaram a vida do homem do campo? De que maneira o meio rural e as manifestações religiosas do homem do campo expressam essas modificações? Essas são questões que nos fizemos para direcionar os objetivos e ações para a realização desta pesquisa.

Nossa abordagem vai ao encontro, em certa medida, às mudanças metodológicas trazidas para o estudo de agricultura dentro da Geografia, intensificadas na década de 1980, mais ligadas a uma análise social que foi tão negligenciada pelos geógrafos na década de 1970 e que posteriormente retorna de maneira expressiva. Tal linha de pesquisa tem como influência as abordagens trazidas pela Geografia Crítica ou Radical, como coloca Ferreira (2002).

Esse período médio de 30 anos foi escolhido por ter sido este o período de maiores modificações na região influenciado pelo modelo de economia nacional da época. Além disso, há pouco mais de 30 anos atrás, a pesquisadora Maria Isaura Pereira de Queiroz realizou um detalhado estudo no Bairro Taquari identificando

características importantes daquele tipo de bairro rural no final da década de 1960, início dos anos de 1970, elaborando definições de bairros rurais até então não abordadas e apontando como não adequada uma generalização de conceituação destes bairros. Sua pesquisa não somente instigou-nos a realização dessa pesquisa como também serviu-nos de base para comparação.

Dessa forma, justifica-se a realização desse trabalho, no que diz respeito ao estudo de bairros rurais num município do interior paulista pela necessidade de se compreender como elementos sociais, culturais e econômicos têm se configurado atualmente, cerca de três décadas depois desses primeiros e importantes estudos realizados.

Quanto à opção de realizar este estudo analisando entre outros pontos relacionados ao meio rural, uma manifestação religiosa que envolve os bairros rurais em questão que é a Romaria dos Canoeiros, tal proposta justifica-se pelas palavras de Carlos Rodrigues Brandão, em seu trabalho intitulado como “Os Deuses do Povo: um estudo sobre a religião popular”:

Talvez, a melhor maneira de se compreender a cultura popular seja estudar a religião. Ali ela aparece viva e multiforme e, mais do que em outros setores de produção, de modos sociais da vida e dos seus símbolos ela existe em franco estado de luta acesa, ora por sobrevivência, ora por autonomia, em meio a enfrentamentos profanos e sagrados entre o domínio erudito dos dominantes e o domínio popular dos subalternos (BRANDÃO, 1986, p.15).

E completa:

A religião dá nome às coisas e torna, até mesmo o incrível possível e legítimo. Para os efeitos da vida, ela pretende sempre envolver o repertório mais abrangente das questões e fazer as respostas mais essenciais, de acordo com interesses políticos, mas também de acordo com os medos e as esperanças das mais diversas categorias de pessoas. [...] Qualquer pesquisador das formas populares de cultura e dos modos subalternos de vida sabe que ali quase não há esferas de uma e de outros que não estejam envolvidas pelos valores do sagrado. (BRANDÃO, 1986, p.16-17).

Além da importância de se estudar a religião para a compreensão do modo de vida no meio rural, a Romaria dos Canoeiros começa a ser realizada no mesmo

contexto histórico em que Maria Isaura Pereira de Queiroz apresenta os resultados de sua pesquisa. Sendo assim, essa festa religiosa popular poderá fornecer subsídios para a compreensão das mudanças que vêm ocorrendo nos bairros rurais, econômicas, social e culturalmente diante das mudanças na sociedade como um todo e da expansão urbana. É através da religião que o homem muitas vezes, manifesta suas crenças, valores e formas de relações, como observa Brandão (1986).

Talvez este trabalho ainda tenha algum interesse para os que acham que a reforma das condições de vida do homem brasileiro do campo não deve ser baseada apenas em enunciados políticos, ou em investigações especializadas economicamente e agrônomicamente, mas também no estudo de sua cultura e sociabilidade. (BRANDÃO, 1986, p. 14).

Buscamos permear todo o trabalho, no que diz respeito a seu cunho metodológico, no método comparativo, por acreditamos ser a comparação de elementos (dados, relatos, textos, imagens) em determinados períodos históricos, fundamental no caso de um estudo que pretende avaliar as transformações econômicas, sociais e até espaciais através do tempo.

Esta pesquisa apresenta caráter qualitativo na medida em que não é pretensão aqui apresentar conclusões fechadas ou definitivas. Conforme Goldenberg (1998), na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória, etc.

Para a análise, utilizamos dados quantitativos e qualitativos. Entretanto, maior relevância foi dada para a coleta e interpretação dos dados qualitativos, como relatos, imagens, registro de observações. Os dados quantitativos foram utilizados mais no sentido de complementar as conclusões e observações realizadas.

Em relação à caracterização dos dados qualitativos e a melhor maneira de se trabalhar com estes dados, Goldenberg (1998) analisa que:

Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos. Estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a

ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los. Não existindo regras precisas e passos a serem seguidos, o bom resultados da pesquisa depende da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador (GOLDENBERG, 1998, p. 53)

Não podemos excluir em pesquisa qualitativa o caráter subjetivo presente em suas etapas vinculado à participação do observador, do pesquisador. Weber, citado por Goldenberg (1998), acredita que:

O principal interesse da ciência social é o comportamento significativo dos indivíduos engajados na ação social, ou seja, o comportamento ao qual os indivíduos agregam significados considerando o comportamento de outros indivíduos. Os cientistas sociais, que pesquisam os significados das ações sociais de outros indivíduos e deles próprios, são sujeitos e objetos de suas pesquisas. (GOLDENBERG, 1998, p. 19).

Oliveira (1998), também faz referência à importância da participação do observador. Para a autora a pesquisa se revela no momento em que o observador entra em cena, fazendo parte dela. Esse encontro estabelece laços entre observador-observado, cuja interação pode ser mais forte ou não, dependendo do seu nível de participação dentro do grupo.

Concordamos com a autora quando esta explica que é elementar a compreensão de que a definição do objeto se completa no processo de pesquisa, não somente quando colocamos nossas hipóteses e objetivos e nem somente quando fazemos a análise dos dados, apontando a importância do “meio do caminho” para o pesquisador.

Apesar de levarmos em consideração a importância do papel do observador durante uma pesquisa, não podemos cair no viés, muito comum, de perder totalmente a objetividade, nem de querer tornar o processo de pesquisa e análise, estritamente objetivo. É importante que se busque um certo equilíbrio entre essas duas questões. Sobre esta problemática, Goldenberg (1998) coloca que:

O pesquisador deve buscar o que Pierre Bourdieu chama de objetivação: o esforço controlado de conter a subjetividade. Trata-se de um esforço porque não é possível realizá-lo plenamente, mas é essencial conservar-se esta meta para não fazer do objeto construído um objeto inventado [...]. O contexto da pesquisa, a orientação teórica, o momento sócio-

histórico, a personalidade do pesquisador, o ethos do pesquisado, influenciam o resultado da pesquisa. Quanto mais o pesquisador tem consciência de suas preferências pessoais, mais é capaz de evitar o bias, muito mais do que aquele que trabalha com a ilusão de ser orientado apenas por considerações científicas. (GOLDENBERG, 1998, p. 45).

Além do caráter qualitativo, a pesquisa apresenta-se como uma proposta de estudo de caso, pois procura delimitar o objeto de estudo para facilitar a coleta de dados e aprofundar a compreensão da temática proposta, realizando desta forma um estudo de caso. Sobre o estudo de caso Goldenberg (1998) explica que:

O estudo de caso não é uma técnica específica, mas sim uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, como objetivo de compreendê-los em seus próprios termos. O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de aprender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística (GOLDENBERG, 1998, p.33).

É importante esclarecer aqui que embora tenhamos tomado como referência aspectos da pesquisa participante, extraímos dela para fundamentar nossa prática e teoria metodológica apenas aquilo que nos era pertinente.

Para aprofundar o embasamento teórico e enriquecer nossa base para análise dos dados encontrados, realizamos visita técnica ao Centro de Estudos Rurais (CERU) e à Biblioteca Florestan Fernandes, ambos situados na Universidade de São Paulo onde foi realizada pesquisa bibliográfica acerca do tema da pesquisa. No CERU encontra-se vasto acervo da pesquisadora Maria Isaura Pereira de Queiroz, bem como acervo de vários outros autores importantes ligados a estudos sobre o meio rural.

No processo de coleta de dados realizamos visitas técnicas à Secretaria de Planejamento do município de Leme, onde nos foi fornecido cartas topográficas do município e algumas imagens e fotografias aéreas. Outro local visitado foi a Secretaria

de Agricultura do município com o objetivo de conseguir alguns dados estatísticos sobre os bairros.

Além das visitas técnicas a essas secretarias buscamos dados quantitativos que se encontram também disponíveis na internet através de sites de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Os dados qualitativos que fazem parte desta pesquisa foram obtidos através da realização de visitas ao campo e entrevistas.

Foram realizadas cerca de dez visitas aos bairros possibilitando o registro de imagens, coletas de imagens antigas, registro de informações e observações fundamentais para a análise. As primeiras visitas tiveram um caráter mais informal de observação e de estreitamento dos laços com a população local. Essas conversas iniciais possibilitaram uma visão mais aguçada para a realização das entrevistas num segundo momento através de registros escritos e uso de gravador. O município de Leme não possui de forma muito organizada na biblioteca da cidade acervos documentais sobre os bairros, as histórias dos bairros, sobre as festas populares, sendo, portanto de grande valia o material colhido durante as visitas aos bairros.

Para se obter sucesso durante o processo de realização de entrevistas, procuramos levar em consideração alguns critérios essenciais que Goldenberg coloca como sendo “algumas qualidades” que o pesquisador deve possuir. Seriam estas:

Interesse real e respeito pelos seus pesquisadores, flexibilidade e criatividade para explorar novos problemas em sua pesquisa, capacidade de demonstrar compreensão e simpatia por eles, sensibilidade para saber o momento de encerrar uma entrevista, e, principalmente [...], disposição para ficar calado e ouvir (GOLDENBERG, 1998, p. 57).

Deve-se também, tomar cuidado com a certeza de conhecer completamente o objeto deixando-se levar pela intuição.

Outro ponto importante a se considerar, é que como nenhum pesquisador tem condições para produzir um conhecimento completo da realidade, diferentes abordagens de pesquisa podem projetar luz sobre diferentes questões. Como aponta Goldenberg (1998) é o conjunto de diferentes pontos de vista, e diferentes maneiras de

coletar e analisar dados qualitativa e quantitativamente que permite uma idéia mais ampla e inteligível da complexidade de um problema.

Sobre a realização de entrevistas, a autora enfatiza ser necessário que o pesquisador conheça muito bem o tema a ser estudado para que entrevistas ou questionários sirvam como instrumentos para se conseguir respostas que o pesquisador não conseguiria com outros instrumentos.

Para a realização das entrevistas, buscamos formular questões que pudessem orientar a fala dos entrevistados, sem, contudo, interferir na espontaneidade dos comentários, nem conduzir as respostas para conclusões esperadas, mas que de certa forma, obtivessem do entrevistados informações mais precisas sobre o que necessitávamos conhecer, dado o conhecimento prévio que tínhamos sobre o tema.

Sobre isso Queiroz (1991) explica que numa coleta de dados através de entrevistas existem três rumos distintos a seguir que são, de maneira bem geral: entrevista rigorosamente orientada, entrevista com roteiro ou semi-orientada e entrevista realmente livre. Neste trabalho, procurou-se pautar o roteiro de questões de acordo com a idéia de entrevistas com roteiro ou semi-orientadas. Para a autora:

Na entrevista com roteiro, o conhecimento anterior sobre os problemas a serem resolvidos pode ser menor, ou então o pesquisador deseja ao mesmo tempo ter conhecimento de como o informante conduz seu discurso. Deixa-lhe por isso um certo grau de liberdade, trazendo-o novamente aos problemas todas vezes que percebe uma divagação para rumos totalmente diversos; trata-se, pois de dosar as intervenções. Por outro lado, também neste caso o pesquisador segue um caminho pré-determinado, e suas intervenções são no sentido de impor este caminho ao informante. (QUEIROZ, 1991, p.58).

Foi nesse sentido que buscamos desenvolver as entrevistas, com roteiros semi-orientados, deixando o entrevistado livre para expor seus comentários sem, contudo perder de vista o que se pretendia investigar. Entretanto, temos consciência de que em alguns casos tivemos que realizar uma entrevista mais direcionada fugindo um pouco do caminho que pretendíamos seguir. De qualquer forma, os resultados obtidos durante

as entrevistas foram muito satisfatórias e todo o processo de coleta de dados foi muito enriquecedor para o desenvolvimento da pesquisa.

Questionamentos como os citados abaixo de uma maneira geral faziam parte de nosso roteiro de perguntas durante a realização das entrevistas, embora muitas vezes não tenham sido feitos de forma tão direta. Podemos dividir as perguntas em blocos diferentes segundo o que pretendíamos investigar. Um primeiro bloco de questões mais voltadas ao lugar, à percepção do entrevistados com relação ao espaço do bairro rural:

- Como você considera esse lugar?
- O que ele é para você segundo sua perspectiva?
- Que elementos presentes no lugar te levam a ter tal idéia a respeito desse lugar?
- Este lugar pode ser considerado um bairro rural?
- Quais elementos o caracterizariam como um bairro rural?
- Existem diferenças entre um bairro rural e um bairro da cidade?
- Se existem, quais são elas?
- Você observa que nos últimos 30 anos houve muita mudança no meio rural e nos bairros rurais?
- Quais as mudanças percebidas nos últimos trinta anos no meio rural e nos bairros rurais?
- Por que isso pode ter ocorrido?

Outro bloco de perguntas voltadas ao trabalho, à produção do sitiante:

- O que você produz?
- Qual o tamanho de sua propriedade?
- De onde vem a maior parte da renda da família do sitiante?
- Para que é utilizado o dinheiro que se obtém através do trabalho na lavoura?
- De onde e como tira o sustento da família?
- Quais são os subsídios utilizados na produção?
- Como é a relação de parentesco nos bairros?
- Como são as relações dentro da família do sitiante?
- Os filhos ainda trabalham na terra?
- Quais as culturas mais cultivadas?

- Houve mudanças significativas?
- Como acontece o trabalho na terra nas pequenas propriedades atualmente?
- Há trabalhadores temporários?
- Para onde os pequenos produtores vendem sua produção?
- Os sítiantes produzem para o próprio consumo?

E um terceiro bloco relacionado à Romaria dos Canoeiros:

- Você participa das festas religiosas que acontecem nos bairros? E da romaria dos Canoeiros?

- Qual o motivo em participar da Festa Romaria dos Canoeiros?
- O que mais gosta da Festa?
- Como conheceu a Festa?
- Há quanto tempo costuma participar e de forma participa da festa?
- Possui alguma relação com a parte religiosa da festa?
- Percebe alguma transformação que ocorreu ou está ocorrendo na Festa?
- Por que acha que essas mudanças acontecem?
- Se acontecem, essas mudanças são positivas ou negativas?
- Conhece a gênese da Festa?

Foram realizadas cerca de 20 entrevistas com agricultores, moradores da zona rural, moradores da zona urbana que já residiram na zona rural ou que possuem alguma relação com esta, participantes da festa da Romaria dos Canoeiros.

Entendemos, assim como Queiroz (1991) que a quantidade de entrevistas é sem dúvidas pequena, diante da complexidade do objeto. A autora, comentando Durkheim (1963) analisa que o inventário dos fatos é algo de inesgotável [...]; é sempre necessário efetuar cortes na realidade e, para tal, escolher critérios que, na quantidade infinita dos dados, estabeleçam pontos de referência eficazes, permitindo balisar as observações. (QUEIROZ, 1991, p. 66).

Adotamos como critério, entrevistar aquelas pessoas que segundo a finalidade de nossa pesquisa pudessem fornecer o maior número de elementos devido sua experiência de vida ou sua forma de participação na festa e/ou na vida do bairro rural,

sua relação com o meio rural, etc., reduzindo dessa forma o número de entrevistas, mas sem prejudicar a obtenção das informações necessárias para a análise.

Para tanto, a relação muito próxima que sempre tive com o local a ser estudado foi de extrema importância nesse processo. Eu diria até que foi uma de minhas maiores motivações para a realização da pesquisa. Tentar entender o meio em que cresci e de onde trago muito do que sou, pois embora tenha nascido e crescido na área urbana do município, minha relação com o meio rural foi sempre muito próxima foi sem dúvida, um dos pontos de partida para a realização desta pesquisa, vontade que surge bem antes do ingresso na pós-graduação.

A maioria das entrevistas foi realizada utilizando-se da técnica do gravador, pois, assim como também conclui Queiroz (1991), pareceu-nos que a técnica mais adequada seria a da entrevista com gravador já que este mecanismo permite apanhar com fidelidade os monólogos dos informantes, ou o diálogo entre informante e pesquisador, guardando-os em seguida por longo tempo, isto é, por todo tempo em que a fita se mantiver intacta (QUEIROZ, 1991, p. 56).

Acompanhamos a Romaria dos Canoeiros durante três anos consecutivos observando e registrando por meio de imagens todas as etapas da festa. Procuramos conversar e realizar entrevistas com diferentes atores dessa festa: organizadores, idealizadores, participantes que tinham relação religiosa com a festa, participantes sem nenhuma relação com o local ou com esta manifestação religiosa, comerciantes, a fim de obtermos uma variada gama de visões que pudessem contribuir de maneira significativa para a composição das comparações.

Nesse sentido procurou-se organizar os resultados da pesquisa em diferentes etapas: primeiramente uma breve revisão conceitual de alguns termos como bairro rural, sitiante, caipira, camponês, relacionados ao estudo do meio rural, trabalhando desta forma, com as bases teóricas para a análise.

Posteriormente entendemos ser necessária uma análise geral da área de estudo, apontando algumas características físicas, históricas, sociais e culturais da região, pertinentes na realização das comparações.

Em seguida uma descrição mais detalhada dos bairros, através de dados, relatos, observações realizadas no campo bem como a comparação histórica das informações coletadas.

Finalizando, trabalharemos mais especificamente com a questão da festa, Romaria dos Canoeiros, pois pretendemos entender se, e como, esta manifestação religiosa popular pode servir de cenário para ilustrar o quadro das mudanças ocorridas nos últimos anos nos bairros rurais do município de Leme.

1. CAPÍTULO 1: O MEIO RURAL: TRABALHANDO COM ALGUNS CONCEITOS.

As cidades do interior paulista, em geral, bem como o município de Leme, mantém ou mantiveram fortes relações com o meio rural e suas formas de representação. Ter sua formação ligada à produção agropecuária é algo muito comum entre os municípios. Muitos deles ainda têm no setor primário, a base de suas relações econômicas, como é o caso do município de Leme.

Entretanto, cada lugar, cada meio rural apresenta especificidades ligadas principalmente às formas de agricultura encontradas vinculadas na maioria das vezes às condições históricas de sua formação.

Neste capítulo, pretendemos retomar alguns conceitos e suas diferentes abordagens pertinentes ao estudo do meio rural em geral, buscando, quando possível, relacionar à realidade de nosso objeto de estudo.

Iniciamos a retomada de conceitos com definições a cerca da agricultura familiar e camponesa. Na caracterização dessas duas definições, questões como a função e condição da terra, o tipo de trabalho nela realizado, que atores trabalham a terra e de que maneira realizam este trabalho, quem são os envolvidos no processo produtivo, quem “lida com a terra” e quem apenas faz dela sua morada, o tempo de produção, o processo de comercialização, o envolvimento com o mercado, a relação do produtor com a natureza, entre outras, devem ser analisadas e discutidas para que alguns pontos sejam esclarecidos. Não podemos apenas, em geografia, analisar, observar um determinado espaço do meio rural e determiná-lo como espaço de produção familiar, sem antes retomar algumas questões fundamentais, como estas apontadas acima.

Como citado na parte introdutória do trabalho, o surgimento e desenvolvimento do modo capitalista de produção trazem muitas mudanças significativas. Apesar de o capitalismo deteriorar as relações pré-capitalistas de produção, nota-se, segundo Silva (1980) a permanência do campesinato. Para este autor a produção camponesa irá caracterizar-se através de três características fundamentais: a família como unidade de produção; parte da produção ser destinada à subsistência e parte da posse dos instrumentos pertencer ao produtor. A agricultura camponesa na visão do autor se configura através de uma máxima analisada pela teoria do valor: o alto valor dos produtos seria em virtude da grande quantidade de trabalho, pouca técnica e baixa produtividade. Essa realidade levaria a um contínuo endividamento e conseqüente expropriação do pequeno produtor, que acabaria sempre ficando com as terras menos férteis.

Para ele, a condição secundária dos pequenos agricultores teria origem no período colonial, em que, devido à produção açucareira, a distribuição das terras ocorria de forma desigual, ficando as grandes e melhores porções de terras nas mãos dos grandes proprietários. A distribuição (sesmarias) obedecia na maioria das vezes, aos interesses europeus, e, portanto, a população livre da colônia passou a viver à margem daquela sociedade que mantinha relações diretas com a coroa. Dessa população marginalizada, surgem os pequenos agricultores que apesar de ocuparem posição secundária na sociedade colonial, se tornam os responsáveis pelo abastecimento de alimentos, já que nos grandes latifúndios, a preocupação era com a monocultura e produção para o mercado externo (SILVA, 1980).

Com o fim do regime de sesmarias em meados do século XIX, há a reafirmação da grande propriedade bem como da subordinação da economia brasileira ao capital e aos grandes proprietários. Até mesmo a pequena produção passa a ser determinada pelo capital comercial, pela acumulação e pela exploração todo processo de desconcentração de terras é sempre seguido por movimentos de reconcentração para garantir a rentabilidade do capital. Esse processo histórico da agricultura brasileira fundamenta a realidade de que no Brasil o desenvolvimento do capitalismo foi sempre concentrador de terra e “o pobre do campo garante a reprodução do pobre da cidade” (SILVA, 1980).

Sobre a questão da desigualdade de classes inclusive na agricultura sempre presentes no Brasil citar também Linhares (1981):

Estudar a economia de subsistência através de sua evolução no tempo e no espaço - expansão e retração de áreas e cultivos, sua demografia, a organização do trabalho, o regime de posse e uso da terra e as técnicas - seria revelar a face oculta do Brasil, sempre escondida por detrás da casa grande (por vezes, da senzala), do ouro das Gerais, do café ou outro produto-rei, dos coronéis do sertão, que é revelado, quando o é, para ressaltar a minoria do que é dominante com enfoque sobre seu atraso (LINHARES, 1981, p.119)

Não somente a evolução do sistema capitalista traz transformações na agricultura, mas também o processo de desenvolvimento tecnológico provoca mudanças estruturais e das relações no meio agrícola.

Segundo Silva (1999) a tecnologia passa a atuar interna e externamente na unidade produtiva. Entretanto, o padrão orientado para expansão do complexo agroindustrial não foi totalmente absorvido pelos pequenos produtores.

O autor considera que no Brasil a pequena produção sempre está subordinada a alguma esfera da sociedade e classifica a pequena produção em três grupos segundo esse processo de subordinação:

- a) Formas subordinadas ao proprietário fundiário (através do pagamento da renda em dinheiro ou produção ou trabalho na terra)
- b) Formas subordinadas ao capital comercial (através do financiamento, dos juros, etc).
- c) Formas subordinadas à agroindústria e cooperativas capitalistas (subordinação à assistência técnica, venda de mão de obra, etc).

Obedecendo a fatores ditados pelo mercado capitalista, que têm seus objetivos na obtenção do lucro e na apropriação da renda da terra, a pequena produção de alimentos arca com o ônus de uma produção a "baixos custos" (do ponto de vista do investimento capitalista) e que oferece produtos à "baixos preços" (para o produtor), permitindo um alto grau de exploração, que vai desde o intermediário local [atacadista] a indústria (OLIVEIRA, 1998).

Com relação ao uso de tecnologias pelos pequenos produtores, o autor analisa que no processo de modernização da agricultura, a pequena produção tende a absorver as tecnologias físico-químicas, por serem mais acessíveis financeiramente, em detrimento das tecnologias mecânicas.

Isso levaria o pequeno produtor a mudar suas relações de produção e de trabalho, passando a reduzir seu papel enquanto produtor, pois não tem condições de manter os gastos com a produção, e passa a ser “ofertante” de mão-de-obra, aumentando o trabalho assalariado e diminuindo o tempo do trabalho familiar, camponês. O ideal seria, segundo Silva (1999), portanto, que se fizesse uma adequação das tecnologias existentes às condições camponesas, ou então que se criassem tecnologias adequadas aos camponeses e suas condições. Isso significa realizar uma política de preços adequada, créditos com taxas diferenciadas, comercialização da produção para manutenção da concorrência (SILVA, 1999).

O autor analisa que o futuro do campesinato corresponderia a uma “hibridização” do familiar com o capital. O camponês passaria à categoria de pequeno capitalista e a agricultura familiar eficiente seria aquela mais relacionada a idéia de “empresa familiar” (SILVA, 1999).

As terminologias expostas pelos autores citados acima apontam para as modificações que a figura do camponês, do produtor familiar, vem sofrendo devido à influência inevitável do mercado e seus novos meios de produção, indicando inclusive, a descaracterização da figura do camponês em alguns aspectos e a incorporação de outras características a este.

Analisando outra tendência de raciocínio, de cunho marxista, podemos encontrar idéias diferenciadas a esse respeito. Kautsky (1980), em seu clássico intitulado “A questão Agrária”, analisa que o capitalismo impera mais não é o único modo de produção. Para ele existem resíduos das formas sociais pré-capitalistas. Os camponeses seriam classes intermediárias entre classes antagonistas: classe capitalista e classe proletária.

Para o autor, a agricultura não se desenvolve segundo o mesmo processo da indústria, mas também não pode ser analisada de forma isolada porque faz parte de um progresso conjunto. Orienta que para se compreender a questão agrária segundo o

método usado por Marx, por exemplo, deve-se pesquisar como o capital se apodera da agricultura revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e propriedade, criando necessidades de novas formas (KAUTSKY, 1980).

Nessa mesma vertente, temos as contribuições do próprio Marx com relação à propriedade, elemento importante na análise do meio rural. Este autor esclarece que o modo capitalista de produção suscita a dissolução da propriedade privada dos meios de produção. As relações de produção de uso imediato seriam extintas. O camponês refletiria segundo Marx, uma forma pré-capitalista de produção (MARX, 1977).

Outro ponto relevante é a relação do produtor com a propriedade, com a terra. O trabalho na terra é caracterizado pela unidade básica que define o trabalho camponês segundo alguns autores. A família, nesse sentido, desempenharia papel fundamental constituindo-se uma unidade de produção e consumo. Ao grupo doméstico cabe: o controle dos meios de produção; a divisão do trabalho (tarefas); a decisão sobre o que plantar e seu destino (autonomia da produção) e garantir a reprodução física e social desse grupo [família nuclear ou extensa] (MOURA, 1986, p.54).

A família é ponto central em torno do qual se organiza a unidade de produção camponesa. As relações de trabalho articuladas no seio do grupo doméstico que envolve a casa, quintal, pomar, horta, galinheiro, chiqueiro, pasto e a roça, bem como as relações externas de cada unidade que passam por determinações das relações familiares, principalmente da força de trabalho disponível na família, como aponta Oliveira (1998).

Chayanov aborda essa questão em seus estudos tomando-a como a menor unidade de análise. O autor trabalha com a relação braços e bocas, trabalho e consumo. Segundo ele, para a caracterização de uma unidade como camponesa, a atividade agrícola deve sobressair à atividade assalariada e ao artesanato (CHAYANOV, 1974).

Nesse sentido, a maioria dos pequenos produtores sitiantes, no município de Leme analisados nesta pesquisa apresentaria características de unidades camponesas, pois os pequenos produtores que ainda resistem no meio rural do local estudado possuem a atividade agrícola como principal fonte de renda, mesmo que tenham adequado sua produção ao mercado.

Além disso, a idéia de flexibilidade do campesinato como forma de sobrevivência e reprodução dentro do capitalismo trabalhada por Chayanov aproxima sua concepção de camponês ao que podemos observar no caso do município de Leme:

Chayanov (1981 [1924] e 1974 [1925]) apresenta uma análise da estrutura interna do campesinato que auxilia no estabelecimento do conceito de camponês. O autor afirma que, embora o modo de produção capitalista seja predominante, ele não é o único, sendo o campesinato um importante modo de produção não-capitalista. O autor deixa claro que uma unidade de produção camponesa não é uma empresa capitalista, mas sim uma unidade onde se produz e consome familiarmente; é um sistema de produção não capitalista, portanto a produção não pode ser quantificada tal como na produção capitalista.

[...] A flexibilidade do campesinato, assim como definida por Chayanov, é o principal elemento que possibilita a sua sobrevivência e reprodução no interior do capitalismo. Esta flexibilidade, juntamente com o caráter familiar da mão-de-obra e a não objetivação do lucro como elemento principal, são as principais contribuições do trabalho de Chayanov que consideramos na nossa concepção de campesinato. Essas características, que acreditamos serem atribuidoras da importância social ao campesinato como forma de vida e produção, são consideradas negativas pelo paradigma do capitalismo agrário (GIRARDI, 2008).

Woortmann (1986), nos chama atenção para a questão do parentesco observando que a produção camponesa constitui a base sobre a qual operam as regras de parentesco, embora este não seja determinado pela produção, apenas operando sobre sua base. A produção também não é determinada pelo parentesco, mas ele desempenha um papel como que de uma linguagem que organiza o espaço social.

A análise de Lefebvre (1981) é muito pertinente a esse respeito:

Nas comunidades camponesas constatamos inicialmente a predominância dos laços de consangüinidade. No momento em que eles se dissolvem, são substituídos pelos laços de territorialidade, fundados na residência, na riqueza, na propriedade, no prestígio, na autoridade. Passamos assim do parentesco extenso à família restrita (com predominância masculina) e às relações de vizinhança.

Porém, a história da comunidade camponesa é ainda mais complexa do que faz supor esse esquema. Ela é submetida à pressão de modos de produção ulteriores, de instancias administrativas, fiscais, jurídicas e políticas. Ora ela cede; ora ela resiste; até sua dissolução pelo individualismo (fundado na concorrência, na economia mercantil, etc.), ela manifesta uma vitalidade surpreendente.”(LEFEBVRE, 1981, p.163).

Caracterizando mais especificamente o homem do campo através das variadas conceituações a seu respeito, podemos citar Ploeg (2006) que considera que termos como parentesco, religião e sustentabilidade são inerentes ao homem do campo.

Garcia (1983), faz uma diferenciação entre o pequeno proprietário, que seria aquele que dispõe de pequeno pedaço de terra para roçado, e o morador, aquele que é subordinado ao grande proprietário. A pequena produção se caracterizaria, portanto pelo cultivo das lavouras de subsistência, pelo uso da força familiar para cumprir tarefas agrícolas. O pequeno proprietário manteria relação com o grande proprietário, mas não estaria a ele subordinado. Já o morador mantém uma relação de sujeição e subordinação (GARCIA, 1983).

Abramovay (1992), analisando campesinato comenta que no mundo capitalista, o camponês pode ser no máximo um resquício cuja integração à economia de mercado significará fatalmente sua extinção. (ABRAMOVAY, 1992, p. 52).O autor acredita que:

[...] no capitalismo, a integração crescente dos camponeses ao mercado subverte os elementos constitutivos da produção familiar e elimina o balanço entre o trabalho e o consumo como fator determinante das decisões econômicas, que se concentram cada vez mais na agroindústria, seja ela capitalista ou cooperativa (ABRAMOVAY, 1992, p.77).

Ainda buscando caracterizar e conceituar o homem do campo em si, buscando bases que se adequassem de forma mais próxima à realidade encontrada no município de Leme, outras terminologias encontradas na literatura sócio-antropológica são bastante pertinentes. Um delas é a definição de sitiante elaborada por Muller (1951). A autora, analisando que talvez o melhor critério para se definir o sitiante seja o de considerar a opinião do próprio homem do campo a respeito entende este conceito como:

[...] todo pequeno produtor rural que, responsável pela lavoura trabalha direta e pessoalmente a terra com a ajuda de sua família e, ocasionalmente, de alguns empregados remunerados. [...] O que o caracteriza é mais a produção relativamente pequena, tanto assim que, em algumas regiões, é a plantação que serve como critério de classificação. (MULLER, 1951, p. 27-28).

A autora diferencia o sitiante de trabalhadores rurais assalariados e do empregado da seguinte maneira:

Além disso, ele [o sitiante] deve ser responsável pela lavoura. É ele quem resolve sobre os produtos a serem plantados, o tempo de cultivo e os métodos a empregar. Essas atribuições distinguem-no claramente, dos trabalhadores rurais assalariados (colonos, camaradas), que não têm nenhuma dessas funções; distinguem-no mesmo do empregado de plantações novas que, sem liberdade de ação no que diz respeito às suas próprias culturas de manutenção, é obrigado a formar as novas plantações de acordo com as cláusulas do contrato e, portanto, sujeito à fiscalização regular e direta do proprietário. (MULLER, 1951, p.28).

Algumas características expostas pela autora estão de acordo com observações que fizemos a respeito do sitiante no município de Leme e de como esse sitiante se percebe enquanto tal. No caso dos bairros rurais de Leme, o sitiante é também caracterizado como aquele que possui pequena propriedade de terra, produção relativamente pequena e é responsável pela lavoura no sentido de que é ele quem decide os produtos a serem plantados e sua forma de cultivo. O que vemos de diferente na definição apresentada por Muller é apenas a questão da ajuda familiar na lida com a terra. Este não parece ser um ponto relevante na definição do sitiante no município de Leme segundo o que pudemos notar. Entretanto, a condição do próprio sitiante lidar com a terra é, assim como na definição da autora citado acima, elemento essencial para se caracterizar o sitiante na localidade de estudo.

Sobre isso, Muller (1951) observa que:

Por trabalhar direta e pessoalmente a terra, e por fazê-lo com ajuda da família ou de alguns empregados assalariados, o sitiante distingue-se, de um lado do pequeno proprietário ausente e, de outro, do fazendeiro. No primeiro caso, se o pequeno proprietário não tem ligações diretas com a terra não é, pelo homem do campo, considerado como sitiante. Lembro-me de ter

perguntado se uma pessoa nessas condições cabia dentro do conceito de e a resposta foi: “não, ele é dono do sítio, mas não é sitiante, ele mora na cidade”. [...] A distinção com o fazendeiro [...] fica óbvia pelo fato de ele, em regra não trabalhar pessoalmente com a terra, ficando na simples posição de administrador, contando com muitos empregados assalariados. (MULLER, 1951, p.28).

A observação exposta por Muller é por nós compartilhada, já que notamos entre os sítiantes do município de Leme, bem como entre a população da cidade como um todo, a referência ao sitiante como aquele que trabalha na terra, que mora no “sítio”, seu local de morada e de onde se tira o sustento através da agricultura.

Entendemos, portanto para esta pesquisa, o homem do campo no município de Leme como o sitiante, pequeno produtor, dono de pequena propriedade de terra, que está ligado diretamente a ela e dela tira seu sustento e o sustento de sua família, ainda que esta não trabalhe diretamente na terra. A renda advinda de sua pequena produção vendida na maior parte das vezes à empresas agrícolas e usinas retorna para sua família, para manutenção das atividades da família. Embora adaptando sua vida e produção às novas características do mercado e da sociedade capitalista, o sitiante de Leme apresenta elementos do campesinato trabalhado por Chayanov (1974).

Outra idéia bastante interessante do sitiante é apresentada por Moura (1978), caracterizando a população rural de São João da Cristina (MG), em que o sitiante é entendido como aquele que possui o “sítio”, ou seja “é aquele que tem pouca terra”. Quem tem muita terra é “fazendeiro”. A partir dos estudos em São João da Cristina, a autora observa que para aquela população todos os sítiantes são “lavradores”. Lavrador é a categoria profissional pela qual se devem identificar nos documentos de cidadão pelo fato de desempenharem atividade de tipo rural. Lavrador não precisa ser proprietário de terra, sitiante sim.



Foto 1: Sitante tradicional residente em sua propriedade que fica próxima a um bairro rural. Nesta imagem, estão presentes elementos muito característicos do modo de vida caipira como o fogão a lenha, a casa simples. Nas características físicas do pequeno produtor, traços da descendência européia, muito comum entre os sitiantes mais tradicionais da zona rural de Leme em virtude da história da formação dos bairros rurais ligada à vinda de imigrantes. Fonte: PADILHA, J.C., arquivo pessoal, setembro de 2007.



Foto 2: Propriedade do pequeno produtor em detalhe na foto à esquerda. Entre os pequenos produtores mais tradicionais, os sitiantes como se intitulam, ainda residentes em suas propriedades é muito comum observarmos esse tipo de propriedade. Detalhes como a cerca de madeira, o quintal para a criação de galinhas, para horta, para o cultivo de plantas, são sempre presentes nesta paisagem. Ao fundo, área para criação de cavalo e vaca e um pequeno galpão para guardar as ferramentas que são utilizadas na lavoura. A água vem de poço artesiano e observa-se a existência de caixa d'água para armazenamento. Fonte: PADILHA, J.C., arquivo pessoal, novembro de 2007.

Não podemos deixar de citar a idéia do caipira, relacionado a figura do sitiante à sua forma de expressão cultural. Abdalla (2004) em sua pesquisa de iniciação científica realizada sob a orientação da Prof^a Dr^a Bernadete Ap. C. C. Oliveira, sobre as estratégias de sobrevivência da cultura caipira paulista frente a invasão do campo pela agroindústria analisando o caso dos sitiantes de Ipeúna (SP), considera que o caipira do interior de São Paulo tem em suas bases culturais, referências das matrizes culturais indígena, européia e negra, aparecendo como síntese de todas as nacionalidades e tradições as quais compartilhamos e acabamos por adquirir ao longo dos quinhentos anos de formação do povo brasileiro.

Compartilhamos da mesma idéia da autora quando esta, complementando seu raciocínio sobre o caipira, expressa a idéia da existência atualmente de um campesinato diferenciado, que incorpora técnicas e produtos do mundo urbano-industrial, mas guarda um tradicionalismo prático e simbólico do modo de vida rural,

realidade também observada no caso do município de Leme. Entendemos, portanto, que, de acordo com as características observadas sobre o homem do campo no município de Leme, a definição que mais se enquadra é a de sitiante, e por isso será essa a denominação que utilizaremos. Essas características serão expostas de maneira mais detalhada nos capítulos a seguir.

2. CAPÍTULO 2: O BAIRRO RURAL.

Em alguns municípios do interior de São Paulo podemos encontrar nos dias de hoje expressões territoriais de forte relação com o meio rural. São os chamados bairros rurais. Esses bairros apresentam características diferenciadas e específicas que foram e são estudadas por diferentes autores ao longo da história. Vejamos o que diz alguns deles nesse sentido.

Uma definição interessante foi a apresentada por Brandão (1995) durante estudos realizados na Região de Catuçaba, São Luis do Paraitinga (SP), é de bairro como sendo um lugar plenamente rural, não de áreas ainda “selvagens”, mas sim um lugar para onde converge o trabalho camponês.

Acabamos de ver que o bairro é visto como um lugar construído que emerge do sertão e é, portanto, uma espécie de meia conquista de cultura sobre a natureza. Por isso, enquanto até hoje as trilhas do sertão foram desbravadas e são percorridas apenas por sertanejos e caçadores, o bairro é o lugar que torna estável a cultura rural e, sobretudo, faculta que se torne comunitária a vida do sítio. (BRANDÃO, 1995, p. 159).

Já Antuniassi (1994) analisa que:

O bairro rural é considerado a unidade mínima de vida econômica em que as relações sociais encontram um ponto de referência. Trata-se de um grupo social formado de famílias que se dedicam ao mesmo tipo de trabalho e professam a mesma religião. As festas religiosas têm grande importância na sociabilidade do grupo. [...]. Assim entendido, o “bairro rural” não é estudado em si mesmo, mas como parte da sociedade global e, portanto, sofrendo os impactos dos processos de transformação da sociedade brasileira. (ANTUNIASSI, 1994, p.101).

Esta idéia exposta por esta autora evidencia a importância da sociabilidade na caracterização de um bairro rural, bem como a importância da religião como gênese muitas vezes dessa sociabilidade. Nos bairros pesquisados para este trabalho observou-se que realmente a sociabilidade entre as famílias através da religião é uma questão significativa sendo muito valorizada pelos membros dos bairros. Percebemos que mesmo existindo membros de outras religiões que não a católica (a religião predominante em todos eles), ou seja, que a totalidade do grupo professe a mesma religião conforme coloca a autora acima citada, as festas religiosas sempre ocuparam e ainda ocupam papel de destaque na caracterização cultural e social desses bairros.

Um dos trabalhos mais expressivos na caracterização e conceituação de bairros rurais é o de Antônio Cândido. Seu livro “Os parceiros do Rio Bonito”, resultado da tese de doutorado realizada na década de 1950, tem como principal área de estudo a Fazenda Bela Aliança, no município de Bofete (SP), antigo Rio Bonito. Cândido buscou compreender quais eram os problemas que o caipira vinha enfrentando na fase de transição econômica e cultural que se acentuava naquele contexto histórico, transição esta baseada principalmente nas modificações advindas do processo de industrialização na agricultura.

O autor inicia sua análise abordando o problema elementar da subsistência, dos níveis de vida e sociabilidade da cultura rústica do caipira. Procurou pautar suas conclusões nas relações sociais estabelecidas e hierarquia das mesmas, nas relações de trabalho e comércio, nas formas de configuração espacial, ou seja, nos tipos de povoamento, nas técnicas, usos e crenças, assim como nas formas de persistência do que ele, muito bem chamou de “civilização rústica”. Através dessa designação “civilização rústica”, posteriormente largamente utilizada por outros autores, o autor fugiu de uma delimitação muito regional admitindo que esta civilização constituía a antiga civilização formada no Brasil pelo contato dos portugueses com a nova terra, como coloca Queiroz (1973).

Procurando delimitar e caracterizar o bairro rural da maneira como ele se apresenta no interior paulista, Cândido (2001) elabora uma definição ligada à noção de “freguesia”, denominação encontrada nos documentos mais antigos. Para o autor, o bairro rural, segundo esta noção de freguesia, caracteriza-se como:

Grupos de vizinhança, estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas, pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. (CÂNDIDO, 2001, p. 81).

A partir de sua própria análise histórica confirma esta noção de bairro associada à freguesia citada acima complementando:

Nos velhos documentos paulistas, bairro sempre aparece como uma divisão administrativa de freguesia, que o é por sua vez da vila. Esta era sede de Câmara e paróquia e cabeça de todo o território, quase sempre vasto; a freguesia supunha um núcleo de habitação compacta e uma igreja provida de sacerdote, geralmente coadjutor do vigário da paróquia; o bairro era a divisão que abrangia os moradores esparsos, não raro com sua capelinha e às vezes cemitério. O território das vilas, repartidos em distritos, foi mais tarde, por sua vez, dividido em quarteirões, unidade que ora coincidia com o bairro, ora o incluía, mas de qualquer forma se baseava na sua existência. (CÂNDIDO, 2001, p. 82).

É interessante observar na citação acima que o bairro é apresentado como uma parte da vila, sendo a vila, concentradora das principais atividades. Percebe-se também, como característica relevante, a existência da paróquia na vila e de capelinhas nos bairros, demonstrando a importância da religião na cultura e na forma de organização dessa população.

Para o autor, a base territorial é elemento essencial na configuração dos bairros. Outro elemento importante abordado por Cândido é o sentimento de localidade:

Mas além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o sentimento de localidade existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer, o esqueleto topográfico. (CÂNDIDO, 2001, p.84).

Outro trabalho fundamental é o de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Em sua pesquisa, sobre os bairros rurais paulistas, a autora teve como objetivo primordial identificar como se organiza e como funciona de um modo geral a sociedade rural

paulista e também multiplicar os estudos, a fim de verificar primeiramente se os bairros rurais se apresentam sempre do mesmo tipo ou de tipos diversos para num segundo tempo e através de mais amplas verificações, determinar a viabilidade ou não de uma melhoria do gênero de vida do sitiante, implicando ou não em seu desaparecimento (QUEIROZ, 1973).

A autora acrescenta ser de grande importância considerar as relações de trabalho e sociais na definição de bairro rural, podendo-se deixar para segundo plano a questão econômica.

Para Queiroz, o bairro rural:

é aquele cujos membros, estando à frente de empreendimentos rurais que guardam responsabilidade (...), desenvolvem entre si relações de trabalho expressa na ajuda mútua, e conservam relações de vizinhança que se concretizam na participação em nível social e igualitário, das atividades quotidianas e festivas do grupo de localidade. (QUEIROZ, 1973, p. 49).

Ela acrescenta ainda, ao “sentimento de localidade” definido por Cândido, a igualdade de posição social entre as famílias, que rege as relações entre elas, a participação delas na vida da comunidade e as relações de trabalho. Assim, as “formas incipientes de desigualdade social são controladas e impedidas de se desenvolver, havendo para tal, uma série de mecanismos sociais” (QUEIROZ, 1973, p. 49).

Através dessa forma de análise Maria Isaura Pereira de Queiroz, passa a distinguir duas modalidades diferentes desse tipo de agrupamento social:

o bairro rural tradicional, que é composto de camponeses, ou melhor, cujos habitantes vivem num regime econômico primordialmente orientado para a subsistência; e o bairro rural moderno, que é composto de agricultores, isto é, cujos habitantes vivem num regime econômico orientado para a comercialização dos produtos agrícolas” (QUEIROZ, 1973, p. 53).

A autora aponta que apesar dessa diferença econômica as relações sociais básicas entre as famílias e os indivíduos são as mesmas.

É, a partir do estudo do bairro Taquari, no município de Leme, que a autora chega a essas duas definições de bairros rurais até então não abordadas colocando como não

adequada uma generalização dos mesmos já que existem algumas diferenças que devem ser também consideradas na análise.

Ela justifica que o bairro Taquari é definido como bairro rural, mas não mantém mais a economia de subsistência tradicional dos bairros caipiras e acrescenta que o processo de aculturação, marcado pela existência da civilização caipira não somente nos bairros rurais de civilização autóctone, mas também nos bairros cuja população é formada de descendentes de imigrantes que adotaram práticas folclóricas e elementos de nossa civilização tradicional (como é o caso do bairro Taquari), ainda não foi suficientemente estudado pelos pesquisadores (QUEIROZ, 1973).

Através dos estudos realizados nos bairros, percebemos que realmente não é economia de subsistência nos bairros do município de Leme que pode caracterizá-lo como rural, caipira, pois assim como já não os caracterizava na década de 1960, não os caracterizaria atualmente. Entretanto, concordamos que o processo de aculturação não foi suficientemente estudado sendo possível de observar atualmente, expressões da cultura e dos costumes caipiras nesses bairros.

2.1. O Bairro Rural na visão da população local.

Buscando compreender como a população local tanto da zona urbana quanto da zona rural entendia o espaço considerado como um bairro rural e se esta população o via desta forma, realizamos algumas entrevistas que nos serviram de base para esta análise. Interessante observar nas falas das pessoas entrevistadas quando estas caracterizam o bairro rural e o comparam com um bairro da cidade, características comuns às características apresentadas pelos autores citados anteriormente na definição de bairro rural.

A questão do parentesco e do tamanho do bairro influenciando as relações das pessoas de forma diferente do que acontece em bairros urbanos é um dos pontos bastante citados pela população local como características de um bairro rural, pois a maioria das pessoas entrevistadas observa que no bairro rural as pessoas se conhecem, todas as famílias se conhecem e estabelecem entre si alguma forma de

relacionamento e muitas vezes até de parentesco, o que já não é observado no bairro urbano.

Outro ponto observado nas entrevistas é a questão da tranquilidade. Tanto as pessoas da zona urbana entrevistadas como as pessoas da zona rural entendem que o bairro rural é bem mais tranquilo que o bairro da zona urbana, sendo esta, portanto, uma característica evidente de um bairro rural, segundo a visão da população local. Vejamos as citações dos entrevistados abaixo:

Ah considero o bairro Taquari um bairro rural. Ah é um bairro porque vamo dizer assim, é um grupo de pessoas né, que mora aqui né, muito tranquilo graças a Deus. Começou há muitos anos atrás né, hoje melhorou muito mas tá faltando muita coisa ainda né, por ser pequeno e distante da cidade, mas até que melhorou bem. (A.B., 58 anos, sitiante, 2007).

[...] Não é tanto como da cidade [o bairro rural] né porque a cultura é diferente né. Eu...*bão*...eu nunca morei na cidade né, mas eu acho assim que é [diferente dos bairros da cidade] mais pela união do povo né, pelo conhecimento do povo que é um pouco né, mais tradicional né, pelo tempo que mora né, e é mais tranquilo aqui né. Meu portão *num* fica trancado né, a grade fica aberta (risos). Então ainda é bastante tranquilo. Mas assim, um bairro né, eu acho que do resto praticamente num tem diferença dum bairro da cidade né, é mais nesse ponto assim. [...] Ah mais pra turma que gosta de bocha [sobre o que as pessoas de outras de outros lugares vêm fazer no bairro rural] né, e as festas né, das duas padroeira né...aí mistura mai com o povo dos outros bairros. (J. B, 42 anos, sitiante, pequeno produtor, morador do bairro, 2007).

Ah, com certeza, ah sabe tudo né. As família se conhece tudo né, fica sabendo de tudo né, qualquer coisinha fica sabendo de tudo né. (risos) [sobre as relações bem próximas entre as famílias do bairro]. Ah mais ou menos [sobre se acontece confusão por conta dessa relação muito próxima]. Por aqui quando era pequeno também tudo mundo ficava sabendo né, qualquer pessoa que entrasse de fora você já sabia que num era de Leme. Hoje num dá pra decifrar muito as pessoas né, mas ainda hoje você vai num lugar, você olha assim e você fala essas pessoas não é de Leme, essas pessoas são de fora. Você já percebe que essas pessoas não é de Leme, como a gente faz muito tempo que mora aqui. Então da base da minha idade pra baixo você já conhece as

peessoas. (A.V., 43 anos, ex- morador da zona rural, mora na zona urbana há mais de 20 anos, 2007).

Sim [considera o bairro Ibicatu um bairro rural]. Porque aqui todos se conhecem, se consideram ou são parentes. Menos os moradores mais recentes que construíram chácaras.[...]. É a tranquilidade [sobre a diferença entre o bairro da cidade e o bairro rural]. (I. S., 47 anos, pequena proprietária rural e moradora do bairro rural Ibicatu desde que nasceu, 2007).

Para os entrevistados a infra-estrutura física e de serviços são características fundamentais na definição de um bairro rural. Geralmente associam o bairro rural a um espaço onde são oferecidos poucos serviços, um local menor, que ainda “não se desenvolveu”, segundo os moldes de desenvolvimento de uma cidade, por exemplo. Isso agrega a idéia de bairro rural, à idéia do rústico, do caipira, da noção de “freguesia”, de “vila”, trabalhada por Antonio Cândido, citada anteriormente.

Ah, porque a maioria já urbanizou [sobre a diferença entre o bairro da cidade e da zona rural] encanou água, é tudo urbanizado, é perímetro urbano né. Aqui no sítio é rural. Que nem o perímetro urbano ce [você] paga o IPTU, paga fossa e paga água. Aqui num pago água, a força é mai [mais] barata e o imposto também né. [...] Não cidade, cidade num é né [sobre o bairro rural Taquari] porque num tem posto de saúde, num tem, assim, delegacia, nem indústria. *Mai* [mas] ali é morada né, agrovila né, que dorme ali e vai no outro dia pro serviço. É uma vila que pertence a Leme, mai [mais] isolada assim da cidade né, do centro. [...] Na cidade já tem centro de saúde nos bairros, industria, aí só tem escola né, tem água encanada tudo mai [mas] é diferente né [sobre a diferença entre bairros da cidade e da zona rural]. (A. B., 58 anos, sitiante e morador na zona rural, 2007).

Eu acho que é uma vilinha ainda né, é uma vila [o bairro rural]. Eu acho que por ser pequeno né, por enquanto ainda tá começando a crescer né, mas eu acho que por ser pequeno né [pode se considerado uma vila]. Tem a igreja né também, as mercearias né, uma pracinha. (I. V., 45 anos, ex-moradora da zona urbana que já viveu na zona rural, 2007).

Sim [se considera o bairro Taquari como um bairro]. Porque tem igreja, mercado, é um bairrinho, uma vilinha. (M. A., 57 anos, moradora da zona urbana e já foi residente na zona rural, 2007).

O bairro lá é como se fosse uma outra cidade, uma cidadezinha, porque tem poucas casas, mercearia, pessoas andando de carroça, igreja, praça. O estilo de vida lá é diferente, eles tem uma cultura diferente, são mais tradicionais. (C. E. S., 27 anos, cozinheira, moradora da zona urbana e nunca residiu na zona rural, 2007).

Para mim, lá é como se fosse uma cidadezinha de interior que não se desenvolveu. Ainda tem bastante vegetação, árvores, coisas mais rústicas e simples. Uma característica marcante é a tranqüilidade. [...] A diferença entre um bairro da cidade e da zona urbana é que aqui na cidade tem lojas, mercado grande, agitação, hospital, transporte coletivo, etc. Lá não. Mas eles dão mais valor pra família e para religião. As famílias de lá são que mantêm a igreja, então tem como um sentimento de posse pelo que eu vejo das pessoas que conheço de lá. (C, M, P., 28 anos, professora, moradora da zona urbana e nunca residiu na zona rural, 2007).

Um dos entrevistados citou como diferencial do bairro rural a questão da posse da terra evidenciando uma visão de que a posse de terra, o poder de compra de uma propriedade parece ser mais fácil na zona rural do que na zona urbana. Para a população da zona urbana, os moradores da zona rural atualmente, em sua maioria, conseguem ter suas próprias casas ou terras, devido a heranças, às relações de parentesco, bem como possuem condições financeiras melhor que a população dos bairros da zona urbana, principalmente dos bairros mais periféricos em que o grande contingente populacional desses bairros é formado por uma classe menos abastada, em sua maior parte, migrantes nordestinos que se estabeleceram no município em busca de trabalho na zona rural e nem sempre adquirem poder de compra de propriedades.

Hum, a diferença assim é do pessoal né, porque lá é tudo assim mais gente que trabalha no sítio, é dona do sítio. Porque às vezes as pessoas moram aqui na vila da cidade, mas nem é dona, às vezes é aluguel. E lá cada um tem a sua

casinha, sua terrinha. (A. V, 43 anos, morador da zona urbana, pintor; já residiu na zona rural, 2007).

A partir desta breve descrição da visão da população local sobre os bairros situados na zona rural, das observações realizadas em campo, e dos conceitos teóricos estudados, podemos concluir que os bairros observados durante esta pesquisa (Taquari, Ibicatu e Taquari Ponte) podem sim ser considerados como bairros rurais, pois apresentam características físicas e culturais que os caracterizam dessa forma. Queiroz (1973) na década de 1960 observou que as transformações econômicas que vinham acontecendo nesse bairro, não alteravam as relações sociais e culturais daquela população. A autora entendia que:

Relações vicinais e relações de trabalho, no bairro rural modernizado do Taquari, continuam semelhantes às dos bairros tradicionais; tais relações se expressam na importância da ajuda mútua, do compadrio, das festas religiosas. Juntemos a este quadro a falta de estratificação social, a situação mais ou menos igualitária de proprietários e meeiros, que formam um dos caracteres marcantes dos bairros tradicionais e que continuam em plena vigência no Taquari, para podermos afirmar que estamos diante de um grupo social que se enquadra na definição de bairro rural, no que este apresenta de fundamental. Não se diga que o trabalho assalariado está começando a penetrar no bairro do Taquari e o torna diferente dos tradicionais [...]. (QUEIROZ, 1973, p. 48-49).

Atualmente é o que também observamos. O modo de vida caipira, tradicional, está presente nas casas, nas famílias, nas relações pessoais, nos costumes, ainda nos dias atuais. As relações entre as pessoas nesses bairros são mais próximas do que nos bairros da cidade, as famílias se conhecem, muitas são frutos ou ainda mantêm relação de compadrio, por exemplo, através do casamento como veremos mais adiante.

Sobre o casamento e descendência Woortmann (1995) observa que:

Em resumo, então, a descendência é fundamental para que se entenda a reprodução camponesa; a *casa*, ou o *sítio* se perpetuam através de princípios de sucessão. [...] O casamento é uma prática que assegura a sucessão. Se ele responde a proibição do incesto e institui a aliança, ele se relaciona intimamente com a descendência. Juntos, casamento e descendência não só

reproduzem o patrimônio, mas produzem o “nós”, que se opõe aos “estranhos”.
(WOORTMANN, 1995, p. 92).

A relação familiar, a manutenção dos laços familiares, embora muitos dos filhos dos sitiantes já não queiram mais trabalhar com a terra, ainda é bem mais forte do que podemos observar na cidade. A função do pai, e da mãe, o respeito a essas figuras no seio familiar ainda é bem presente.

Fisicamente falando, as residências dos bairros rurais diferenciam-se das residências da cidade, sendo comum observarmos nas casas dos bairros rurais quintais de “terra batida”, cultivo de plantas, a varanda onde se senta e se ouve a moda de viola no fim de tarde depois do trabalho, um galpão onde ficam as ferramentas para lidar com a terra, as pessoas nas calçadas conversando. O ritmo de vida também é muito diferente. O tempo é outro. O tempo é mais ditado em função da natureza do que dos muitos compromissos de trabalho, escola, etc. São outros os valores. Não se corre tanto como na cidade. As conversas são mais duradouras. Existe uma identidade muito forte com o local. Estar nesses bairros rurais é como voltar no tempo. Mesmo as famílias não tradicionais que hoje ali residem se adaptam a esse ritmo. Os mais jovens começam a buscar outra vida na cidade. Mas os que ali permanecem não almejam modificar essa cultura. Na verdade é isso que pretendem cultivar. A cultura do homem do campo, a cultura do homem caipira.



Foto 3: Frente de uma das casas do bairro Taquari. Observa-se na imagem, a existência de elementos naturais como árvores, flores. Ao fundo, embora não tenha sido possível mostrar nessa imagem, existem algumas árvores frutíferas. O chão de “terra batita”, o quintal amplo, onde os moradores geralmente possuem algum tipo de criação. A varanda da casa e o automóvel, um bem muito comum atualmente entre os moradores dos bairros rurais e sitiantes. Fonte: PADIHA, F. M., arquivo pessoal, novembro de 2007.



Foto 4: Imagem de uma das ruas do bairro Ibicatu. Essas residências são antigas casas que faziam parte da colônia de moradores que ali viviam e trabalhavam na fazenda de café existente na área, provavelmente no final do século XIX. Embora parte das faixas tenha sido modificada, denotam certo caráter bucólico ligado ao modo de vida caipira. Fonte: PADIHA, F. M., arquivo pessoal, novembro de 2007.

3. CAPÍTULO 3: O MUNICÍPIO DE LEME E O MEIO RURAL: CONTEXTUALIZAÇÕES.

Localizado na região centro-norte do Estado de São Paulo, como podemos observar no mapa em anexo (anexo 5), o município de Leme situa-se na quinta região administrativa de São Paulo, com sede em Campinas e faz limite com os seguintes municípios: Santa Cruz da Conceição e Pirassununga (norte); Mogi-Guaçu (leste); Araras (sul); Corumbataí e Rio Claro (oeste); sendo ainda possível o acesso viário pelos municípios de Pirassununga e Araras. O município de Leme faz ligação com Araras e Pirassununga pela via Anhangüera e com Santa Cruz da Conceição, pela rodovia 193.

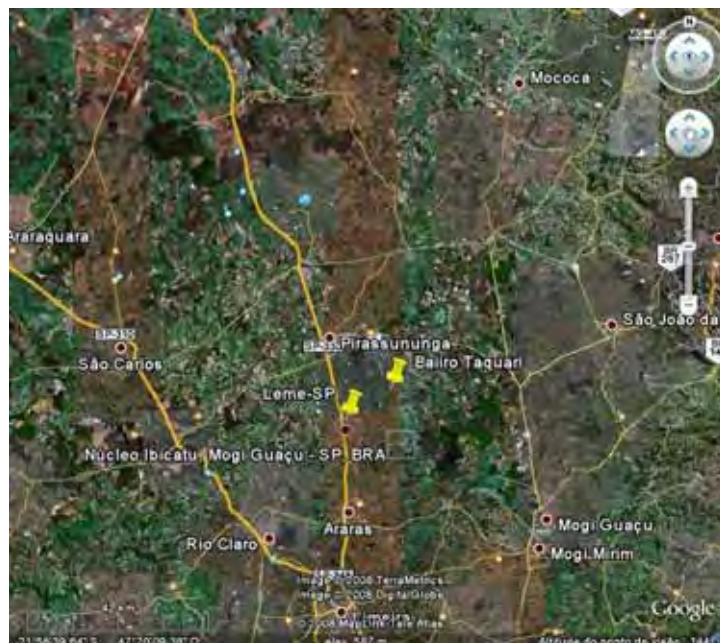


Figura 1: Localização do município de Leme, municípios limítrofes e rodovia principal de acesso à cidade. .Fonte: Programa Google Earth, elaborada por PADILHA, F.M., 2008.

A área urbana do município de Leme é de aproximadamente 36,76 km e sua extensão territorial é de 403 km. O município dista 189 km da capital do estado São Paulo e 93 km de Campinas, e o principal acesso é pela via Anhangüera SP 330, nos trevos 186, 188 e 190. Outro importante acesso é feito pela Rodovia dos Bandeirantes, com extensão até Cordeirópolis. Devido ao fato de estar localizado às margens da via Anhangüera a integração regional fica favorecida, principalmente por se tratar de municípios limítrofes condicionantes fundamentais na formação de parcerias, empreendimento privado e público, em diversas áreas, quer pela soma das populações, quer pela soma das áreas territoriais¹.

O município de Leme nasceu juntamente com a expansão da estrada de ferro, mais precisamente no ano de 1875, quando a Companhia Paulista e o Governo da Província começaram a construção de um ramal que partisse do município de Cordeiro (atual Cordeirópolis), passando por Araras, Pirassununga até chegar ao Rio Mogi-Guaçu onde se localizava o antigo Porto do João Ferreira, atual município de Porto Ferreira.

A construção dessa ferrovia iniciou em 18 de fevereiro de 1876 concluindo-se a primeira seção de Cordeiro a Araras no dia 10 de abril de 1877. No dia 30 de julho do mesmo ano, era inaugurada a Estação de Manuel Leme e antes que a estrada de ferro chegasse na Fazenda Palmeira (pertencente à família Leme), o português de nome Manuel Gomes Neto, fornecedor de trabalhadores da referida estrada, construiu um pequeno rancho nas terras de Manuel Leme, onde montou um comércio.

Por possuir um relevo suave, com poucas variações altimétricas (a variação altimétrica do município é de 258 metros e o ponto mais elevado é de 788 metros próximo da Fazenda Bonsucesso, a oeste do município, e a cota mais baixa é de 530 metros, a leste do município, junto ao Rio Mogi-Guaçu) a expansão urbana e o aproveitamento agrícola ficam facilitados.

Outro fator que levou o município a ter na produção agropecuária sua principal atividade econômica foi o fato dos solos do município estarem classificados como latossolos roxos, vermelho escuro, vermelho amarelo e podzólico vermelho amarelo (conforme classificação internacional), solos indicadores de aptidão agrícola.

¹ Informações obtidas através de documentos consultados na biblioteca municipal e através do sítio oficial da Prefeitura do Município de Leme: <http://www.leme.sp.gov.br/>.

Além disso, apresenta clima, segundo Koppen, do tipo CWA, sendo mesotérmico de verão chuvoso e inverno seco. O verão chuvoso ocorre nos meses de outubro a março e é intensificado nos meses de dezembro e fevereiro. O inverno seco ocorre entre os meses de maio a setembro. A precipitação pluviométrica anual é de 1388,5 mm (média anual dos últimos 40 anos (Fonte: Coimbra – Usina Cresciumal) e a temperatura média anual predominante é de 22°C e 23°C, variando de 7° C a 30°C), segundo informações obtidas no site oficial da Prefeitura do município de Leme.

A cidade está localizada entre as cotas 590 e 653 metros, formadas pelas sub-bacias do Ribeirão Constantino, Córrego Serelepe e Ribeirão do Meio. O ícone do município é o “Cristo Redentor” localizado junto à Rodovia Anhangüera, no topo conhecido como “Morro José Leme”.

Leme é, portanto, como pudemos constatar, conhecida por sua forte aptidão agrícola, além dos empreendimentos privados na agroindústria, comércio atacadista e prestação de serviços, favorecida pela excelente malha viária.

O município está localizado na Bacia do Rio Mogi-Guaçu sendo este o principal curso fluvial que atravessa a cidade no sentido norte-sul (a cerca de 15 km da zona urbana). Ele nasce em território mineiro, no município de Bom Reposo, na altitude de 1.600m. Cerca de 95,5 km de sua extensão localizam-se no Estado de Minas Gerais e 377,5 km no Estado de São Paulo completando um total de 473 km².

O rio Mogi-Guaçu é de extrema importância para o desenvolvimento da agricultura que constitui, até hoje, a principal atividade econômica do município. Os bairros rurais pelos quais o Rio Mogi-Guaçu perpassa sempre mantiveram uma relação muito íntima com o mesmo, tanto no âmbito sócio-econômico como no campo cultural e religioso.

Um exemplo disso é a festa religiosa popular Romaria dos Canoeiros que tem como palco cerca de 15 km desse rio.³ No terceiro capítulo estudaremos a festa de maneira mais detalha.

² Prefeitura do Município de Leme: <http://www.leme.sp.gov.br/>.

³ Em anexo, segue mapa da localização do município no estado de São Paulo, de parte da rede de drenagem do município de Leme, principalmente do trecho do Rio Mogi-Guaçu onde ocorre a festa Romaria dos Canoeiros que analisaremos em capítulo posterior bem como da localização dos bairros rurais Taquari, Taquari Ponte e Ibicatu.

Atualmente, o município conta com uma população de aproximadamente 84.406 habitantes, segundo dados do IBGE (2007). A maior parte da população está concentrada na zona urbana.

Segundo Queiroz (1973):

Leme encontra-se na “depressão paulista” de povoamento antigo, onde começaram a aparecer no século XVIII os primeiros indícios de uma transformação econômica e social, que se exprimia no aparecimento de canaviais e engenhos de açúcar. O café, mais tarde, permitindo a elevação social do colono imigrante fez com que as zonas de terra de preço acessível na área fossem ocupadas por aqueles que tinham meios. (QUEIROZ, 1973, p. 18).

Formou-se, porém, como coloca a autora, um conjunto de médias e pequenas propriedades em grande parte compradas e cultivadas por descendentes de imigrantes. Através de pesquisa de campo e entrevistas realizadas com moradores do local, fica evidente essa relação de parentesco com imigrantes existentes em quase que a totalidade da zona rural do município.

Ainda hoje sabemos que o meio rural possui grande representatividade na economia e nos costumes do município de Leme. Grande parte dos trabalhadores da zona rural atualmente são trabalhadores temporários que residem na cidade e vão para as fazendas trabalhar na época de colheita e a maioria desses trabalhadores são migrantes nordestinos que começaram a chegar no município a partir da década de 1950, estimulados pela política de desenvolvimento agrícola da região que tinha suas bases na modernização da agricultura. Houve nesse período significativo aumento da produção e a necessidade de mão de obra fez-se presente na cidade. Foi aí que esses migrantes passaram a se estabelecer na cidade, provocando um grande e rápido aumento da população do município. Atualmente, nas áreas mais periféricas da zona urbana do município notamos a existência de bairros quase que em sua totalidade formados por essa população que veio para trabalhar no campo.

Vem, vem muita gente até de fora [se situar no bairro] né, aqui inclusive no bairro já tem umas 15 pessoas que veio do Ceará mesmo e tão morando aqui né. Alugaram casa aí, tão trabalhando pros turmeiro daqui né, de Leme tem né, tem bastante turmeiro que vem de lá e trás. (J. B., 42 anos, sitiante, 2007).

Percebeu-se ao analisar as entrevistas realizadas que o trabalho no campo, está sendo terceirizado em grande parte das propriedades, principalmente a colheita. A maioria dos sítiantes arrenda a terra para usina ficando a cargo dos produtores fazer a manutenção da produção em atividades como controle das pragas, roçar a terra, adubar, etc. A usina contrata a empreiteira que contrata os funcionários volantes para trabalhar na propriedade, principalmente na colheita. Os sítiantes vendem sua produção para uma determinada empresa que é quem fica responsável pela colheita, mas a responsabilidade da produção é do produtor. Uma outra realidade bastante observada é o arrendamento total da terra para essas grandes empresas, que são em sua maioria usinas de cana-de-açúcar ou de suco de laranja. Tais características estão expressas nos relatos abaixo.

Não, eu trabalhava [com crédito rural], depois parei, chega ali e paga ali. Sou eu mesmo que lido com a terra, mas quando pranto [planto] laranja a firma que compra a laranja coloca empreiteira pra coie [colher] né. [...] Não eu coio [colho] pouco, ajudo pouco né. É a própria firma que contrata.[...] Cuidar do pomar, e depois quando a empreiteira vem aqui pra receber eu pago daqui né...dá o recibo...e pago a coieita [sobre suas responsabilidades na produção]. [...] Aí e por piso da firma né [quem mede a produção para pagamento]. Eu mando lá tantos quilos, tantas caixa, dá tanto. [...] Não, é da firma [a empreiteira], eles contrata o pessoal só que é tudo registrado né. Num pode deixar sem registro mai [mais], mai [mas] tá certo né. [...] Não, pra colher tem que ser a empreiteira né [sobre a forma mais comum entre os pequenos produtores de se fazer a colheita]. É, a firma contrata a empreiteira e eu pago a empreiteira, pago a colheita, só que os trabalhador que vem de lá é tudo registrado né, tudo registrado na firma. Senão eu que tinha que registrar, mas como vou fazer pra registrar só pra quatro ou cinco dias num tem jeito né? Então eu pago né...é tudo imbutido junto né.Já coloca tudo né, desemprego, abono, fêria, tudo né...o cara recolhe tudo. (A.B., 58 anos, sítiante, 2007).

É a gente que contrata né, tem daqui [pessoas para trabalhar], tem da cidade, e agora na colheita é a maioria tudo de lá da cidade né. [...] Laranja e milho [o que mais é plantado em sua pequena propriedade]. [...] Sim, pra Coinbra [Usina Coinbra-Cresciumal para onde se vende a produção da cana da maioria dos pequenos produtores do município] que é mais perto. [...] Tem

[propriedades, terras] e arrenda também né, arrenda bastante [sobre a posse de terras de usinas na região]. (J. B., 42 anos, sitiante, 2007).

Os sítiantes nos informaram que ficou mais rentável terceirizar a colheita e/ ou arrendar a terra do que arcar com todo esse processo. Isso também porque como a maior parte dos jovens não tem se interessado em “tocar” a produção, fica a cargo do pai quase todo o processo. Então os sítiantes têm sentido muitas dificuldades em arcar com todas as etapas da produção até a colheita, primeiro por falta de dinheiro, segundo por falta de mão-de-obra familiar. Esse trabalho fica quase todo para o homem, o pai da família. A mulher não se envolve na maioria das vezes nestas etapas da produção. A elas fica a responsabilidade da casa e do que se é produzido para “o gasto”, quando produzem. Existem também casos de mulheres mais novas, na faixa de idade de 30 e 40 anos que optaram por sair e trabalhar fora, como é o caso de uma das famílias entrevistadas em que a mulher do agricultor é funcionária pública municipal e trabalha na escola do bairro rural.

Os sítiantes do município parecem reconhecer a importância da agricultura para o município de Leme, principalmente com relação à arrecadação de impostos, embora reconheçam também que poucos são os subsídios oferecidos pelo governo para que mantenham seus níveis de produção e de qualidade de vida no campo, como podemos observar nos relatos abaixo. A maioria deles acha que pagam muitos impostos para o que recebem de retorno em termos de infra-estrutura e subsídios.

Ah ajuda né [sobre se a zona rural têm elevada importância para a cidade] na produção memo [mesmo], na arrecadação de imposto ajuda bastante, porque o município tem muita arrecadação, só o ICMS [Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços], dessa parte da agricultura, só a metade do ICMS é da cidade, a metade do ICMS vai pro estado né, mas isso é uma grande coisa né porque a arrecadação é bastante. Só eu memo [mesmo] aqui eu pago 2, 5 %, eu só num pago ICMS da força elétrica, de telefone é 20 real de imposto. (A.B., 58 anos, sitiante, 2007).

Ah é importante né. É importante porque assim, como a cidade de Leme tem poucos empregos ainda né, então tem muita mão de obra né...por ser ainda mão de obra pesada, emprega muita gente, principalmente agora na colheita

né, tanto na cana como na laranja né. Algodão já saiu agora de época que antigamente era o principal mas quase num tem mais né. [...] Eu acho assim que a zona rural movimenta muito dinheiro né, o comércio da cidade, os impostos que a gente paga, muito imposto né, é muito dinheiro que movimenta viu. (J. B., 42 anos, sitiante, 2007).

Com relação ao tamanho das propriedades a maioria delas, cerca de 80% aproximadamente segundo dados da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) são de até 50 hectares. O município vem apresentando um aumento no número de propriedades desde a década de 1940 em virtude da fragmentação do território, como analisa Queiroz (1973).

Até 1940, localizavam-se ali grandes fazendas dedicadas a uma pecuária extensiva e uma agricultura modesta com cultivo de café, cereais e cana-de-açúcar para consumo local. A criação era efetuada para “barganha” de animais, sem nenhum critério técnico. A partir de 1940, a fragmentação das propriedades se acelerou muito, havendo afluência de gente oriunda de outras zonas em geral de ascendência italiana, que compraram sítios. Nas propriedades agora com tamanho diminuído, a agricultura se tornou dominante sobre a pecuária; esta tendência se incrementou em 1950, com a instalação da Casa de Lavoura na sede do município. A fragmentação da propriedade continua em processo; em 1958 havia 120 propriedades e, em 1962, seu número subia 200. (QUEIROZ, 1973, p. 32).

Os dados relativos às unidades de produção da obtidos através do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (Projeto LUPA) de 2007/2008 comprovam essa realidade. Atualmente os 38.511 ha (hectare) de área rural do município são divididos em 837 propriedades, das quais 692 são propriedades de tamanho entre 2,5 ha até 50 ha. As propriedades de 50 ha a 5000 ha resumem-se a 121 propriedades. Inexistem propriedades maiores do que 5000 ha e apenas 24 propriedades possuem de 0,1 ha a 1,2 ha. Esses números podem ser observados na tabela abaixo. Os dados comprovam que o município de Leme é um município essencialmente formado por pequenas e médias propriedades e, portanto, de pequenos e médios agricultores, mesmo que parte destes estejam arrendando suas terras para grandes usinas. O processo histórico de formação do município e de sua área rural foi determinante nesta configuração espacial. A questão da divisão da terra

pela herança e da fragmentação do território em virtude da aquisição de terras por famílias geralmente que compravam sítios para produzir no local, tiveram com certeza grande influência nesta realidade atual.

Tabela 1: Tamanho das Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs) do município de Leme/SP em 2007/2008.

ITEM	Unidade de medida	Nº de UPAs	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO	TOTAL
Área das UPAs com (0,1] há	hectare	7	0,4	0,7	0,9	4,8
Área das UPAs com (1, 2] há	hectare	17	1,2	1,6	2,0	27,4
Área das UPAs com (2,5] há	hectare	96	2,1	3,6	5,0	350,3
Área das UPAs com (5,10] há	hectare	165	5,2	7,8	10,0	1.288,4
Área das UPAs com (10,20] há	hectare	266	10,1	14,6	20,0	3.883,7
Área das UPAs com (20,50] há	hectare	165	20,1	29,0	50,0	4.784,2
Área das UPAs com (50,100] ha	hectare	53	50,3	68,8	97,4	3.647,1
Área das UPAs com (100,200] ha	hectare	32	106,5	150,7	193,6	4.823,0
Área das UPAs com (200,500] ha	hectare	23	200,8	328,7	456,4	7.559,4
Área das UPAs com (500,1.000] ha	hectare	9	532,9	656,9	838,4	5.912,3
Área das UPAs com (1.000,2.000] há	hectare	3	1.306,8	1.329,8	1.342,7	3.989,3
Área das UPAs com (2.000,5.000] há	hectare	1	2.241,5	2.241,5	2.241,5	2.241,5
Área das UPAs com (5.000,10.000] há	hectare	-	-	-	-	-
Área das UPAs acima de 10.000 ha	hectare	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento; CATI /IEA (Instituto de Economia Agrícola); Projeto LUPA, dados consolidados 2007/2008. São Paulo. Modificada por PADILHA, F.M. 2009

Observa-se com esses dados que do total de 38 511 ha existentes, cerca de 28 172 ha estão distribuídos entre as 121 propriedades que possuem de 50 a 5000 ha. Ou seja, a maior quantidade de terras, não está distribuída entre o maior número de propriedades, que no caso, são as propriedades entre 2,5 ha e 50 ha, evidenciando, portanto, a concentração de terras em maiores fazendas. Provavelmente são fazendas hoje pertencentes aos grandes usineiros de cana de açúcar e empresas de beneficiamento de suco de laranja. Nota-se que mesmo sendo maioria, as propriedades pequenas e médias (de 2,5 ha a 50 ha) não englobam a maior parte de terras existentes no município. Essa dificuldade em possuir mais terras para aumentar a produção é sempre mencionada pelos sitiantes que também observam estar cada vez mais difícil competir no mercado com as grandes fazendas, as usinas e empresas, levando-os muitas vezes a buscar em outras atividades a complementação da renda.

Olha, eu plantava algodão e milho. Hoje eu mexo com leite e turismo. Faço turismo aqui no Bairro. (W. J. O., 47 anos, agricultor, morador do bairro Taquari Ponte, 2007).

Essa realidade encontrada em Leme, de maior quantidade de terra concentrada em poucas e grandes propriedades enquanto à maioria dos sítiantes cabe uma menor porção de terra está de acordo com a realidade da concentração fundiária encontrada em quase todo o nosso país, resultado de um longo processo histórico de desigualdade na questão fundiária.

Em termos de produção agrícola, o município era conhecido na década de 1980, por seu grande potencial na produção de algodão. Era conhecido inclusive como a Capital do Algodão. Entretanto, hoje em dia a produção agrícola está concentrada nas lavouras temporárias sendo poucas as áreas reservadas, por exemplo, para descanso, reflorestamento ou culturas perenes, conforme os dados da tabela a seguir:

Tabela 2: Distribuição dos hectares com relação ao uso da terra no município de Leme em 2007/2008.

ITEM	Unidade de medida	Nº de UPAs	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO	TOTAL
Área total	hectare	837	0,4	46,0	2.241,5	38.511,4
Área com cultura perene	hectare	214	0,3	26,7	540,0	5.709,2
Área com cultura temporária	hectare	650	0,3	37,0	1.953,3	24.029,1
Área com pastagens	hectare	354	0,1	7,9	544,5	2.803,5
Área com reflorestamento	hectare	50	0,1	15,2	571,1	759,9
Área com vegetação natural	hectare	490	0,1	6,4	145,8	3.113,2
Área com vegetação de brejo e várzea	hectare	33	0,2	3,1	30,0	102,6
Área em descanso	hectare	31	0,2	11,8	229,5	365,3
Área complementar	hectare	707	0,1	2,3	150,5	1.628,6

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento; CATI /IEA (Instituto de Economia Agrícola); Projeto LUPA, dados consolidados 2007/2008. São Paulo. Modificada por PADILHA, F.M. 2009.

Percebe-se com esses números que as áreas com vegetação natural são bem escassas. Durante as observações realizadas no local ficou evidente a falta de área com vegetação natural. Muitos sítiantes não deixam os 20% da propriedade obrigatórios por lei. Essa realidade é encontrada não somente nas propriedades menores, como nas maiores também. Inclusive, o problema parece ser mais acentuado nas maiores propriedades. Nas pequenas, até pela relação cultural que sítiante estabelece com a terra, de ter nela a fonte para seu sustento e manutenção de modo de vida, vemos que

ainda há uma maior preocupação nesse sentido. O relato de um dos entrevistados confirma essa idéia.

É minha. Ah isso aí é tudo árvore nativa [referindo-se a uma área de reserva de mata nativa na propriedade]. Isso foi meu pai que deixou essa área de mato aí né, depois nós [nós] ia limpar pra ter mais [mais] terreno né, mais [mas] depois ele morreu aí nós deixemo.

Tinha [a legislação ambiental que obriga o produtor a reservar 20% da área total de sua propriedade para matas] mas já num era tão rigorosa nem era. Agora já é mais né.[...] *lchi...*se você for ver hoje aí..*hã..*se for vinte por cento de área verde então, se num acha nada, o certo era a lei obrigar mas eles num obriga né. (A, B., 58, anos, sitiante).

Com relação às culturas existentes, é evidente no município atualmente a predominância de lavoura temporária de cana-de-açúcar, milho e laranja. Os dados da tabela abaixo bem como os relatos dos produtores ilustram essa realidade.

Tabela 3: Área Cultivada no município de Leme em hectares em 2007/2008.

CULTURA	N. DE UPAs	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO	TOTAL
Cana-de-açúcar	322	0,3	59,1	1.953,3	19.035,1
Laranja	187	0,3	26,3	540,0	4.909,4
Milho	316	0,5	12,0	130,2	3.806,1
Braquiária	73	0,1	18,8	544,5	1.369,3
Outras gramíneas para pastagem	175	0,1	5,5	121,2	956,7
Algodão	48	1,9	17,1	99,1	822,6
Eucalipto	50	0,1	15,2	571,1	759,9
Café	14	0,3	44,4	350,6	621,4
Gramas	105	0,1	3,5	31,5	364,6
Soja	9	7,4	18,2	58,1	163,4
Banana	5	0,5	19,7	65,0	98,3
Capim-jaragua	3	0,6	24,8	72,6	74,3
Sorgo-vassoura	17	0,5	3,9	14,3	66,1
Feijão	5	4,8	10,0	14,0	50,2
Alho	1	41,2	41,2	41,2	41,2
Arroz	10	1,0	3,8	7,6	38,1
Sorgo	4	4,8	8,3	15,0	33,3
Capim-napier (ou capim- elefante)	18	0,1	1,8	6,1	31,7
Painço	2	6,1	15,8	25,4	31,5
Milho-silagem	4	1,2	5,4	14,5	21,4
Mandioca	6	0,5	3,3	9,7	19,7
Tangerina	4	1,4	4,7	8,5	18,7
Outras culturas temporárias	1	15,2	15,2	15,2	15,2
Tomate envarado	2	5,0	7,4	9,7	14,7
Manga	3	0,8	4,7	12,0	14,2
Abacate	2	0,5	6,9	13,2	13,7

Maracujá	2	1,2	6,6	12,0	13,2
Girassol	4	0,4	3,1	6,6	12,4
Pomar doméstico	7	0,5	1,4	2,5	9,6
Abóbora (ou jerimum)	6	0,3	1,6	3,7	9,5

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento; CATI /IEA (Instituto de Economia Agrícola); Projeto LUPA, dados consolidados 2007/2008. São Paulo. Modificada por PADILHA, F.M. 2009.

A produção de cana de açúcar, milho e laranja abrangem um total de cerca de 27,750 ha enquanto as outras culturas ocupam uma área de apenas 5,684 ha aproximadamente. Uma diferença muito grande que evidencia o domínio dessas três culturas temporárias e revelam a tendência do mercado e da produção agrícola da região.

Eu pranto [pranto] laranja. [...] Antes disso era algodão, depois o algodão foi ficando meio difícil, meio difícil aí *nóis paremo*. [...] A gente vende pra indústria, pra Citrosuco. [...] É a maioria [de pequenos produtores aqui faz isso né, é mais a indústria que compra, ma parte vai pra mercado assim né, *mai* [mas] a maior parte vai pra indústria. [...] Aqui [na zona rural do município de Leme] é *mai* [mais] situante [sitiente], tem uns grande [produtores e proprietários] *mai* [mas] o o que tem *mai* aqui né são os pequeno, tem muitos [grandes proprietários] que tão comprando aqui *mai* [mas] a maioria é pequeno. A maioria planta laranja, milho, cana. (A. 58 anos, sitiente, 2007)

Eu planto laranja e milho. (J, B. 42 anos, sitiente, 2007).

A produção agropecuária é pequena se comparada à produção agrícola e baseia-se de forma mais significativa nas pastagens para a produção de bovinos. A bovinicultura de corte e de leite destaca-se nesse setor. Muitos sitientes que não estavam mais conseguindo tirar o sustento e a manutenção de sua produção apenas pela produção agrícola, passaram a investir em gado para produzir leite e derivados, variando dessa forma sua fonte de renda. A partir da análise dos dados apresentados pela CATI e expostos na tabela a seguir, podemos perceber que a pecuária no município baseia-se essencialmente na bovinicultura de forma mais acentuada, na suinocultura, na avicultura e eqüinocultura. Atividades como a apicultura, a cordonicultura, cunicultura e caprinocultura, se restringem provavelmente, segundo os dados, as propriedades menores acontecendo de forma bem restrita.

Tabela 4: Explorações de Animais no município de Leme/SP em 2007/2008.

ITEM	UNIDADE	N. DE UPAs	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO	TOTAL
Bovinocultura de corte	cabeças	12	3,0	71,3	627,0	855,0
Bovinocultura de leite	cabeças	26	2,0	26,4	80,0	687,0
Bovinocultura mista (corte e leite)	cabeças	140	1,0	12,8	230,0	1.790,0
Bubalinocultura (búfalos)	cabeças	-	-	-	-	-
Apicultura	colmeias	2	60,0	60,0	60,0	120,0
Asininos e muares	cabeças	3	1,0	1,7	3,0	5,0
Avestruz e ema	cabeças	-	-	-	-	-
Avicultura de corte	cab./ano	10	1,0	13.087,1	45.000,0	130.871,0
Avicultura ornamental/decorativa/exótica	cabeças	1	600,0	600,0	600,0	600,0
Avicultura para ovos	cabeças	30	4,0	1.465,6	40.000,0	43.969,0
Capivaras	cabeças	-	-	-	-	-
Caprinocultura	cabeças	2	4,0	5,5	7,0	11,0
Carcinocultura	pós-larvas	-	-	-	-	-
Codornicultura	cabeças	1	2.000,0	2.000,0	2.000,0	2.000,0
Cunicultura	cabeças	3	5,0	41,7	100,0	125,0
Eqüinocultura	cabeças	79	1,0	4,2	35,0	328,0
Helicicultura	viveiros	-	-	-	-	-
Jacarés	cabeças	-	-	-	-	-
Javalis	cabeças	-	-	-	-	-
Minhocultura	canteiros	1	2,0	2,0	2,0	2,0
Mitilicultura	viveiros	-	-	-	-	-
Ovinocultura	cabeças	7	15,0	40,3	150,0	282,0
Piscicultura, área de tanques	m2	-	-	-	-	-
Ranicultura	girinos/ano	-	-	-	-	-
Sericicultura (larvas)	gramas/ano	-	-	-	-	-
Suinocultura	cabeças	34	1,0	30,9	785,0	1.049,0
Outra exploração animal	cabeças	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento; CATI /IEA (Instituto de Economia Agrícola); Projeto LUPA, dados consolidados 2007/2008. São Paulo. Modificada por PADILHA, F.M. 2009.

Observando os dados de implementos e maquinários utilizados, bem como das técnicas e estrutura física das propriedades é possível perceber que os sítiantes de uma maneira geral possuem um certo grau de avanço técnico, porém não tão elevado, já que os números de UPAs que possuem determinados tipos de instrumentos considerados como de tecnologia mais evoluída, não são tão expressivos se comparados ao total de 837 UPAs existentes no município. Isso ocorre provavelmente pelo que pudemos concluir através da análise dos dados e de conversa com técnicos da CATI, bem como a partir das entrevistas realizadas com alguns dos sítiantes, porque muitos deles por arrendarem suas terras, deixam a cargo da empresa a parte de maquinário e técnicas mais complexas que na maioria das vezes são muito caras para o produtor adquirir sozinho.

Outra prática bastante comum é a utilização desses instrumentos na forma de cooperativas. Como a maior parte dos sítiantes estão associados a algum tipo de cooperativa ou organização, quando há a necessidade de utilização de maquinário específico e mais moderno, há uma forma de organização em que alugam em conjunto o maquinário e depois fazem uma escala para sua utilização, barateando os custos, para que possam continuar competindo no mercado de trabalho num ritmo de produção um pouco mais acelerado buscando aproximar-se das grandes fazendas e empresas agrícolas.

Analisando a tabela abaixo vemos que os números mais expressivos são os que demonstram a existência, de arado comum e arado escarificador, de desintegrador de palha, de grade niveladora, de pulverizador tratorizado, semeadeira/adubadeira para plantio convencional, trator de pneus, implementos que segundo os técnicos da CATI demonstram um grau interessante de avanço técnico, porém como o número de propriedades que possuem esses instrumentos não é assim tão alto, isto seria também uma evidência de um grande número de propriedades que não consegue manter e nem ter esse padrão, que seriam as propriedades menores e mais tradicionais, levando-as a recorrer a outras ações como as citadas acima.

Tabela 5: Máquinas, Implementos e Benfeitorias no município de Leme/SP em 2007/2008.

ITEM	UNIDADE	N. DE UPAs	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO	TOTAL
Arado comum (Bacia, Aiveca)	unidade	193	1,0	1,2	4,0	235,0
Arado escarificador	unidade	116	1,0	1,4	10,0	168,0
Arado subsolador	unidade	4	1,0	1,0	1,0	4,0
Batedeira de cereais	unidade	58	1,0	1,0	2,0	60,0
Câmara fria	unidade	6	1,0	2,0	5,0	12,0
Carregadeira de cana	unidade	3	1,0	1,7	3,0	5,0
Colhedeira acoplada	unidade	3	1,0	1,0	1,0	3,0
Colhedeira automotriz	unidade	13	1,0	1,2	2,0	15,0
Computador	unidade	-	-	-	-	-
Conjunto de irrigação autopropelido	unidade	13	1,0	1,5	3,0	19,0
Conjunto de irrigação convencional	unidade	31	1,0	1,1	2,0	33,0

Conjunto de irrigação pivot central	unidade	9	1,0	1,2	2,0	11,0
Conjunto de irrigação gotejamento/microaspersão	unidade	7	1,0	1,0	1,0	7,0
Conjunto de fenação	unidade	-	-	-	-	-
Desintegrador de palha (Plantio direto)	unidade	6	1,0	1,0	1,0	6,0
Desintegrador, picador, triturador	unidade	151	1,0	1,1	3,0	173,0
Distribuidor de calcário	unidade	94	1,0	1,1	2,0	99,0
Ensiladeira	unidade	13	1,0	1,2	3,0	15,0
Grade aradora (tipo romi)	unidade	99	1,0	1,1	3,0	109,0
Grade niveladora	unidade	216	1,0	1,2	4,0	268,0
Implementos para tração animal	unidade	4	1,0	1,3	2,0	5,0
Máquina de classificar fruta	unidade	-	-	-	-	-
Máquina de classificar olerícola	unidade	-	-	-	-	-
Máquina de classificar ovo	unidade	-	-	-	-	-
Microtrator	unidade	8	1,0	1,8	5,0	14,0
Misturador de ração	unidade	8	1,0	1,0	1,0	8,0
Ordenhadeira mecânica	unidade	12	1,0	1,8	4,0	21,0
Pulverizador tratorizado	unidade	214	1,0	1,5	8,0	326,0
Resfriador de leite, tanque expansão	unidade	11	1,0	1,5	4,0	16,0
Roçadeira costal	unidade	-	-	-	-	-
Roçadeira tratorizada	unidade	-	-	-	-	-
Semeadeira/adubadeira para plantio convencional	unidade	129	1,0	1,1	2,0	139,0
Semeadeira/plantadeira para plantio direto	unidade	54	1,0	1,2	3,0	63,0
Terraceador	unidade	4	1,0	1,3	2,0	5,0
Trator de esteira	unidade	5	1,0	1,2	2,0	6,0
Trator de pneus	unidade	284	1,0	2,1	34,0	587,0
Açude ou represa	unidade	217	1,0	1,5	8,0	315,0
Adega ou cantina	unidade	-	-	-	-	-
Alambique	unidade	1	2,0	2,0	2,0	2,0
Almoxarifado/oficina	unidade	61	1,0	1,1	4,0	67,0
Armazém para grãos ensacados	sacas	12	1,0	517,4	5.000,0	6.209,0
Balança para bovinos	unidade	4	1,0	1,0	1,0	4,0
Balança para veículos	unidade	8	1,0	1,0	1,0	8,0
Barracão para bicho da seda/sirgaria	unidade	1	1,0	1,0	1,0	1,0
Barracão para cultivo de cogumelo	unidade	1	1,0	1,0	1,0	1,0
Barracão para granja/avicultura	unidade	23	1,0	1,5	6,0	35,0
Barracão/galpão/garagem	unidade	362	1,0	1,3	6,0	464,0
Biodigestor	unidade	1	1,0	1,0	1,0	1,0
Casa de moradia habitada	unidade	444	1,0	1,9	21,0	848,0
Casa de moradia (total)	unidade	467	1,0	2,0	26,0	956,0
Curral/mangueira	unidade	187	1,0	1,1	3,0	200,0
Depósito/tulha	unidade	268	1,0	1,2	6,0	310,0
Engenho	unidade	2	1,0	1,0	1,0	2,0
Estábulo	unidade	43	1,0	1,1	3,0	49,0
Estufa/plasticultura	m2	6	1,0	17,8	100,0	107,0
Fábrica de farinha	unidade	1	1,0	1,0	1,0	1,0
Fábrica de ração	unidade	1	1,0	1,0	1,0	1,0
Instalações para eqüinos	unidade	16	1,0	3,3	18,0	53,0
Máquina de benefício	unidade	14	1,0	1,0	1,0	14,0
Olaria	unidade	6	1,0	1,0	1,0	6,0
Packing house	unidade	2	1,0	1,0	1,0	2,0

Pocilga	unidade	51	1,0	1,4	20,0	73,0
Poço semi-artesiano	unidade	103	1,0	1,4	5,0	143,0
Posto metereológico	unidade	3	1,0	1,0	1,0	3,0
Secador de grãos	unidade	6	1,0	1,8	3,0	11,0
Silo para grãos	tonelada	3	2,0	290,7	600,0	872,0
Silo para silagem	tonelada	12	1,0	31,8	200,0	382,0
Terreiro	m2	140	1,0	244,6	5.000,0	34.237,0
Usina de açúcar/destilaria	unidade	2	1,0	1,0	1,0	2,0

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento; CATI /IEA (Instituto de Economia Agrícola); Projeto LUPA, dados consolidados 2007/2008. São Paulo. Modificada por PADILHA, F.M. 2009.

Outra observação interessante é com relação à infra-estrutura das propriedades. Percebe-se que um número considerável de propriedades possui açude ou represa e barracão/galpão/garagem, poço semi-artesiano e depósito, indicando certo grau de estrutura mesmo nas pequenas propriedades. Pouco mais da metade das propriedades possui casa de moradia e casa de moradia habitada.

Interessante notar que, comparando esses dados da tabela 5 com dados da tabela 6 nem todas as moradias habitadas são habitadas pelo proprietário da UPA. O número de proprietários residentes na própria UPA é bem inferior ao número de moradias habitadas, o que nos leva a crer, pelo que pudemos constatar no campo, que esses proprietários residentes na própria UPA, em número de 147, ou seja, 17,6%, como mostra a tabela 6, são sítiantes mais antigos e tradicionais que prezam pela vida no campo e pela manutenção do modo de vida caipira. O restante das moradias habitadas provavelmente são habitadas por trabalhadores temporários ou volantes que vão para o campo por um período de tempo apenas para trabalhar na lavoura.

Tabela 6: Outras Estatísticas Agrícolas no município de Leme- SP, em 2007/2008.

ITEM	Número de UPAs	Percentual
Produtor faz parte de cooperativa de produtores	450	53,8
Produtor faz parte de associação de produtores	99	11,8
Produtor faz parte de sindicato de produtores	460	55,0
Não utiliza assistência técnica	265	31,7
Utiliza somente assistência técnica governamental	176	21,0
Utiliza somente assistência técnica privada	249	29,7
Utiliza assistência técnica tanto governamental quanto privada	147	17,6

Utiliza crédito rural	178	21,3
Utiliza escrituração agrícola	357	42,7
Utiliza seguro rural	32	3,8
Dispõe de energia elétrica para uso na atividade agrícola	560	66,9
Utiliza computador nas atividades agropecuárias	121	14,5
Acessa INTERNET para fins na agropecuária	75	9,0
Utiliza práticas de conservação de solo, quando necessário	743	88,8
Realiza análise de solo, quando necessário	360	43,0
Faz adubação mineral, quando necessário	745	89,0
Faz adubação orgânica, quando necessário	127	15,2
Faz adubação verde, quando necessário	96	11,5
Utiliza sementes melhoradas	405	48,4
Utiliza plasticultura	3	0,4
Utiliza mudas fiscalizadas	335	40,0
Utiliza hidroponia	-	-
Utiliza M.I.P.	5	0,6
Utiliza confinamento de bovinos	13	1,6
Utiliza inseminação artificial	4	0,5
Utiliza pastejo intensivo	116	13,9
Utiliza semi-confinamento de bovinos	-	-
Utiliza mineralização do rebanho	120	14,3
Utiliza vermifugação do rebanho	117	14,0
Esporte e lazer	14	1,7
Extração mineral	7	0,8
Hotel Fazenda, Pousada ou SPA	2	0,2
Pesque-pague	3	0,4
Restaurante ou Lanchonete	1	0,1
Transformação artesanal	1	0,1
Turismo rural ou ecoturismo	-	-
Outras atividades econômicas rurais	7	0,8
Agroindústria	2	0,2
Proprietário sem instrução ou com instrução incompleta	41	4,9
Proprietário com antigo primário completo	326	38,9
Proprietário com 1º grau (ou antigo ginásial) completo	211	25,2
Proprietário com 2º grau (ou antigo colegial) completo	98	11,7
Proprietário com curso superior completo	115	13,7
Pessoa Jurídica	46	5,5
Proprietário residente na própria UPA	147	17,6

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento; CATI /IEA (Instituto de Economia Agrícola); Projeto LUPA, dados consolidados 2007/2008. São Paulo. Modificada por PADILHA, F.M. 2009.

Pelos dados apresentados na tabela 6, notamos que há um número considerável de produtores que participam da cooperativa de produtores bem como do sindicato. Já a participação na associação de produtores é bem menor. Se organizar em sindicatos e cooperativas foi uma das formas que o camponês encontrou de garantir sua participação no mercado bem como garantir a manutenção da vida no campo. Na década de 1960 existia na região a chamada Associação Rural, mas a adesão a esse

órgão não era muito grande como observa Queiroz (1973), com relação ao bairro Taquari.

Todavia, a Associação Rural, órgão de classe que existe na região não congrega nem mesmo 40% dos proprietários rurais do bairro do Taquari. Os que nela se inscreveram, foram levados a isso pelas facilidades oferecidas na compra de adubos, sementes, implementos agrícolas, etc. [...] A importância da Associação é tal, como intermediária na venda e compra de adubos e sementes que os associados estavam procedendo a sua transformação em cooperativa de consumo. (QUEIROZ, 1973, p.33).

Percebe-se que atualmente o interesse em associar-se a sindicato e cooperativa é mais significativo, frente às grandes mudanças que o sitiante tem enfrentado e a necessidade de se amparar legalmente e economicamente para que possa continuar sua vida no campo, mantendo sua família através da renda que obtém pela terra.

Com relação à assistência técnica, há cerca de 30 anos, Queiroz (1973) observou que a maioria dos moradores do bairro Taquari considerava a assistência técnica oferecida pela então Casa de Lavoura existente no município como deficiente. A autora observa que muitos agricultores inclusive estavam dispostos a adotar novas técnicas agrícolas e modernizar suas plantações eram impedidos de fazer isso devido à escassez dos meios que possuíam (QUEIROZ, 1973, p.33).

Pelos dados expostos na tabela 6, notamos que essa situação não está muito diferente considerando o número ainda baixo de UPAs que utilizam algum tipo de assistência técnica tanto governamental quanto privada.

Sobre a questão da escolaridade nota-se que entre os proprietários a maior parte deles possui apenas o primário completo. O número de proprietários com nível superior não é tão baixo. Esse número provavelmente faz referência aos proprietários de áreas maiores, fazendeiros ligados às usinas, pois entre os sítiantes a escolaridade chega no máximo até ensino fundamental de 5ª a 8ª série, entre os mais novos. Os mais antigos, em sua maioria, ou estudaram até o primário (ensino fundamental até 4ª série), ou não são alfabetizados. A maioria dos filhos, entretanto, possuem maiores níveis de escolaridade em relação a seus pais ou ainda estão estudando, pelo que observamos nas conversas.

Outra observação interessante é com relação às outras atividades agrícolas realizadas. Os dados da CATI não consideram nenhuma propriedade que realize turismo, embora alguns sítiantes dizerem desenvolver algum trabalho nesse sentido. Para eles, envolvem atividades de turismo o aluguel dos ranchos na beira do rio para lazer e descanso, aluguel de casas nos sítios, passeios informais em que pessoas da zona urbana visitam as propriedades, recintos de “pesque-pague”, etc.

Durante a realização dessa pesquisa tivemos contato com um grupo de pessoas que buscavam organizar junto aos sítiantes tentativas mais estruturadas de um turismo rural. Entretanto, não temos informações recentes sobre se isso está se efetivando atualmente. Sabemos que algumas atividades como realização de jantares com comidas típicas, caseiras, na zona rural, roteiros turísticos, valorização da culinária caipira, estavam sendo idealizadas e algumas chegaram a acontecer, ainda que de maneira bem pontual. Sendo assim, os dados da CATI nesse sentido parecem mostrar o que realmente tem acontecido nesse setor na área rural do município de Leme. O turismo rural volta-se de maneira mais efetiva para as festas religiosas populares, eventos que atraem muita gente para a região, conforme veremos no capítulo sobre a Romaria dos Canoeiros.

O uso de energia elétrica nas práticas agrícolas é bastante significativo indicando que a infra-estrutura relacionada ao fornecimento de energia na zona rural do município não é deficitária. A maioria das propriedades utiliza práticas de conservação do solo bem como fazem a adubação mineral, evidenciando um acesso interessante a práticas que aumentem e garantam a produção.

Com relação ao crédito rural há uma procura não muito grande sendo que provavelmente são os produtores de áreas maiores que conseguem o acesso a esse tipo de serviço. Os sítiantes se queixam bastante com relação a isso dizendo que a burocracia é muito grande e os juros muito altos, impedindo-os de modernizar a produção e competir de forma mais igualitária no mercado.

Um número considerável de sítiantes utiliza sementes melhoradas na produção. A produção orgânica não é uma preocupação dos produtores do município, ocorrendo apenas quando há pequena produção “para o gasto”.

A exposição e análise de dados gerais bem como dados mais específicos sobre o meio rural do município de Leme, nos auxiliam a melhor caracterizar o local de estudo apontando elementos interessantes de sua realidade, a fim de tornar nossa análise significativa e embasada. Entendendo as características do município como um todo, fica mais fácil compreendermos as características econômicas e culturais encontradas nos bairros rurais atualmente, as possíveis mudanças e permanências. Algumas observações nesse sentido tentamos apontar neste capítulo. Outras, esperamos expor no capítulo a seguir.

4. CAPÍTULO 4: BAIRROS RURAIS NO MUNICÍPIO DE LEME: EXPRESSÕES E TERRITORIALIDADES.

Segundo informações obtidas na Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do município de Leme, atualmente existem oficialmente quatro principais bairros rurais no município, sendo eles: Taquari, Taquari Ponte, Ibicatu, e Caju. Procuramos concentrar nossa descrição e análise no Bairro Taquari devido sua importância para o município e devido ser este bairro o bairro estudado por Maria Isaura Pereira de Queiroz na década de 1970 nos servindo como base para comparação⁴.

A maior parte da população do município de Leme, reside na zona urbana, cerca de 97%, sendo que aproximadamente 3% encontram-se atualmente residindo na zona rural. Na década de 1960, entretanto, essa situação era bem diferente, segundo Queiroz (1973). De um total de 21.518 habitantes, 11.785 faziam parte da população urbana e 9.933, integravam a população rural (QUEIROZ, 1973, p. 17). Esses dados

⁴ Em nossas observações realizadas nas visitas aos bairros rurais do município, entendemos que as características pelas quais optamos por trabalhar na análise do bairro Taquari expressam em certa medida a realidade dos outros bairros existentes no município Além disso, observamos que se tornaria demasiadamente amplo envolver nesta pesquisa os quatro bairros diante de nossas reais possibilidades de atuação e dedicação. Portanto, sobre os bairros Ibicatu e Taquari Ponte faremos referências bem menos minuciosas, mas não deixaremos de lembrá-los já que estes dois bairros estão envolvidos na festa religiosa popular que estudaremos mais adiante.

revelam mudanças significativas na realidade econômica e social do município de Leme e nos mostram que dessa pequena porcentagem da população que atualmente reside na zona rural, a grande maioria está ligada aos bairros rurais, e é na existência desses bairros que ainda reside formas de resistência culturais caipiras, como por exemplo, as manifestações religiosas.

O Bairro Taquari, estudado por Queiroz, é um dos exemplos mais significativos.



Figura 2: Imagem de satélite do Bairro Taquari. Fonte: Google Earth; elaborada por PADILHA, F.M., 2008.

Segundo dados colhidos junto a população local, o Bairro Taquari iniciou-se com a vinda de imigrantes italianos no início do século XX que foram adquirindo terras e formando fazendas. Três eram as famílias mais tradicionais que formaram o bairro Taquari: Baldin, Giroto e Piratelli. Atualmente o bairro ainda é composto em sua maior parte por membros dessas três famílias. Em anexo podemos analisar um texto colhido na escola do bairro sobre o Sr. Carlos Baldin, patriarca da família Baldin italiano de Mestrino, proprietário da antiga fazenda Olho D'água e um dos fundadores do bairro. Também foi ele quem construiu a antiga capela dedicada a São Sebastião e a São Caetano (as festas religiosas que acontecem no bairro hoje

são em homenagem a esses dois santos, os padroeiros desde aquela época) e a escola do bairro.



Foto 5 : Famílias reunidas em uma das propriedades que fazem parte do bairro Taquari. A fonte da foto não possuía registro exato do nome do local bem como da data exata, nos informando apenas que datava provavelmente da década de 1920. Interessante notarmos, ainda que a imagem esteja um pouco distorcida, a presença de elementos da religião católica, provavelmente um pároco está retratado à frente. As pessoas aparecem na imagem vestidas “para festa”, ou “para missa”, que é como se referiam a forma mais elaborada de se vestir, com roupa mais nova para os eventos em que se reúne a comunidade, costume observado até os dias de hoje. O tipo de edificação demonstrado na foto era característico da zona rural do município na época e encontramos edificações parecidas até os dias de hoje. Fonte: família Baldin, arquivo pessoal, 2007.

Nesta foto, provavelmente da década de 1920 segundo um dos integrantes da família Baldin, observamos a população do bairro reunida em torno da igreja em uma das festas religiosas que acontecia no bairro. Desde o início da formação do bairro a religião católica mostra-se como dominante e como determinante das manifestações culturais e integração social.

É comum observarmos as pessoas se identificando pelo sobrenome, e se referindo umas às outras dessa maneira, hábito observado inclusive entre as pessoas que viveram na zona rural e hoje moram na cidade.



Figura 3: Imagem realizada a partir do brasão da família Baldin, uma das mais tradicionais do bairro Taquari. O documento original não estava em tão boas condições. O texto expressa de maneira resumida a história da família Baldin que pode ser encontrada em outro documento fornecido pela família em anexo. A águia é o símbolo do poder, da vitória e da prosperidade. A estrela significa esplendor e nobreza. Uma família possuir um brasão é um sinal de poder e mostra sua importância para a sociedade local. Evidencia a importância do nome da herança e da família na comunidade rural local. Fonte: Acervo pessoal da família Baldin; modificado por Padilha (2009).

Com o passar dos anos, as três famílias mais tradicionais citadas acima foram casando seus filhos e mantendo o domínio do território e do bairro por eles fundado, como pudemos observar nos relatos colhidos por moradores tradicionais da zona rural do município.

A maioria do pessoal se conhece aqui né, [...] porque aqui praticamente é três família né, é Giroto, Piratelli e Baldin né (risos), mas tem até gente que tem propriedade aqui e num mora aqui, mas já é bem menos né. (J. B., 42 anos, sitiante e morador do bairro, descendente de um dos fundadores do bairro, 2007).

Manteve né [as famílias mais tradicionais morando no “sítio” e no bairro rural] os Giroto, os Baldin, é tudo tradicional dali né. [...] É que tudo tem sítio ali né, o Dito, o Antonio, o Sérgio, *mai* [mais] gente dali né. [...] Não [mudou muito nos últimos 30 anos as famílias que já viviam ali] mas tem uns par dele que é de fora né, de São Paulo que aposentou, mas esse só mora né [não tem sítio e nem trabalha coma terra]. (A.B., 58 anos, sitiante, 2007).

Percebe-se, portanto que o parentesco é uma característica importante no local, fato observado também por Queiroz (1973).

O casamento preferencial é com gente do bairro ou de bairros vizinhos. (...). Há, pois, apreciável grau de parentesco entre os habitantes, e às famílias conhecidas como antigas vieram se integrar pelo casamento, outras que chegaram posteriormente, principalmente de origem italiana. A situação de meeiro ou de membro de família antiga recentemente instalada no bairro não impede o casamento numa família “antiga”. (QUEIROZ, 1973, p. 38).

Nos relatos dos moradores notamos essa relação, embora seja afirmado por eles que atualmente entre os mais jovens essa preocupação não seja tão evidente. Entre os moradores do bairro que são em sua maioria descendentes das famílias tradicionais, isso ainda é observado. Mas seus filhos mais jovens não se importam em manter o casamento entre “pessoas do sítio”. Para um futuro, pode ser que relação da manutenção do parentesco através casamento torne-se fragilizada.

Os jovens estão indo morar na cidade após casar-se com pessoas da cidade, não mantendo mais essa relação de parentesco nos casamentos de forma tão intensa, mesmo que isso ainda aconteça de maneira mais pontual.

Ah, muito [das pessoas que se casaram] foi embora pra cidade, alguns mora na vila né [bairro Taquari]. É, eu ia saí e arrendar a terra aqui né, mas tava difícil uma situação difícil, eu sozinho pra começar, eu vou preservar isso aqui, aí cada um pega um outro serviço e se um dia der certo volta, mas cada um pegou uma profissão, um é motorista, trabalha na Sta Rosa, o outro trabalha na mecânica da retífica lemense. [...] É [são casados] mas não com gente do sítio, meu *fió* [filho] *memo* [mesmo], a muié dele uma veio do Paraná, é professora, a outra também já veio da cidade, lá do mercado Covabra. (A.B., 58 anos, sitiante, 2007).

Aumentou né, aumentou [número de famílias do bairro] sim, mas as famílias principais continuam porque ali quase todos os irmãos do meu pai ainda continuam, meu pai tinha 10 irmãos, e mora quase tudo lá, e os filhos mais velhos também continuaram ali, tem família e continua ali. Agora os mais novos não né, os netos já tão vindo tudo morar na cidade. (I.V., 42 anos, ex-moradora da zona rural, 2007).

Ah não, hoje já esparramou mais né [sobre a continuidade ou não de casamentos entre pessoas das famílias do bairro], antigamente era assim, é também porque antigamente usava mais a bicicleta ou a cavalo né. Então num andava muito longe né (risos). Ficava nuns [em uns] bailinho aqui mesmo né, num ia muito longe. Hoje não, vai quase tudo dia na cidade né, no meu tempo a gente ia bastante também, mas eu fui casar com uma vizinha né, mas no tempo do meu pai só ficava por aqui mesmo então casava por aqui mesmo né. [...] Ah mudou bastante viu, mudou, tem muitas pessoas que tão indo né (risos) pra cidade né, eu sei que eles consegue um estudo um trabalho e tão indo embora né, porque o jovem hoje eles num tão muito interessando não, a agricultura ta ficando mais *pra* parte nossa dos quarentão pra lá (risos). O meu filho vai no sítio mesmo passear, ele já até ajudou um pouquinho mas num é o interesse dele lá não.[...]. Não [sobre se os membros de sua família continuam morando no bairro], tem quatro morando aqui né, *aí* tem um Pirassununga, um em Leme e uma em Conchal. [...] Tão indo pra cidade né [os mais jovens que se casam] é que no sítio né, tem muito casa vazia, abandonada aí eles num ficam uma pela segurança né, que nem no sítio já tá tendo muito assalto né, alguns que moravam no sítio que num foram pra cidade vieram morar no bairro, continuam no sítio mas agora morando no bairro né. (J. B., 42 anos, pequeno produtor, morador do bairro Taquari, 2007).

Sobre a questão da herança, Queiroz (1973) observou que na década de 1960:

(...) o chefe de família pode dispor de seus bens de duas maneiras: ou dividir a terra em vida, por meio de um acordo, para evitar dissensões e brigas entre os filhos; ou então deixar que tudo decida depois de sua morte. Esta segunda maneira parece ter preferência, pois, segundo foi informado às pesquisadoras, é o modo de impedir que o velho casal fique em desamparo, depois de dividida a terra entre a prole. A decisão sobre uma a outra forma de herança fica a critério do chefe da família. (QUEIROZ, 1973, p. 39).

Os dados que coletamos através das entrevistas não são suficientes para entendermos essa questão de forma mais ampla, mas numa das famílias mais tradicionais o filho mais velho (que é quem tem mais habilidades com a terra) é quem “toca” a produção referente à porção de terra que coube a ele como herança e a parte de alguns irmãos que ele acabou arrendando. Neste caso, a divisão das terras foi feita pelos pais aos sete filhos, mas nem todos permaneceram trabalhando com a terra, então o irmão mais velho ficou responsável por tocar a produção.

Lá [na propriedade] tem 18 alqueires, fica há um quilômetro. Lá é meu e dos irmão né, eu toco minha parte e arrendo a deles, nós somos em sete irmão, meu cunhado e minha cunhada toca lá e arrendamo [arrendamos] cinco parte né, eu pago como se fosse um aluguel assim, mais ou menos né, tipo um aluguel, um arrendamento né. Pago em cima do que eu produzi, eu pago 20% da renda líquida né, pra eles do que eu produzo na parte deles. Quando meu pai era vivo aí ele tocava a parte dele né. E minha mãe é falecida há 20 anos né, aí a gente tocava a parte da minha mãe separado né, que eu arrendava pra eles, aí eu ajudava ele tocar né, uma parceria que eu fazia com eles.(J. B., 42 anos, produtor, pequeno proprietário e morador do bairro Taquari, 2007).

Outro ponto interessante a ser observado são as relações de trabalho. Uma das relações mais comuns que Queiroz (1973) encontrou no bairro rural na década de 1960 foi a relação entre proprietário e meeiro. A autora observou na ocasião que no bairro:

A população local se divide entre proprietários e meeiros; as propriedades de mais de 5 alqueires são em geral trabalhadas à meia. O proprietário dá o solo preparado – arado e gradeado, - e paga também a metade do custo do adubo, ficando as despesas da colheita a cargo do meeiro; cada meeiro toma a si a responsabilidade de quantidade determinada de alqueires, em proporção com a quantidade de filhos que pode arregimentar para o trabalho. A casa do meeiro é fornecida pelo proprietário. [...] O restante das terras que não foram dadas em meação, o proprietário as trabalha com a mão de obra familiar; emprega também seus filhos casados e genros, mas neste caso despesas e lucros são divididos em partes iguais. (QUEIROZ, 1973, p.33-34).

Essa relação entre proprietários e meeiros, segundo conversa com técnicos da CATI e pessoas ligadas a Casa de Agricultura do município, praticamente inexistente

atualmente. Hoje em dia a prática de dar terras para a meação foi quase que totalmente substituída pelo arrendamento de terras como observamos no capítulo anterior. Os sitiantes arrendam suas terras quando necessário, mas os arrendatários não residem no bairro nem nas propriedades como era com os meeiros, pois os arrendatários são, em sua maior parte, grandes proprietários ou donos de usinas. Na tabela 6 do capítulo anterior, fizemos algumas observações com relação ao número de proprietários residentes em suas propriedades e percebemos que este número é bem inferior ao total de unidades de produção, indicando que provavelmente somente os sitiantes é que ainda residem em suas propriedades.

Queiroz (1973) observa, entretanto, que na década de 1960 a existência de empregados volantes que na ocasião vinham de municípios vizinhos para colheita do algodão. Os “volantes” (trabalhadores assalariados), segundo a autora, eram trazidos por um “turmeiro”, que era quem alugava o caminhão de transporte e fiscalizava a colheita anotando a produção de cada um. O “turmeiro” era um intermediário e um fiscal, pois prestava contas ao lavrador do trabalho efetuado, recebe o dinheiro e paga aos volantes (QUEIROZ, 1973, p. 34).

Tal relação é muito comum atualmente. Existe um grande número de pessoas, geralmente moradores da zona urbana, que possuem ônibus e caminhão para levar os trabalhadores volantes para o trabalho na lavoura. A denominação dada a eles de turmeiros é a utilizada ainda hoje. Eles continuam com a função de fiscal da produção. Entretanto algumas diferenças foram observadas. Na maioria das vezes esses turmeiros atualmente são ligados à empresa que arrendou as terras do pequeno produtor. A empresa agrícola é geralmente responsável pela colheita e faz um contrato com o turmeiro que contrata os volantes. Os volantes em sua maioria trabalham registrados por causa da fiscalização relacionada aos direitos dos trabalhadores. A maioria desses volantes não vem de outras cidades, mas sim da própria zona urbana do município. Geralmente, como já expusemos anteriormente, são nordestinos que se estabeleceram na cidade para trabalhar na lavoura.

O bairro rural está localizado muito próximo à área urbana e, portanto exerce com ela fortes relações de comércio, questões jurídicas, legais, financeiras, entretenimento, saúde, entre outros.

Queiroz (1973) observa, entretanto, que na década de 1960, essa relação não era tão intensa, pois na época a cidade era pouco industrializada, não possuía, por exemplo, maquinário suficiente para transformação dos produtos rurais (que era feito geralmente em Campinas e Piracicaba, cidades maiores), nem um comércio atrativo para a população do bairro, sendo realizadas somente algumas compras de vestimentas, equipamentos domésticos e alimentação.

A cidade, na década de 1960 servia ao bairro rural principalmente no setor de serviços, como atendimento médico e orientações na Casa da Lavoura bem como para votar e participar da política. A cidade configurar-se-ia, portanto, apenas como um “prolongamento da zona rural” (QUEIROZ, 1973, p. 46).

Mas atualmente, como município já oferece muito mais serviços e comércio essa relação intensificou-se como observa um dos sítiantes do município.

Ah depende muito [se o bairro rural possui alguma dependência com o município], assim pra comprar mesmo. A maioria compra tudo lá [na cidade] até leite compra né. (A.B., 58 anos, sítiante, 2007).

Tem né [dependência da cidade] mais assim o problema de posto de saúde, ainda ta precisando fazer uma coisa melhor pros bairros [rurais]. Também num tem delegacia, só a ronda que passa tudo dia aí mas num tem, o que ta faltando é assim um caixa eletrônico, num tem ainda, deve ser por ser meio pequeno né. Aqui tem uns comércio, mas o pessoal compra pouco aqui né, mais na cidade né, a concorrência hoje é grande, com os grande hoje num dá pra concorrer (risos). (Sr. J. B, 42 anos, sítiante, pequeno proprietário de terra, morador da zona rural desde que nasceu, 2007).

Queiroz analisa ainda que, na década de 1960 podia-se observar muita semelhança entre o modo de vida das pessoas da cidade e do campo principalmente no que diz respeito ao conforto da existência, ou seja, “noutras palavras, há certa homogeneidade entre a vida urbana e a vida rural, e Leme, portanto, deste ponto de vista, se apresenta como um município equilibrado” (QUEIROZ, 1973, p. 46- 47).

Isso se devia ao fato de que o município de Leme em si não apresentava um desenvolvimento muito elevado no que diz respeito ao oferecimento de serviços, e também se devia ao fato de que a partir das pesquisas da autora, o nível econômico

das famílias do bairro rural era de certa forma elevado se comparado às famílias consideradas camponesas, e, portanto, não havia muita diferença do nível econômico das famílias da cidade para as famílias do bairro rural (QUEIROZ, 1973, p. 46- 47).

Essa questão inclusive foi, para a pesquisa da autora na época, um ponto de questionamento de como então o bairro Taquari se configuraria como um bairro rural tradicional se o nível econômico e se a questão das técnicas utilizadas por esses agricultores, bem como suas formas de produção e comercialização eram de certa forma, distantes das formas tradicionais, levando-a a ampliar a visão de bairro rural deixando para um segundo plano neste caso a concepção voltada para os aspectos econômicos, entendendo como mais importante os aspectos culturais e de modo de vida caipira.

Essa foi a realidade que nós também observamos ao realizar esta pesquisa na caracterização do bairro Taquari como sendo um bairro rural: o modo de vida caipira torna-se mais evidente na caracterização do que os meios de produção.

Observamos, entretanto, diferentemente de Queiroz (1973), um grande distanciamento do modo de vida e do nível econômico das pessoas da cidade para as pessoas do bairro rural. Houve desde a década de 1960 um grande inchaço populacional na área urbana, a cidade se urbanizou cada vez mais, a mistura de culturas e de pessoas provocou significativas mudanças no modo de vida das pessoas da cidade comparado ao modo de vida das pessoas do campo, do bairro rural. No campo, ainda podemos observar tanto na paisagem como nos costumes, um certo grau de bucolismo devido às características do modo de vida caipira que permanecem. Na cidade isso quase não se observa. E com relação ao nível de vida, o sitiante ainda mantém um certo padrão elevado como observou Queiroz (1973), entretanto a desigualdade social aumentou tanto no campo como na cidade. Os sítiantes analisam que está muito difícil para eles manter-se na vida no campo. E na cidade é cada vez mais crescente o número de bairros periféricos muito pobres em contraponto a uma minoria tradicional burguesa que se instala no centro da cidade desde sua formação.

A fala deste sitiante evidencia esta questão:

Pra trabaiá ficou mais fácil [nos últimos anos] né (risos). Agora pra ganhar dinheiro, ah, os grandão ganha, mas quem tem pouco fica difícil, ainda agora de uns ano pra cá até que as coisas tão ficando barata mas teve uma época que era difícil. [...] Ah porque você num consegue acompanhar [o mercado], é difícil. Quem já ta memo embalado, ele vai comprando, ele vai arrendando, agora pra começar é difícil. (A.B., 58 anos, sitiante, 2007).

Sobre o objetivo da produção agrícola realizada no município, na década de 1970 ainda era comum encontrar na zona rural do município a produção voltada para o consumo, como caracteriza Queiroz (1973), entretanto, era a agricultura comercial que imperava. Tratava-se de uma zona de criação, com alguma agricultura de subsistência e café cultivado numa ou noutra propriedade. (QUEIROZ, 1973, p.31).

A cultura comercial se associava às roças de arroz, feijão, milho, destinado à subsistência. A cultura de subsistência era um mero complemento da agricultura comercial, e é esta que imperava. A atividade pastoril também era secundária e seus produtos destinados para o consumo doméstico e local. (QUEIROZ, 1973, p.33).

Atualmente o que se observa é a agricultura de subsistência sendo praticada cada vez menos. O sitiante muitas vezes considera ser mais barato e menos trabalhoso ir até a cidade comprar determinados produtos como verduras, legumes e frutas, do que cultivá-los em suas propriedades. Entretanto, ainda encontramos nas propriedades rurais, nos quintais das casas dos bairros rurais, pequenas hortas, árvores frutíferas, criação de galinhas, etc., que a população utiliza “para o gasto” como eles denominam tal prática. Embora a agricultura de subsistência atualmente, assim como na década de 1970, é realizada associada à produção comercial e realizada em pequenas escalas, entendemos que o fato de existir da maneira como encontramos no bairro, mesmo que seja “para o gasto”, é um dos indícios da permanência de traços da cultura caipira, camponesa, “tradicional”, como muitos sítiantes ainda gostam de se intitular. Os relatos de sítiantes colhidos através das entrevistas e das visitas comprovam essa realidade.

Eu planto um pouco de tudo, praticamente. A maior parte é algodão, mas eu planto milho, arroz, feijão, painço, vassoura. Eu sou tradicional. (S. A., 53 anos, sitiante, 2007).

Que nem tem muita gente que arrenda né pra usina, arrenda tudo, pranta [planta] cana, aí compra de tudo. Tem gente que num quer mai...eu aqui acostumei, tem gente que diz você é caipira, home do mato né, mas costume ter uma gado, ter galinha, ter verdura, sim. [...] Mas maioria faz assim, por esses sítios aí, muito lugar, se você for saí comprar uma galinha, ou ovo ce [você] num acha. Nem po consumo, eu conheço bastante gente que num fai [faz] nada, parece que num quer, só mora ali, as veis arrenda a terra, vai embora pra cidade, a usina derruba tudo, tem muita casa que fica abandonada, tem muito sitiante assim por aí. Ah tem gente que acha que vive bem né [sobre diferença que observa entre a pessoa que mora no sítio e nos bairros rurais e as pessoas que moram na cidade]. Tem gente que tem um sistema de vida que pra mim num presta, eu tenho um sistema, assim, de morar no meio de um bairro assim, eu num vô, eu num quero. Eu pra mim ó, a turma fala no meio do mato, mai eu pra mim óia [olha], aqui é gostoso viu. Eu num tenho medo, agora muitos já gostam de tá no meio de uma vila, eu já num gosto, tem gente que fala você vai embora po meio do mato, você é bobo, mai eu gosto, tenho um sistema, já costumei. Num é fácil costumar, mai que nem eu que costumei aqui é duro de sair. (A. 58 anos, sitiante, 2007).

A infra-estrutura, o espaço físico do bairro é um outro ponto interessante a ser observado. Percebe-se que os moradores dos bairros rurais dão bastante importância a essa questão quando observam as mudanças ocorridas nos últimos trinta anos. Para eles, embora ainda falte muita coisa, já “melhorou muito” nesse sentido.

Já na década de 1960 o bairro contava com eletrificação, escola, local para jogo de bocha, qualidade nas estradas. Essa estrutura também pode ser observada atualmente, além de outros elementos como rede de esgoto e asfalto.

Agora já tem asfalto, água encanada, iluminação pública, que de primeiro não tinha né, rede de esgoto né, depois encanou água, colocou telefone. (A.B. 58 anos, sitiante, 2007).

Bom a primeira mudança foi a água encanada, que não tinha né, eu num sei em que época que foi mas mas já faz um bom tempo né, depois veio aí o asfalto né, o telefone né, inda ta faltando Internet né (risos). Na scola só que tem né, mas nas residências inda não e onde tem é muito complicado, demorado. É o

que falta ainda pra ficar bom né, pra ajudar as crianças no estudo né, mas eles tão fazendo uma torre pra por. (J. B., 42 anos, sitiante, pequeno proprietário de terra, morador da zona rural desde que nasceu, 2007).

Queiroz (1973), caracterizando a estrutura física dos bairros observa que:

O núcleo central do bairro inclui a igreja, bares, o campo de bochas, uma máquina de beneficiar arroz, algumas habitações [...] a escola, a serraria; depois o restante das habitações dispersas pelos sítios. As casas são em sua maior parte de tijolos, cobertas com telhas francesas, e tendo também o chão atijolado ou cimentado. O padrão residencial é muito homogêneo, não havendo diferenças gritantes entre a casa dos sítiantes proprietários e meeiros (QUEIROZ, 1973, p. 37).

É interessante notar que tendo os padrões econômicos e de produção sofrido modificações no bairro com o passar dos anos, em seu espaço físico observa-se poucas modificações evidenciando como a questão da cultura e dos costumes de uma população sitiante tradicional ainda prevalece mesmo em locais próximos ao desenvolvimento tecnológico e urbano.

Ainda hoje se tem como núcleo central igreja onde ocorrem algumas festas religiosas tradicionais como a do padroeiro e onde se concentra, portanto as atividades sociais ligadas a religião integrando o Bairro Taquari aos outros bairros rurais.

Festa de padroeiro tem a de São Sebastião e São Caetano. A de São Sebastião acontece em janeiro e São Caetano em agosto. [...] Sim, movimenta bastante gente, junta bastante gente do bairro, vizinhos e bastante da cidade também, tem o povo que vem da cidade que ainda gosta das festas de sítio né (risos). (J. B., 42 anos, sitiante, 2007).

O campo de futebol e campo de bocha, o bar, além das festas religiosas e bailes sertanejos no barracão da igreja são ainda as opções de lazer da população do bairro e dos sítiantes que moram nas proximidades.

Ah mais é o jogo de futebol [sobre as atividades de lazer] né, depois vem mais a parte do bocha né, o jogo de malha né, o bar do Cinésio [bar do Português, ilustrado na foto abaixo] né, o jogo de bola. Poucos que joga bola e os outros

jogos, a maioria dos mais jovens já sai, já vai pra cidade, num fica muito aqui né. (J. B., 42 anos, sitiante, pequeno proprietário de terra, morador da zona rural desde que nasceu, 2007).

[...] As veis tem festa, outras veis tem baile, barzinho do Cinésio (risos). [...] Os mai novo gosta de anda né, vai pá cidade, andar de moto, ir daqui ali. (A. 58 anos, sitiante, 2007).



Foto 6: Capela de São Sebastião localizada na área central do bairro Taquari. Não conseguimos encontrar a data exata de sua construção, mas segundo moradores, foi construída provavelmente no início do século XX. Fonte: PADILHA, F.M. novembro de 2007, arquivo pessoal.



Foto 7: Área construída do bairro, com edificações típicas. Observa-se na foto a rua principal chamada rua São Sebastião que é uma continuidade da estrada Municipal Orlando Leme Franco, que interliga a área urbana da cidade ao bairro Taquari e o bairro Taquari a outros bairros rurais. Além disso, observamos também o campo de bocha e o bar, pontos de encontro e lazer tradicionais da zona rural e do bairro. Fonte: PADILHA, F.M., novembro de 2007, arquivo pessoal.

O bairro conta com uma escola municipal que atende as crianças do bairro Taquari e dos bairros vizinhos. No período de pesquisa de Queiroz, essa realidade era diferente.

Por outro lado, embora a maioria das famílias seja de um nível econômico que possibilita a continuação dos estudos além do curso primário, não se verifica; terminado o curso, meninos e meninas vão ajudar os pais em suas lidas na lavoura e não prosseguem estudando, mesmo quando manifestam gosto de vocação. Encontram mesmo oposição dos pais quando mostram desejo de estudar no ginásio. Os pais se justificam dizendo que não querem se

separar dos filhos; para estudar no ginásio estes precisariam residir na cidade [...]. (QUEIROZ, 1973, 40-41).

Atualmente os filhos permanecem no bairro estudando sendo que a maioria deles auxilia nos serviços domésticos somente e estudam. Como não precisam mais residir na área urbana para estudar, os pais não se opõem e sim, incentivam o estudo dos filhos, já que vêem nisso uma forma de melhorar a vida dos filhos.



Foto 8: Vista frontal da Escola Municipal Taquari Bairro. Observa-se na foto boa estrutura física da escola e pavimentação asfáltica nas ruas. Fonte: PADILHA, F.M., novembro de 2007, arquivo pessoal.



Foto 9: Um dos Comércios existentes no bairro, o Mercado Sebastião, construção característica do bairro, de traços antigos, com varanda e faixa ainda originais. Nota-se que o nome dos santos padroeiros estão presentes nas ruas e comércios em todo o bairro, demonstrando a importância da religião para os moradores. Fonte: PADILHA, F.M., novembro de 2007, arquivo pessoal.

Com relação à religião é a católica a religião predominante embora haja no bairro algumas famílias protestantes e uma igreja protestante, mas é o catolicismo que impera. Essas famílias protestantes estão no bairro desde a pesquisa de Queiroz, mas na época, essas famílias faziam o culto em outro bairro, pois no Taquari não havia um local físico para isso.

Há no bairro três famílias protestantes que, embora freqüentando seu templo no bairro Ribeirão do Meio, colaboram nas festas religiosas do Taquari. O comparecimento e a cooperação nestas festas fazem com que sejam bem vistas pelos católicos e facilita sua integração. (Queiroz, 1973, p. 44).

Atualmente, segundo um dos entrevistados o número de famílias protestantes aumentou e elas já possuem templo no bairro. Essas famílias parecem não ter problemas com o restante da maioria católica e parece ainda haver integração principalmente na organização das festas religiosas católicas observadas por Queiroz (1973). Entretanto, esse aumento de protestantes para os católicos residentes no bairro leva a uma idéia de perda da religiosidade católica em certa medida, pois já está se “misturando” um pouco. Isso pode, de certa forma, evidenciar um maior respeito à outras religiões que vêm crescendo com o passar dos anos mas sem deixar de haver a preocupação por parte dos moradores com a perda da identidade católica herdada dos imigrantes italianos que até hoje caracteriza o bairro fortemente.

Ah eu considero sim [considera forte a influência da religião no bairro] viu, já misturou bastante as religião né, porque antigamente era mais a católica né, hoje já tem mais uma igreja né, de protestante né. (J. B., 42 anos, sitiante, pequeno proprietário de terra, morador do bairro, 2007).

Naquela época, era evidente a importância de ser um religioso ativo no bairro. A autora cita que comentava-se com admiração que fulano e sicrano eram tão religiosos que até à roça iam de terço no bolso. (QUEIROZ, 1973, p. 44).

Hoje em dia, essa referência parece não ter tanta força como naquela época, mas entre os moradores mais antigos fica evidente seu valor.

É, você vai na missa, lá no Taquari memo tem pouca gente...tem uma par que diz que é crente, uma par que tem religião só no documento né (risos), diz que é católica ali no documento né, mas se for vê memo num é não. (A. B., 58 anos, sitiante, 2007).

O Bairro Ibicatu, também chamado de Núcleo Ibicatu, é relativamente menor que o bairro Taquari, apresentando residências antigas remanescentes do período em que existia no local uma fazenda de café. O bairro possui também chácaras de veraneio, construções mais recentes. Essas chácaras são frequentadas principalmente aos finais de semana e feriados.

Segundo entrevistas realizadas com os moradores do bairro, houve muitas mudanças nos últimos anos. A principal delas, para eles, foi no número de moradores. São cerca de apenas dez famílias que realmente vivem no local hoje em dia, das quais a maioria tem sítio onde plantam cana-de-açúcar e laranja. Dizem os moradores, que antigamente moravam também os meeiros além de proprietários de sítios, mas hoje isso já não acontece mais.

Os moradores relatam que ali todos se conhecem, são parentes ou se consideram como tais exceto os moradores mais recentes que construíram suas chácaras para passar as horas de lazer.

Neste bairro é mais comum encontrarmos produção para o consumo próprio, principalmente a criação de galinhas e porcos.

No centro do bairro existe uma igreja de arquitetura bastante antiga, rodeada por casas de características semelhantes. Esta é área mais antiga do bairro. As casas ali existentes faziam parte da chamada “colônia” de trabalhadores da fazenda de café provavelmente do final do século XVIII e início do século XIX segundo os moradores mais antigos do bairro. Com o passar dos anos, a área da fazenda foi sendo dividida em terrenos e esses terrenos foram sendo vendidos.

Os moradores se queixam que antigamente havia mais opções de diversão, pois eram mais comuns os bailes, jogos de futebol, que hoje quase não acontecem, somente durante datas comemorativas ou religiosas, como nas festas de santos. Informaram que atualmente só acontecem duas festas religiosas no bairro: a do Padroeiro, São João Batista, e a da Romaria dos Canoeiros.



Foto 10: Capela de São Sebastião construída provavelmente no final do século XIX. O asfalto do bairro é recente. As ruas principais foram pavimentadas em 2007 às vésperas da Festa da Romaria dos Canoeiros. Na foto também observamos as figuras típicas do sítio: moradores dos bairros rurais. Fonte: PADILHA, F.M., novembro de 2007, arquivo pessoal.



Foto 11: Estabelecimento construído, segundo os moradores, no início da formação do bairro onde funcionava um comércio. Ao lado, residência típica com varanda bastante característica. No bairro, observam-se muitas árvores. Nos bairros a paisagem construída sempre se mistura com a paisagem natural. Fonte: PADILHA, F.M., novembro de 2007, arquivo pessoal.



Foto 12: Residência construída no início da formação do bairro Ibicatu. Elementos característicos do meio rural estão presentes como a cerca de bambu, o amplo quintal de terra batida, e muitas árvores, em sua maior parte, frutíferas. Fonte: PADILHA, F.M., novembro de 2007, arquivo pessoal.



Foto 13: Residência recentemente construída para veraneio. A construção de casas para essa finalidade tem sido cada vez mais comum no bairro Ibicatu. Fonte: PADILHA, F.M., novembro de 2007, arquivo pessoal.

O Bairro Ibicatu é um dos palcos da festa religiosa mais tradicional do município, a Romaria dos Canoeiros. Há, nesta festa, uma integração social entre esses dois bairros através da religiosidade. Pela religiosidade popular manifesta-se a cultura caipira

através de símbolos, músicas, comidas típicas e os rituais que envolvem a adoração à imagem da santa Nossa Senhora Aparecida. Outro bairro envolvido é o Taquari Ponte.

O bairro Taquari Ponte, segundo dados orais colhidos com a população local e documentos produzidos pelos moradores tradicionais do bairro, tem sua gênese quando as capitâneas hereditárias foram divididas em sesmarias, uma delas foi entregue ao coronel Serafim Leme da Silva, que era também conhecido pela alcunha de “Chapéu de Couro”, devido ao costume de usar um chapéu muito alto, feito de couro, de abas largas. Motivado pelo apelido de seu proprietário, a sesmaria passou a ser conhecida como Terras do Chapéu de Couro, posteriormente, somente Chapéu de Couro, nome que permanece até os dias atuais, em uma parte do bairro, remanescente da gleba de terra maior. Outra parte foi adquirida no ano de 1905 por Joaquim Leme Mourão e passa a se chamar Freguesia de N^a. Sr^a. Do Patrocínio. Em 16 de setembro de 1912 a freguesia foi adquirida pelo major Jacintho Ernesto de Oliveira Penteado e passou a ser conhecida como Sete Lagoas (devido à existência de sete lagoas, próximas a sede).

Inicialmente era uma área de 2.400 alqueires de terras banhadas pelo rio Mogi-Guaçu que foram sendo divididos entre os herdeiros e vendidos posteriormente. Em uma parte dessas terras divididas, no ano de 1950, o Sr. Oscar Tischer arrendou uma área de 1,1 alqueire e mudou-se com a família (esposa Joana e os filhos Aparecida Inês, Guilherme e Oscar) construindo no local um prédio de coqueiro barroteado e coberto de telhas, onde instalou um bar e mercearia além de diversos quartos, que separados do prédio principal, eram alugados para pernoite.

O local era freqüentado pelos pescadores atraídos pela fama de rio piscoso que tinha o Rio Mogi-Guaçu e da variedade de espécies nele encontrada. Era comum a vinda de pessoas das mais variadas e distantes cidades, que para lá se dirigiam atraídas pelas famosas peixadas que eram servidas pelo casal e filhos. O estabelecimento conhecido como “*Bar do Carlím Tischer*”, foi o primeiro prédio construído na margem direita do rio Mogi-Guaçu, onde atualmente situa-se o Taquari Ponte.

Na época o estabelecimento era conhecido pelo nome do proprietário (bar do João Quintino, da D^a. Tita, do Joaquim Roberto, do Mané Augusto, por exemplo) e assim por diante. Na local onde hoje se localiza o bar foi construída, em 1969 uma

gruta em homenagem a Nossa Senhora Aparecida. O comércio é denominado Bar da Gruta, de propriedade da família Tischer, moradores tradicionais, idealizadores da romaria e da festa Romaria dos Canoeiros.

Muitos pescadores almejavam ter a posse dos pesqueiros que foram sendo construídos no local. Por isso os proprietários das terras passaram a vender lotes que margeavam o rio Mogi-Guaçu fato que culminou na tradição de se construir “ranchos” nas margens do rio. Os ranchos eram edificações caracteristicamente rústicas, destinadas aos momentos de lazer. Embora atualmente terem a mesma denominação, a rusticidade é uma tendência apenas dos ranchos mais antigos.

O bairro Taquari Ponte localiza-se há cerca quatro quilômetros do bairro Taquari e surgiu provavelmente 30 anos depois, tendo sido denominado Taquari Ponte provavelmente a partir do bairro Taquari. Segundo a população mais antiga, o nome “Ponte” se dá pela ponte muito famosa existente no bairro já que este é cortado pelo rio Mogi-Guaçu.

A estrutura física do bairro, bem como as relações entre as famílias que ali residem são muito parecidas com as características alisadas nos outros bairros. O bairro conta com água encanada, rede de esgoto, asfalto. Possui alguns comércios como mercearia e bares. Na capela Imaculada Conceição é onde se concentram os eventos religiosos, quermesses, etc. O bairro conta também com um posto de saúde, muito utilizado pela população da zona rural. Foi inaugurada uma escola municipal no final de agosto de 2009. A configuração espacial do bairro em torno do rio Mogi-Guaçu é uma das características que mais o diferencia dos outros bairros. Relações de compadrio, de vizinhança e de ajuda mútua entre as famílias mais tradicionais são muito comuns, embora estejam diminuindo entre as gerações de filhos mais jovens, assim como observado nos outros bairros.



Foto 14: Imagem de uma das ruas do bairro Taquari Ponte que ainda não possui pavimentação. Quase todas as casas e ranchos se misturam a muitas árvores e plantas. O cultivo de plantas é hábito da população local, seja para ornamentação ou para consumo. Fonte: PADILHA, J.C., agosto de 2009, arquivo pessoal.



Foto 15: Ao fundo observamos uma das ruas do bairro Taquari Ponte onde existe uma igreja Assembléia de Deus evidenciando que neste bairro atualmente o catolicismo não é a única religião praticada mas ainda é a predominante. O campo de futebol durante um jogo que se realiza na festa Romaria dos Canoeiros. Fonte: PADILHA, F.M., agosto de 2009, arquivo pessoal.



Foto 16: Local onde funciona o bar da família Tischer, uma das primeiras construções do bairro Taquari Ponte, passou por reformas e não mantém mais a aparência original. Fonte: PADILHA, F.M., junho de 2007, arquivo



Foto 17: Capela Imaculada Conceição, bairro Taquari Ponte. Fonte: PADILHA, F.M., outubro de 2007, arquivo pessoal.

Os três bairros, Taquari, Taquari Ponte e Ibicatu são permeados pelo rio Mogi-Guaçu que é o trajeto por onde passa a romaria de canoas na festa religiosa popular que acontece desde a década de 1970, a Romaria dos Canoeiros. É esse rio também que a maioria da população desses bairros utiliza para manter a vida no campo, seja para irrigação, seja para o consumo, seja para lazer e turismo. Atualmente o turismo envolvendo o rio e os ranchos situados nas margens do rio tem sido explorado pela população como forma de aumentar a renda da família e auxiliar na difícil tarefa de manter a produção num nível que garanta a manutenção da vida no campo.

A partir das análises realizadas nos três bairros, e principalmente da análise do bairro Taquari⁵, concluímos que mesmo nos dias atuais, diante de todas as mudanças que o meio rural e a sociedade vêm sofrendo, esses bairros podem ser considerados como bairros rurais, já que possuem elementos que os caracterizam dessa maneira. Para realizarmos tal afirmação, retomemos as conclusões de Queiroz (1973) a esse respeito após estudos em Leme na década de 1960.

Ora, acabamos de verificar que relações familiares, relações vicinais e relações de trabalho no bairro rural modernizado do Taquari, continuam semelhantes as dos bairros tradicionais; tais relações se expressam na importância da ajuda mútua, do compadrio, das festas religiosas. Juntemos a este quadro a falta de estratificação social, a situação mais ou menos igualitárias de proprietários e meeiros, que formam um dos caracteres marcantes dos bairros tradicionais e que continuam em plena vigência no Taquari, para podermos afirmar que estamos diante de um grupo social que se enquadra na definição de bairro rural, no que este apresenta de fundamental. Não se diga que o trabalho assalariado está começando a penetrar no bairro do Taquari e o torna diferente dos tradicionais; [...] Se afastamos a economia como fundamento primordial da definição dos bairros, para admitir como tal as relações sociais, compreendemos então a possibilidade da conservação dos aspectos folclóricos tradicionais ligados basicamente as relações sociais [...]. (QUEIROZ, 1973, p.48 - 49).

Exceto pela relação proprietário e meeiro, os elementos pontuados pela autora foram por nós observados atualmente, confirmando nossa hipótese de que os bairros existentes no meio rural do município de Leme ainda apresentam resquícios evidentes do tradicional, do caipira, do rural. As relações sociais e as manifestações religiosas presentes no espaço dos bairros rurais são fundamentais nesse sentido.

⁵ Bairro que analisamos de maneira mais detalhada, como mencionamos em outro momento no texto, pois acreditamos que ele representa de forma significativa a realidade dos bairros rurais do município de Leme, além de termos bases históricas mais concretas sobre esse bairro expostas nos estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), nossa referência teórica principal sobre o assunto.

5. CAPÍTULO 5: A ROMARIA DOS CANOEIROS: REFLEXO DE PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES.

A economia de mercado provocou a dissociação do homem com a natureza (que se aprofunda continuamente), com sua obra na medida em que avançam os processos industrialização e urbanização (MARIANO, 2007, p.35). Entretanto, o homem está sempre buscando formas para manutenção daquilo que caracteriza sua identidade, sua cultura, suas raízes. A isso, podemos chamar de formas de resistência. Se é no modo de vida que ainda encontramos as formas mais significativas de resistência do sitiante tradicional no município de Leme, a cultura representada pela religiosidade é fundamental para entendermos esse contexto. Ao longo da pesquisa observamos a existência de elementos interessantes presentes atualmente nos bairros rurais estudados que comprovam algumas formas de resistência da cultura caipira, principalmente às ligadas à religiosidade popular, ainda que estejam sofrendo modificações impulsionadas pelas constantes transformações da sociedade, econômica e culturalmente.

Dentre esses elementos presentes nos bairros bem como na população ali residente estão as manifestações religiosas, como festas religiosas e/ou festas de santos ligadas ao culto aos santos existentes na religião católica, predominante entre os moradores em sua maioria de origem relacionadas à famílias de imigrantes europeus, quermesses e quadrilhas ligadas à essas festas, danças como a Catira, o

Cateretê e a Dança de São Gonçalo. Além disso, encontramos grupos de violeiros sempre presentes em todas essas manifestações.

Expressar a cultura caipira em suas mais variadas formas é de extrema importância numa época em que as relações são permeadas pelo capital e pela mercadoria. A festa, no caso do município de Leme é onde isso ocorre de forma mais evidente atualmente. Nesse sentido, fazendo referência à festa do Divino Espírito Santo realizada no município de Mogi das Cruzes, Mariano (2007) observa que:

Nos dias atuais, a Festa traz consigo a possibilidade de constituição de uma sociedade mais rica que aquela que aquela dominante na sociedade contemporânea mediada pela mercadoria, embora as relações tendam a restringir cada vez mais essa possibilidade. (MARIANO, 2007, p. 23).

Compartilhamos da idéia da autora quando esta afirma que:

O estudo da Festa mostra um movimento que mantém, descarta e incorpora elementos, permanecendo algo que poderia ser o seu cerne, aquilo que dá sentido a ela. A Festa veste-se do passado e do presente, realiza-se por meios modernos, fortalecendo-os. Mas conserva tempos pretéritos, o passado revivido através da memória, o passado vivido ainda no cotidiano, porque transmitido, e revivido nos rituais, por exemplo. Há um passado às vezes escondido e que se mostra à sociedade no tempo presente, sem perder o seu sentido. (MARIANO, 2007, p.26).

No meio rural, as festas adquirem caráter fundamental no que diz respeito à manutenção dos traços da cultura caipira, retratando elementos que ficam muitas vezes esquecidos no ritmo cotidiano. Mariano, 2007, com base em Lefebvre (1958) comenta que:

No que diz respeito à festa, mesmo que ela se torne produto ou espetáculo, comporta também momentos de plenitude pela presença de resíduos de tempos pretéritos, de sociabilidades propiciadoras do encontro, da contestação, pois antes de ser ruptura, a festa é explosão de forças acumuladas no cotidiano. (MARIANO, 2007, p.25).

No município de Leme as festas religiosas são muito comuns e acontecem com o objetivo de louvar os santos, agradecer a esses “seres” sagrados a boa colheita, ou a graça recebida. A prática de se fazer uma promessa para atingir a um objetivo é muito comum entre as pessoas, não somente entre os sítiantes mais tradicionais da zona rural, mas também entre a população da área urbana.

Uma festa religiosa, segundo Queiroz (1973), constitui-se um dos fatores mais importantes das famílias dos bairros e também de indivíduos de fora, na vida e na estrutura do bairro. A festa religiosa é, portanto, segundo a autora, no caso do município de Leme, a principal forma de congregação periódica dos habitantes, segundo maneira tradicional brasileira, ou seja, o ritmo de vida quotidiana segue inteiramente o padrão tradicional (QUEIROZ, 1973, p. 48). Em seus estudos no bairro Taquari na década de 1960 a autora observou que:

As festas religiosas constituem a atividade recreativa por excelência e o pretexto para os moradores do bairro se encontrarem regularmente, reunindo-se também com os habitantes de bairros vizinhos; como as datas das festas não coincidem podem estes acorrer ao Taquari então, e os sítiantes do Taquari podem freqüentar outras festas que não exclusivamente as suas. As festas dos santos padroeiros S. Sebastião e S. Caetano se realiza no mês de agosto; além dessa são comemoradas a ascensão de Nossa Senhora, a Semana Santa, o Natal, as festas juninas. (QUEIROZ, 1973, p.42).

A festas da religiosidade popular persistem porque são espontâneas, independem de instituições. Há sentido na vida do povo a realização dessas festas, por isso ele as realiza. Dessa forma, festas institucionais perdem sentido com o tempo, pois são artificiais, visam somente o mercado. As festas da religiosidade popular não.

Queiroz (1973) notou na década de 1960 a sobrevivência de danças folclóricas realizadas como parte das festas religiosas, como por exemplo, a Dança de São Gonçalo, a catira e o cateretê (QUEIROZ, 1973, p.43). Atualmente essas danças ainda estão presentes em algumas festas e trazem consigo características que nos remontam a tempos pretéritos e resgatam a cultura caipira. A Dança de São Gonçalo, segundo informações de técnicos que estão trabalhando no sentido de realizar projetos

vinculados ao turismo rural no município ainda acontece, embora de maneira bem pontual. Nas festas de santos e festas juninas é muito comum encontrarmos Folia de Reis e Catira, além da presença constante de violeiros e sanfoneiros.

Existe no município, um projeto denominado Projeto Jequitibá, organizado por técnicos e pessoas ligadas ao meio rural, que visa entre outras coisas, retomar a cultura caipira através do turismo rural. O projeto teve financiamento do governo federal e várias ações foram realizadas na tentativa de tornar o turismo uma alternativa interessante para o pequeno produtor do município. Conversando com uma das colaboradoras, tivemos acesso a um calendário cultural que foi organizado aproveitando eventos já existentes nos bairros rurais, bem como outros elementos dentre eles a culinária, artesanato e roteiros destinados a lazer. Esse calendário (anexo 2), nos dá uma idéia de como as manifestações culturais do caipira ligadas à religião estão presentes entre a população rural.

Soubemos, entretanto, que por problemas pessoais, muitos dos objetivos do projeto não foram atingidos prejudicando as ações inicialmente previstas. As atividades tradicionais como as festas religiosas previstas no calendário acontecem devido a tradição que persiste nos bairros. Outras atividades existentes no calendário como a Noite na Roça, feiras, encontros, etc., ocorreram algumas vezes, porém atualmente estão paralisadas. De qualquer maneira, o projeto tenta atuar, de forma mais pontual e sem grandes financiamentos, mas buscando manter os objetivos.

Dentre as festas religiosas realizadas nos bairros rurais atualmente uma merece maior atenção dada sua importância e expressividade. A tradicional festa da Romaria dos Canoeiros é um belo exemplo dessa caracterização de uma população rural a partir de sua religiosidade. Embora a festa expresse modificações ocorridas com o passar do tempo é possível notar, documentando e participando diretamente, a resistência de cultura, de costumes principalmente religiosos.

A Festa da Romaria dos Canoeiros teve sua gênese no ano de 1969 quando O Sr. Tischer e sua esposa, Dona Joana Tischer, moradores do bairro Taquari Ponte,

construíram uma gruta em louvor Nossa Senhora Aparecida que passou a ser visitada por devotos de toda a região.

A promessa que deu origem à construção da gruta, à Romaria e posteriormente às festividades, foi realizada pela família Tischer quando diante de um caso de doença grave na família na década de 1960, realizaram um pedido à santa de devoção, Nossa Senhora Aparecida, que, segundo membros da família Tischer, foi atendido e o problema de doença sanado. Portanto, num ritual tradicional ligado à fé católica fez-se o *“pagamento de promessa”* como forma de agradecimento pela cura, pela *“graça recebida”*, prática muito comum entre os seguidores mais tradicionais do catolicismo.

Atribui-se ao divino aquilo que não é explicado pela ciência. Com isso, o fato passa a assumir um caráter de certa forma folclórico, passando a fazer parte da história daquele lugar, daquelas pessoas, que ali vivem e com ela se identificam. Por isso, tal fato ganha força e ganha significado. E esses significados são expressos através de símbolos criados pela tradição daquele povo. Sobre isso, Mariano (2007) faz uma observação muito interessante:

As necessidades e satisfações, as realizações e conquistas humanas são atribuídas às relações estabelecidas com um plano “superior”, em que uma comunicação é estabelecida a partir da interpretação de símbolos e sinais. Neste sentido, há uma interpenetração do profano no mundo do sagrado e vice-versa; as reverências pagãs à natureza voltam-se agora, a um Deus, aos santos, etc., mas continuavam pagãs passando a ser entendidas como folclóricas. E o folclore, por sua vez, é aqui considerado parte constitutiva da cultura popular, pois nasce no seio do povo. (MARIANO, 2007, p. 34).



Foto 18: Gruta construída pela família Tischer em frente à sua propriedade localizada no bairro taquari Ponte para homenagear Nossa Senhora Aparecida pela graça recebida. No decorrer dos anos foram realizadas algumas modificações na gruta que até hoje é visitada pela população. Fonte: PADILHA, F.M., arquivo pessoal, junho de 2007.

Interessante notar que a gruta faz referência à água, ao “brotar” de uma nascente, de um rio. É a gênese, a origem. Assim como a gruta é o que dará origem posteriormente a uma manifestação maior, a Romaria dos Canoeiros, que trilha seus caminhos para o produto dessa gênese: o rio.

No ano de 1972 como forma de cumprir uma promessa feita à Nossa Senhora, Aparecida representada pela imagem existente na gruta, dona Joana e sua família organizaram e realizaram a primeira Romaria dos Canoeiros, que na ocasião contou com a participação de seis canoas que desciam um trecho do Rio Mogi Guaçu carregando em uma delas a imagem de Nossa Senhora Aparecida, conforme nos contou Dona Lurdinha Tischer, nora de Dona Joana e, atualmente, uma das organizadoras da festa.



Foto 19: Fiéis levam em procissão o andor com a imagem de Nossa Senhora Aparecida sobre a ponte do Bairro Taquari Ponte após a chegada das canoas. Segundo a família Tischer essa foto foi tirada provavelmente em 1975 mas não sabem determinar exatamente o ano pois nunca foi realizado um registro adequado das imagens. Fonte da imagem original: Família Tischer, arquivo pessoal; foto modificada para melhor visualização por PADILHA, F.M, junho de 2007.

Em 1974, com o falecimento de Dona Joana, seus filhos se propuseram a dar continuidade à festa, entretanto isso não foi possível devido ao nível do rio Mogi-Guaçu estar muito baixo por causa do forte período de seca e não apresentar condição para navegação. Em 1975, o problema persistiu. Entretanto, a festa foi realizada com a incorporação de cavalos e cavaleiros que, em trole, levavam a imagem da cidade de Leme até a capela do bairro.

A partir de 1975, cavaleiros do Taquari Ponte e região passaram a ir “em comitiva”, pelas margens do Rio Mogi-Guaçu, onde ficavam aguardando enfileirados, com o chapéu sobre o peito em sinal de respeito, em um dos meandros do rio, a passagem da romaria de canoas.

Atualmente alguns desses rituais foram modificados e outros incorporados. A organização da festa hoje em dia é uma parceria entre as famílias tradicionais dos bairros rurais encabeçados pela família Tischer idealizadores e primeiros realizadores da romaria e a prefeitura do município de Leme. Além disso, há a participação de empresas e órgãos comerciais através de patrocínio. Aquilo que diz respeito às questões mais tradicionais e aos rituais fica a cargo dos sitiantes e moradores dos bairros rurais. A igreja católica também participa desse processo através da realização da missa, orações e da presença dos párocos.

Olha, eu participo da festa há 26 anos. A gente participa aqui da Igreja, ajuda a comunidade. Então, já fazem 26 anos que a gente participa trabalhando aqui na Festa. [...] Quando se trata da parte da Igreja, toda a organização da comunidade, a gente participa direto das festas, eventos, das barracas, tudo o que diz respeito à parte religiosa. (W.J.O., 47 anos, agricultor e morador do bairro Taquari, 2007).

As questões mais estruturais como organização das barracas, palcos, segurança, infra-estrutura em geral depende da parceria com a prefeitura. A festa chega a receber cerca de dez mil pessoas e, portanto, necessita de uma organização estruturada para que possa atender a esse contingente. Os moradores tradicionais e organizadores da festa, em geral, acham boa a visibilidade que adquiriu essa

manifestação cultural por eles idealizada, mas lamentam que o caráter tradicional bem como a religiosidade estejam ficando em segundo plano.

Olha, na Festa, o que acho mais legal, o que eu mais gosto é quando acontece a saída da imagem da santa, no sábado, para o Bairro Ibicatu, é muito emocionante, sabe? E também a chegada da imagem, no domingo é bastante emocionante; apesar de que tem muita aglomeração e somente uns 50% é que respeitam, que valorizam a parte religiosa. (W.J.O., 47 anos, agricultor e morador do bairro Taquari, 2007).

Teve muitas mudanças; está evoluindo cada vez mais, cada vez mais gente participando. Só que infelizmente a parte da devoção está ficando de lado, está virando um pouco de comércio isso daqui, né? É o que eu acho. Mas a tradição permanece e a festa é linda! (A.S., 53 anos, agricultor, 2007).

Os moradores mais tradicionais da zona urbana que participam da festa desde o início também da zona urbana também compartilham dessa idéia.

A organização melhorou muito. O que eu acho que perdeu bastante foi aquele aspecto religioso da festa; muita gente vem aqui e não sabe nem porque está tendo a festa. Mas vem aqui para beber, pra se divertir. Então, o aspecto religioso está se perdendo; desde o início, da origem da festa, o Sr.Netinho Tischer que começou, a devoção das pessoas, a promessa. Eu acho que isso está se perdendo, está virando uma tradição a festa, mas se perdendo o seu objetivo que é festejar a padroeira! (P. B., 40 anos, morador da zona urbana que auxilia na organização da festa, 2007).

A festa é realizada sempre no segundo final de semana do mês de outubro, por ser este o mês em que se celebra o dia de Nossa Senhora Aparecida, considerada padroeira do Brasil. Hoje em dia, geralmente imagem é levada da cidade, mais precisamente da Igreja Matriz de São Manoel localizada na região central da área urbana do município de Leme para o bairro Taquari Ponte no fim da tarde da sexta-feira por automóvel do corpo de bombeiros sendo acompanhado por uma carreata, ao som de buzinas e aplausos de pessoas que estão nas ruas da cidade a observar a passagem da imagem.

A imagem fica no bairro Taquari Ponte durante todo o dia de sábado na gruta que foi construída pela família Tischer. No sábado à noite são realizadas rezas, louvores, violeiros tocam em homenagem à santa, há a realização de queima de fogos, os fiéis ascendem velas, louvam a imagem e o andor exposto para a população participante, que deposita flores, fotografias, roupas, etc., com o objetivo de agradecer a uma graça ou fazer uma promessa, um pedido. Muitas são as formas de manifestar a fé em Nossa Senhora Aparecida.



Foto 20: A imagem retrata o momento da queima de fogos em homenagem à Nossa Senhora Aparecida no Bairro Taquari Ponte. Milhares de fiéis acompanham o ritual. Fonte: PADILHA, F.M., arquivo pessoal, outubro de 2007.



Foto 21: Imagem do andor com a imagem de Nossa Senhora Aparecida enfeitado para as festividades. Nele, a bandeira do Brasil. Geralmente também é colocado na parte de trás do andor a bandeira do município de Leme e a da Festa Romaria dos Canoeiros. Nota-se que andor tem a forma de uma canoa. Fonte: PADILHA, J. C., arquivo pessoal, outubro de 2007.



Foto 22 : Início da carreata que segue até o Bairro Ibicatu com o carro de bombeiros carregando a imagem à frente. Fonte: PADILHA, J. C., arquivo pessoal, outubro de 2007.



Foto 23 : Detalhe da decoração realizada pela população no trajeto por onde a imagem da santa passará: velas na garrafa pet amarrada nas cercas das propriedades. Os moradores dizem que iluminam com velas a passagem da imagem da santa para que esta possa iluminar os seus caminhos. Fonte: PADILHA, J. C., arquivo pessoal, outubro de 2007.

Ao chegar no bairro Ibicatu, uma multidão aguarda a imagem da santa em frente à capela onde a imagem passará a noite sendo louvada pelos fiéis que fazem rezas, depositam flores, presentes, dinheiro, etc. O pároco responsável realiza rezas e uma missa em homenagem à Nossa Senhora Aparecida. É um dos momentos em que a tradição católica se faz muito presente. Como explica Mariano (2007) a Igreja foi com o passar dos anos introduzindo-se nos festejos ao permitir que alguns elementos (os considerados “inofensivos”) das manifestações festivas pagãs fossem caracterizados como “folclóricos”. Da união entre o sagrado e o profano, nasceram as festas religiosas populares com caráter folclórico (MARIANO, 2007, p. 34).



Fotos 24 e 25: As fotos acima retratam o momento da chegada da imagem vinda do bairro Taquari Ponte até a capela de São Sebastião no bairro Ibicatu. Milhares de fiéis acompanham o ritual em frente a igreja. PADILHA, F. M., arquivo pessoal, outubro de 2007.



Fotos 26 e 27: As duas fotos mostram a entrada do andor na capela sendo carregado pelos fiéis [à direita]. À frente do andor o casal Tischer, primeiros organizadores da festa. Na foto da direita é possível observar o altar da capela de São Sebastião provavelmente construída no final do século XIX. Observamos também o andor ao lado direito do altar e os fiéis durante a celebração da missa. Fonte: PADILHA, F.M., arquivo pessoal, outubro de 2007.



Fotos 28 e 29: Aqui podemos observar o andor com a imagem de Nossa Senhora Aparecida. Nota-se que o andor tem o formato de uma canoa, fazendo referência aos canoieiros que irão homenageá-la no dia posterior. A ligação também está no fato da romaria ser realizada pelo rio. A aparição da imagem original de Nossa Senhora Aparecida segundo a história deu-se em um rio. Um detalhe interessante da fotografia está no cesto logo abaixo do andor destinado ao depósito de pedidos de oração que são realizados por escrito e a seu lado uma outra caixa destinada às doações em dinheiro que deverá ser revertido à Igreja e a capela. Também observa-se vaso de flores entregues por fiéis durante a realização da missa. A foto da esquerda mostra o momento em que os fiéis pedem a bênção à imagem num gesto que é repetido por inúmeras pessoas durante toda a noite em que a imagem fica na capela. Fonte: PADILHA, F.M., arquivo pessoal, 2007.

Após a missa, a capela fica aberta durante toda a noite para que os fiéis possam adorar a imagem da santa e realizar orações e rezas. Enquanto isso, fora da capela, acontece os festejos: comidas típicas da culinária rural, show de violeiros, baile sertanejo, etc.

A festa que até agora assumia um caráter mais ligado ao sagrado assume agora um lado de certa forma profano onde se comemora com muita música, comida, bebida e o lazer é o que impera. Sagrado e profano convivem num mesmo espaço. A diferenciação evidente na festa está entre a parcela da população composta por famílias mais tradicionais do bairro e da cidade. Essas pessoas permanecem a maior parte do tempo da festa no barracão ligado à capela, em que a organização e a venda dos comes, bem como a música, acaba ficando mais a cargo dos moradores dos bairros rurais e sitiantes bem como de alguns membros da cidade que há tempos participam da festa. Um pouco mais afastado, na área do campo de futebol que neste dia fica reservada para o estacionamento dos automóveis, a população mais jovem que

aparentemente não se interessa muito pelo que é tradicional e sagrado, segundo conversas que tivemos com alguns dos participantes, realiza um festejo a parte, com carros de sons super equipados, músicas modernas e muita bebida. É a fusão, num mesmo espaço de características tradicionais que é o bairro rural, através da festa, do presente e do passado, do moderno e da tradição, do sagrado e do profano. Sobre isso, Mariano (2007) expõe que:

Enquanto as festividades religiosas se encontram no entrelaçamento entre o sagrado e o profano, que quase não se distinguem um do outro, somente elas são a oportunidade do exercício lúdico, de uma prática coletiva criativa, fora do ambiente de trabalho. (MARIANO, 2007, p. 48).



Foto 30 e 31: Barracão vinculado à capela na qual vende-se comidas típicas, há show de violeiros e apresentações de duplas sertanejas da região durante as festividades . É onde se concentram as famílias e os participantes mais tradicionais da festa. Fonte: PADILHA, F.M., arquivo pessoal, outubro de 2007.



Fotos 32 e 33: As fotos mostram a área [campo de futebol que assume função de estacionamento durante a festa] onde a população mais jovem se concentra para realizar seus festejos, regados a muita bebida e carros equipados com sons de última geração. Fonte: PADILHA, F.M., arquivo pessoal, outubro de 2007.

Embora o caráter mais profano se funda com o sagrado espacialmente falando por estarem todos num pequeno espaço que é o centro do bairro rural Ibicatu, há uma diferenciação espacial de certa forma deixando implícita a idéia de que não se deva conviver num mesmo espaço o sagrado e o profano, o tradicional e a modernidade. posturas socialmente definidas não compartilham do mesmo espaço da festa. Através de comentários e de algumas posturas, fica evidente, por exemplo, como a igreja, tenta em certa medida, chamar a atenção para o lado sagrado juntamente com a população mais tradicional e seus respectivos rituais ligados à festa religiosa. De outro lado, temos a população mais jovem que não entende e diz não se identificar totalmente com esses comportamentos mais tradicionais, embora percebamos que ela traz em si resquícios dessa da sociedade tradicional ligada ao rural, por sua forma de pensar e de se comportar em suas relações inclusive.

No dia seguinte, geralmente no domingo, as festividades e os rituais continuam. Iniciam-se no bairro Ibicatu de manhã com uma missa e procissão pela estrada que vai até a ponte onde os canoieiros e sua canoa estão aguardando a imagem para descer o rio até o bairro Taquari. Durante procissão, são realizadas rezas, cantam-se músicas tradicionais em louvor a nossa Senhora Aparecida, etc. A banda municipal acompanha a procissão tocando clássicos religiosos e hinos. Os fiéis aclamam a imagem com aplausos, flores e cantos. Nesse momento da festa as várias entidades participantes procuram estar em evidência de alguma forma. A prefeitura através da banda municipal, da segurança, e das faixas sempre colocadas pelo bairro. A Igreja católica, com seus ritos na procissão e missa. A população tradicional que acompanha emocionada entoando todos os hinos e rezando todas as rezas. Nos adornos espalhados pelo bairro, traços evidentes da cultura caipira. A população mais jovem que acompanha entra no espírito da tradição e percebe-se a incorporação de gestos e atitudes nesse sentido, evidenciando a possibilidade da manutenção da festa e dos traços da cultura caipira nas novas gerações. Mariano (2007), em suas observações sobre a festa de Mogi das Cruzes, faz referência sobre como as várias esferas da sociedade participam de uma festa religiosa popular. Muito do que foi pela autora observado podemos encontrar também nesta festa.

Assim, como revelou a pesquisa realizada por Brandão (1978), a Igreja respeita mas desprestigia o “lado profano” dos festejos, tentando deslocar para a tradição da festa o aspecto mais religioso; as autoridades civis e as empresas, ao contrário, privilegiam os rituais “folclóricos”, centrando a Festa nos momentos mais atrativos aos turistas, aos curiosos, ao mercado; os “[...] agentes da Festa [devotos] trabalham no sentido de preservar o que consideram ‘suas tradições’, para eles o motivo quase único pelo qual ainda tem sentido repeti-la todos os anos.” (MARIANO, 2007, p. 181).

Abaixo, seguem algumas fotos que mostram algumas transformações ocorridas no espaço físico do bairro com o passar dos anos bem como fazem comparações visuais entre os momentos da festa descritos acima e suas características.



Foto 34: Frente da capela do bairro Ibicatu provavelmente na década de 1970, em uma das primeiras Romarias como nos informou a família Tischer. Nota-se na paisagem que o bairro não possuía pavimentação como foi até 2007, e a capela mantém praticamente as mesmas características até hoje como vimos nas fotos do capítulo anterior. Fonte: família Tischer, final de 1970 provavelmente.



Foto 35: frente da capela do bairro Ibicatu atualmente. À frente do andor, novamente o casal Tischer, principais mantenedores dos rituais tradicionais durante a saída dos fiéis em procissão; Fonte: PADILHA, F.M., arquivo pessoal, outubro de 2007.



Foto 36: procissão a caminho do rio Mogi Guaçu. A estrada não possuía pavimentação e o número de pessoas participantes era bem menor se comparado aos dias de hoje. Fonte: Família Tischer, provavelmente final de 1970, início de 1980.



Foto 37: procissão a caminho do rio Mogi Guaçu em 2007. Nota-se um número maior de participantes e a estrada já possui pavimentação. Fonte: PADILHA, F.M., arquivo pessoal, outubro de 2007.



Foto 38: Banda municipal acompanhando os fiéis em procissão. Nota-se na foto, algumas crianças que reproduzem os costumes de seus pais e avós que também participam da festa. Fonte: PADILHA, J.C., arquivo pessoal, outubro de 2007



Foto 39: Faixas colocadas por prefeito e vereador no espaço da festa no bairro Ibicatu saudando os romeiros e participantes da festa. Fonte: PADILHA, J.C., arquivo pessoal, outubro de 2007



Foto 40: Símbolos particulares evidenciando a religiosidade católica, um dos elementos da cultura caipira. Mastro com imagem de santo e espigas de milho, uma das culturas mais praticadas entre os sítantes dos bairros rurais, fonte de renda e alimento. Este adorno é uma forma de agradecer ao alimento e ao sustento e também louvar o santo de devoção, pedir a proteção. Fonte: PADILHA, F.M., arquivo pessoal, outubro de 2007.



Foto 41: Momento da saída das canoas do bairro Ibicatu pelo rio Mogi Guaçu rumo ao bairro Taquari. Uma multidão louva a imagem que segue na canoa acompanhada por inúmeras outras canoas e seus canoeiros. Fonte: PADILHA, F.M., arquivo pessoal, outubro de 2007.

As canoas saem do bairro Ibicatu acompanhando a canoa principal que leva a imagem de Nossa Senhora, todas elas enfeitadas com motivos lembrando oratórios. Os canoeiros percorrem cerca de 20 km de distância através do Rio Mogi-Guaçu. Já

chegaram a participar da festa cerca de 2000 canoas. A canoa principal leva o andor com a imagem e geralmente nela vão pessoas consideradas importante pelos organizadores da festa, como o padre ou o prefeito, e algumas vezes moradores mais tradicionais. O trajeto leva cerca de três horas. O mapa do trajeto das canoas pelo rio bem como da localização dos bairros e da área urbana do município encontra-se em anexo (anexo 5).

Cabem aqui alguns questionamentos com relação ao uso do rio como palco para a realização de um ritual tradicional que faz parte de uma festa religiosa popular. Não há registros efetivos sobre a intenção de se fazer a romaria através do rio, ou seja, quando questionados sobre os motivos da participação do rio na festa, os organizadores não sabem explicar ao certo mas comentam que provavelmente se deve à importância do rio Mogi-Guaçu para a região em vários aspectos e à relação muito próxima inclusive de localização (a casa da família fica próximo às margens do Mogi) que a família idealizadora da festa sempre teve com o rio.

Embora seja o Ribeirão do Meio, um dos afluentes do rio Mogi Guaçu o responsável pelo abastecimento da maior parte da área urbana do município de Leme, não há como negar a importância do Rio Mogi-Guaçu tanto para as cidades, como para a zona rural de Leme e municípios vizinhos. O rio é sinônimo da manutenção da vida. Dele, entre outras coisas, pode-se extrair água para irrigação, a pesca, o turismo e o lazer, ou utilizá-la para as necessidades básicas do homem. Por isso, o homem desde sempre buscou estabelecer-se espacialmente em torno dos rios. Além disso, sempre se associa à água a idéia da purificação em muitos ritos e crenças religiosas. A água é sinônima de renovação, de limpeza, de pureza. A água tem sua imagem, portanto ligada ao que é sagrado, divino. Através dela, em muitos ritos, alcança-se purificação, e bênçãos, aproxima-se do divino e renovam-se as possibilidades de vida.

Se pensarmos nesse sentido, há aqui uma forte justificativa para a escolha do rio como palco de uma manifestação de fé, como palco de rituais tradicionais, no caso em estudo, de agradecimento àquilo que se conquista, mas que se atribui ao divino. O rio é

o “palco da festa” escolhido pela família que deu início a essa festividade. É o loco central, para onde as atenções se voltam durante a realização da festa.



Foto 42: Algumas canoas seguindo em romaria. A foto não possui data específica, mas segundo a fonte, foi tirada em uma das festas que aconteceram na década de 1980. Detalhe para faixa que vem com os dizeres “Nossa Senhora Aparecida, protegei nosso rio, vosso santuário”. Fonte: Parolim, I., arquivo pessoal, outubro de 2005.

Além disso, como já comentamos anteriormente, a história da aparição da imagem de Nossa Senhora Aparecida está atrelada a um rio. Segundo informações obtidas no site do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida⁶, em 1717, pescadores encontraram em suas redes arremessadas ao rio Paraíba a imagem de uma santa de cor acanelada, feita de terracota (argila que depois de modelada é cozida em forno apropriado) e que após essa descoberta houve tempos de fartura na pesca. A imagem passou a ser adorada por muitas pessoas e vários milagres foram atribuídos à santa nomeada Nossa Senhora da Conceição Aparecida, a padroeira do Brasil.

Percebe-se que o fato de se escolher o rio para manifestar a religiosidade, no caso da Romaria dos Canoeiros no município de Leme é muito pertinente. O sitiante sempre estabeleceu relação muito intensa com o rio. Observamos desde o início da

⁶ Home Page: <http://www.santuaronacional.com/v2>; acesso em 19/08/2009.

formação dos bairros rurais no município de Leme, a ocupação das margens do rio Mogi-Gaçu. Construíam-se ranchos para passar os momentos de lazer com a família, tradição que se estendeu por muitos anos. Hoje, observamos a margem do rio bastante ocupada desrespeitando a legislação que determina uma área de no mínimo trinta metros para manutenção da mata ciliar.

Conversamos com alguns proprietários de ranchos, e quando questionados sobre a existência da legislação nos informaram que a maioria dos ranchos foi construída quando a lei “não era tão rigorosa” e que hoje em dia existe uma fiscalização, mas mesmo assim, continua-se construindo em áreas que deveriam ser reservadas à mata ciliar. Isso tem causado alguns problemas como o assoreamento do rio Mogi-Guaçu. É muito comum observarmos quando andamos pelos ranchos, que em locais de meandro do rio, há um acúmulo de sedimentos em uma das margens e a outra margem sendo muito escavada pela água. A falta de vegetação ciliar é um dos principais motivos desse fenômeno. Além disso, há constantes enchentes nas áreas em que se localizam os ranchos, pois a maioria deles foi construída em área de várzea, sendo a cheia das margens um fenômeno inevitável, agravado pela ação humana. A foto abaixo possibilita a visualização dessa ocupação. No mapa em anexo também é possível fazermos essa visualização através das imagens de satélite que abrangem um trecho maior do rio.



Figura 4: Nesta imagem panorâmica do bairro Taquari Ponte, observamos a ocupação nas margens do rio e a escassez de mata ciliar. É possível observar também um dos trechos das margens ocupados pelos ranchos. Fonte: Família Tischer, arquivo pessoal, outubro de 2006; elaborada por PADILHA, F.M., julho de 2007.



Foto 43: Ranchos construídos à beira do rio enfeitados para saudar a imagem que vem com os canoeiros. Detalhe para o fato dos ranchos serem construídos muito próximos ao rio sem deixar nenhuma área na margem com vegetação. Fonte: PADILHA, F.M., arquivo pessoal, outubro de 2008.



Foto 44: Detalhe frontal de um dos ranchos e do altar improvisado montado, geralmente pelas mulheres das famílias, com a imagem da santa padroeira. Fonte: PADILHA, F.M., arquivo pessoal, outubro de 2008.



Foto 45: Canoas em romaria e população nos ranchos acompanhando a "descida" das canoas. Fonte: Família PADILHA, F.M., arquivo pessoal, arquivo pessoal, outubro de 2008.



Foto 46: detalhes dos adornos e pequeno altar montado em mais um dos ranchos. Fonte: PADILHA, F.M., arquivo pessoal, outubro de 2008.



Foto 47 : Canoas em romaria seguindo a canoa com a imagem da santa sobre o Rio Mogi-Guaçu. Fonte: Família Tisher, arquivo pessoal, outubro de 2005.



Foto 48: População aguardando a chegadas das canoas nas margens do rio e na ponte do bairro Taquari Ponte. Fonte. PADILHA, J.C., arquivo pessoal, outubro de 2006.

Ao longo do rio, por onde os canoeiros passam, as famílias enfeitam os ranchos montando altares improvisados, com imagens, flores, rendas, bandeirinhas, etc., elementos típicos da tradição religiosa e caipira.

Além dos canoeiros que seguem em romaria pelo rio, há também os cavaleiros que vão margeando o rio pela estrada em um trecho menor até chegarem todos juntos ao bairro e a imagem tem como destino final a ponte do bairro Taquari Ponte, onde milhares de pessoas aguardam para saudá-la com flores, papéis picados, palmas e fogos de artifício.



Foto 49: Na canoa principal que leva a imagem, o pároco e o prefeito. Ao fundo, algumas das canoas e população que assiste à romaria nos ranchos. Fonte. PADILHA, J.C., arquivo pessoal, outubro de 2006.



“Ah! Quando ela aparece na curva. Aí me arrepia, dá vontade de chorar!” (fala de uma das entrevistadas sobre sua emoção ao ver a imagem surgindo na canoa).
Foto 50: Chegada da canoa com a imagem da santa. Fonte. Padilha, J.C., arquivo pessoal, 2006. Fonte: GONSALES, G., arquivo pessoal, outubro de 2007.

Após a chegada da imagem, uma missa campal é celebrada enquanto seguem-se os festejos com muitas comidas, bebidas, barracas de todos os tipos, vendendo um sem número de coisas. É o momento onde notamos uma evidente comercialização da fé, a exploração comercial de uma festividade religiosa popular.

O tipo de envolvimento dos participantes neste momento da festa é o mais variado possível. Há, de um lado, os religiosos e tradicionais que participam como

podem da celebração da missa. Hinos católicos entoados enquanto acontece à missa se misturam com um rol muito variado de música popular atual, que saem de automóveis carregados de equipamentos sonoros de última geração, que desfilam sobre a ponte enquanto jovens dançam, brincam, bebem. A sexualidade é colocada em evidência no mesmo momento em que rituais e posturas da tradição religiosa são manifestadas durante a missa. Sagrado e profano convivem novamente num mesmo espaço.



Foto 51: imagem da ponte do bairro Taquari Ponte onde se concentra a população para acompanhar os festejos religiosos da romaria. Fonte: PADILHA, J.C., arquivo pessoal, outubro de 2006.



Foto 52: chegada da imagem ao local onde se é celebrada uma missa campal após a romaria de canoas. Novamente, à frente, do andor, um dos párocos da cidade e o casal Tischer. Fonte: PADILHA, J.C., arquivo pessoal, outubro de 2006.



Foto 53: Palco e altar montado para celebração da missa em louvor à Nossa Senhora Aparecida; coral entoando os ritos católicos durante a celebração. Fonte: PADILHA, F.M., arquivo pessoal, outubro de 2006.



Foto 54: Fiéis participam da celebração da missa campal. Detalhe da bandeira da Romaria dos Canoeiros. Fonte: PADILHA, J.C., arquivo pessoal, outubro de 2006.

Ao entrevistarmos alguns participantes envolvidos de maneiras diferentes na festa, percebemos visões diversificadas sobre uma festa religiosa popular. Quando questionados sobre o que mais gostavam da festa, essas posturas tornam-se evidentes.

Pra mim, é o aspecto religioso da festa. Apesar de sobressair o aspecto comercial da festa, a exploração comercial vamos dizer, um lazer para as pessoas, o aspecto religioso pra mim, é o mais importante. Pra mim e para uma minoria (P.L.B., 42 anos, pequeno empresário que auxilia na organização dos ritos religiosos e das festanças ligadas à igreja, 2006).

Sou muito devota de Nossa Senhora Aparecida. Venho por causa dessa devoção e fiz um propósito de que enquanto eu estiver viva e com saúde, nessa hora eu estarei aqui. (R.Z, 52 anos, dona de casa, 2006).

A turma comenta da santa né, chamaram eu e eu embarquei na brincadeira né, tô desde ontem aqui. [...] a chegada da Santa a gente comemora na cerveja [risos]. Cada um tem o seu tipo de comemoração né. (L.F., 18 anos, 2006).

Pra mim sempre foi bom, nunca deu prejuízo, o pessoal muito bacana, a brincadeira nossa serve pros vizinhos, qualquer um, se eu puder ajudar eu ajudo os outro barraqueiro, num tem *treta*, uma beleza. (Sr. A., 548 anos, comerciante, dono de umas das barracas da festa, 2007).

É que eu trabalhava na festa de Sete Lagoa [um bairro rural], aí eu fiquei sabendo dessa festa aqui, é uma festa muito famosa, o pessoal fala muito bem da festa, então eu vim aqui né. (J., 30 anos, comerciante que veio da cidade de Aguai para trabalhar na festa, 2007).

Eu gosto da hora que a Santa chega, quando ela chega é bonito, é uma emoção, a gente sabe que ela vem chegando. Eu fiz uma promessa, eu vim a pé, da cidade de Leme até aqui, quando eu tava chegando aqui ela tava chegando também, num trouxe nada pra comer, num pedi carona pra ninguém, mas graças a ela eu consegui chegar até aqui. No contexto da palavra eu nunca fui pra Aparecida, mas a Santa que tá aqui representa ela né. (J. C., 49 anos, cantor amador, 2007).

Eu participo assim né [da festa] como canoieiro vô lá e desço de canoa né...até no começo eu era da comissão que organizava né , mas depois começou a encher muito [de gente na festa], o pessoal passa dos limites faz loucura, tomba canoa, então eu larguei mão, num quis mais participar né...um respeita, o outro num respeita, aí num dá. (R. M., 65 anos, dono de rancho, pequeno empresário e canoieiro, 2008).

O pequeno e tradicional bairro rural agora se torna um espaço onde as transformações ocorridas na nossa sociedade e conseqüentemente no meio rural, através da modernização tecnológica, do crescimento desenfreado dos valores capitalistas, do enfraquecimento em certa medida de valores e tradições para incorporação de outros a estes, tudo isto fica exposto num espaço físico, rural e tradicional. É o ápice da atuação simultânea, numa festa religiosa popular, dos mais diferentes atores envolvidos neste processo, cada um seu modo, buscando reconhecer e expressar naquele espaço, as vezes de forma subjetiva seus anseios, desejos, necessidades, valores, ideologias, objetivos, etc. A festa possibilita esse encontro.

Olha aqui tem duas coisas na festa, existe aqueles que vem pra divertir e aqueles que vem que já é tradicional, que vem por causa da fé. Numa festa a gente nunca vai conseguir relacionar todas as pessoas, a gente aceita todos os que vem, cada um tem a sua opinião, cada um faz aquilo que acha que deve fazer, as vezes certo ou errado, mas tão fazendo. (J. C., 49 anos, cantor amador, 2007).

Desde seu início, na década de 1970, até os dias de hoje muitas transformações foram ocorrendo fomentadas pelo capitalismo e pelas próprias transformações culturais da sociedade, tanto rural, como urbana, que também participa, de diferentes formas da festa. Algumas pessoas entendem como transformações positivas, outras pessoas entendem como transformações negativas, dependendo da relação que a pessoa tem com a festa e com a cultura caipira.

Eu acho mais assim, a participação. Antes, vinham menos pessoas, havia poucos barcos. Hoje não; os barcos são muitos, a festa já se tornou folclórica, faz parte do calendário do município. Então, eu acho que vem muito mais gente tanto de Leme como de outras cidades, e a participação é muito grande, e a

cada ano que passa essa participação afeta Nossa Senhora que chama gente cada vez mais. (R.Z., 52 anos, dona de casa, 2006).

A festa deixou de ter cunho religioso e apenas 10% tá vindo com cunho religioso e o restante vem pra bagunçar. [...] Tá aumentando o índice de bagunça e diminuindo o índice religioso. (entrevista com um dos guardas municipais responsáveis pela segurança da festa, 2006).

Era uma festa mai tranqüila, mai gostosa...depois num sei...começou...se vai lá é só briga...virou uma narquia...eu num vo mai...que nem religião memo num tem...porque dei por cento [10%] vai na missa, os outro noventa num qué nem sabe...aquele lugar ali num é adequado pruma festa daquela...no meio da estrada...segurança...tudo liberado...fai o que qué..ah...é difícil...é difícil até pra polícia trabaiá ali...eu memo num vô..quando a muié qué ir ela vai, pega o onibus...eu num levo ela não. (A.B., 58 anos, sitiante, 2007).

A população entende que a festa vem se tornando cada vez mais tradicional, devido à repercussão da festa não somente na região. A festa atualmente faz parte do calendário de eventos culturais do município e também nacional. Isso é motivo de orgulho para os organizadores e para os habitantes da cidade como um todo, embora tenham essa preocupação evidente com a questão de segurança, e de garantir que a festa ofereça estrutura adequada aos participantes.

É interessante observar que, nos dias atuais, a festa incorporou de maneira muito evidente, elementos da cultura nordestina, já que grande parte da população do município de Leme é formada por nordestinos e descendentes de nordestinos. Isto é observado principalmente nas barracas e naquilo que se vende nessas barracas como comidas, ervas, roupas, cds, etc. O sotaque, as músicas, as danças, característicos da cultura dessa população também estão sempre presentes. Esses elementos não foram, entretanto incorporados aos momentos tradicionais e não são assim considerados. Assim como na cidade a população nordestina estabelece-se espacialmente nas áreas mais periféricas, é na “periferia da festa”, se assim podemos chamar, que essa população encontra o seu lugar. Buscam uma reafirmação territorial assim como o fazem na cidade. Enquanto a população tradicional do meio rural e da área urbana

busca através da festa, reafirmar sua cultura, manter vivos elementos que para essa população não devem ser esquecidos, a população de origem nordestina tenta encontrar o seu espaço. Não deixa de ser uma forma de reivindicar esse espaço e o respeito manifestando-se a seu modo na festividade popular.

Faz parte da seqüência de atividades do domingo, pouco antes de encerrar-se a festa, a apresentação de violeiros e sanfoneiros que acontece no barracão ao lado da capela do bairro momento em que a cultura caipira se manifesta através da música e a realização de um jogo de futebol no campo existente no bairro entre integrantes de famílias da zona rural e da zona urbana. A festa encerra-se no domingo à noite.



Foto 54 e 55: Show de violeiros e sanfoneiros. No repertório, modas de viola e músicas tipicamente caipiras; à direita, baile sertanejo ao som dos violeiros. Os dois eventos fazem parte do rol de atividades realizadas no barracão da igreja, com a participação da população mais tradicional Fonte: PADILHA, F.M., arquivo pessoal, outubro de 2007.



Foto 55 e 56: Ruas do bairro ocupadas pela população mais jovem do bairro que se diverte á sua maneira, com muita bebida, carros com equipamentos de sons super potentes, danças, etc. O tipo de vestimenta inclusive desses participantes se difere das fotos 54 e 55 como podemos observar. Nesses espaços, as normas e condutas sociais expressam-se de formas diferentes. PADILHA, F.M., arquivo pessoal, outubro de 2008.



Foto 57: A população se organiza como pode para poder aproveitar a festa. Na foto um ônibus rural que provavelmente veio carregado de turistas, serve de base para a barraca. PADILHA, F.M., arquivo pessoal, outubro de 2008.



Foto 58: Barracas que servem os mais variados tipos de comidas e guloseimas. Detalhe para o lixo, elemento presente durante e principalmente depois da festa. PADILHA, F.M., arquivo pessoal, outubro de 2008.



Fotos 59 e 60: Barracas de comércio informal durante a festa. Jogos de azar, jogos para se medir a força, jogos para brincar, etc., estão presentes em toda parte. Vende-se de tudo. PADILHA, J. C., arquivo pessoal, outubro de 2008.

Finalizando, é inegável a importância da Romaria dos Canoeiros atualmente para a manutenção de elementos da cultura caipira, mesmo com todas as transformações que ela vem sofrendo. Embora relativamente recente, pois acontece há cerca de 36 anos, a Romaria assume caráter tradicional por reunir elementos ligados à cultura caipira, como a relação mais próxima com a natureza, a música, a decoração com motivos do campo e dos santos, a comida, o louvor a Nossa Senhora, o uso do rio como percurso, as rezas, etc. Entretanto, se no início somente essas características prevaleciam, hoje encontramos uma mistura de elementos que contrastam o moderno com o tradicional, o sagrado e o profano.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A partir de nossas análises advindas da pesquisa de campo e pesquisa teórica, entendemos que os bairros Taquari, Taquari Ponte e Ibicatu existentes no meio rural do município de Leme podem ser considerados como rurais, pois apresentam elementos que os caracterizam dessa forma.

Ao adentrarmos o espaço dos bairros rurais nos deparamos com um certo bucolismo nos dando a sensação de que ali poderemos encontrar no presente resquício de um passado que em muitos espaços já não podemos mais encontrar. Basta um breve “dedo de prosa” com algum sitiante residente por ali para que tal sensação se confirme. E nisso encontra-se a beleza da permanência dos bairros rurais como se configuram atualmente no município de Leme.

Fica evidente quando prolongamos um pouco mais esse “dedo de prosa” com os sítiantes, ou mesmo quando apenas observamos aquele espaço e suas relações, o modo de vida camponesa, através das relações de parentesco, de vizinhança, da relação de respeito com a terra e com o trabalho na terra. Tudo isso é muito valorizado pelos sítiantes que buscam em seu cotidiano formas de manutenção desse modo de vida.

Se fatores econômicos ligados à produção agrícola que necessita estar voltada para o mercado os afastam em certa medida do modo de vida camponesa, os sítiantes buscam em outros elementos da vida a manutenção do campesinato.

Esses elementos estão mais ligados às relações sociais e às manifestações culturais expressas através de festas religiosas populares, do que à questão

econômica, embora esta tenha trazido mudanças significativas no espaço e na vida do sítio e dos moradores dos bairros rurais. Exemplo dessas transformações pode ser observado na paisagem do meio rural em Leme que, no que diz respeito às culturas produzidas e as propriedades, nos indicam alto grau de homogeneidade já que os sítios há tempos sentem a necessidade de se adaptar ao mercado produzindo majoritariamente cana de açúcar, laranja e milho, culturas mais rentáveis economicamente e que garantam em certa medida a manutenção do modo de vida camponês, as relações imediatas, a vida de bairro, que almejam conservar.

Embora as gerações mais novas estejam absorvendo de maneira mais intensa essas transformações econômicas e sociais, entendemos que os reais impactos na sociedade rural do município de Leme poderão somente ser compreendidos mais tarde. Nos dias atuais o modo de vida camponês é ainda muito evidente nos bairros rurais.

Concluimos, portanto, que as festas religiosas populares realizadas nos bairros rurais do município, especialmente a Romaria dos Canoeiros, são os exemplos mais significativos de nossas conclusões, pois elas refletem num mesmo espaço, num mesmo tempo, traços significativos da cultura caipira, do tradicional, do rural, bem como traços característicos da sociedade atual.

A festa assume o papel de âncora entre o passado e o presente. Não um passado num sentido de ultrapassado ou antigo, mas sim no sentido de manutenção de rituais e crenças populares que fazem parte da história de um meio rural rústico, caipira, camponês e, portanto, fazem parte da história daquele lugar. Diante da modernização da economia e da agricultura, muito dos costumes ligados a essa história estão se perdendo e nesse sentido a festa vem como repositório de uma tradição importantíssima para a construção e reconstrução da identidade daquele lugar. É somente conhecendo a história das relações, do espaço, do modo de vida em que vivemos que podemos nos entender como atores responsáveis por essa história, respeitando o meio em que vivemos e as relações sociais, nos dando dessa forma subsídios para a produção de um espaço e de uma vida consciente e responsável. A cultura popular assume caráter fundamental nesse processo.

Analisamos, assim como Mariano (2007):

[...] Por isso, a cultura popular não morre, pois seu agente é o povo, que saberá gerir as condições necessárias para a manutenção da expressão do grupo ou

da comunidade. Assim, a permanência de determinados elementos ligados à religiosidade, às crendices, às festas, etc., possui raízes históricas que mantêm seu sentido na atualidade porque vivida no cotidiano, oferecendo à cultura caráter de tradição e de obra. (MARIANO, 2007, p. 34-35).

Podemos compreender, portanto, os bairros rurais no município de Leme como novas territorialidades no sentido de que, ao mesmo tempo em que refletem em sua paisagem e economia as mudanças ocorridas no meio rural, mantêm-se características sociais refletindo a identidade e a (re) afirmação da identidade daquele grupo de sítiantes “caipiras”, no espaço vivido. Encontramos naquele espaço a territorialidade camponesa convivendo com a modernidade, produzindo nessa relação, novas territorialidades.

A maior dificuldade encontrada para a realização dessa pesquisa está relacionada a questão do tempo e dos recursos. Conciliar fatores como o escasso tempo disponível, a necessidade de dedicar-se à profissão de professor concomitante à realização de uma pesquisa, foi tarefa muito complexa que tentamos administrar da melhor maneira possível para que concluíssemos nosso objetivo.

Entendemos enfim que, diante da complexidade que envolve os estudos do meio rural, os resultados obtidos através da pesquisa podem não ter sido suficientes, mas acreditamos que responderam adequadamente às nossas questões iniciais. Entretanto ao terminar este trabalho fica a sensação de que ainda há muito a se observar, ler, pesquisar, influir e analisar sobre esse tema.

7. REFERÊNCIAS.

ABDALLA, S da C. T. **Os sitiantes de Ipeúna frente a invasão do campo pela agroindústria. Estratégias de sobrevivência da cultura caipira paulista.** Projeto de Pesquisa em Iniciação Científica, Rio Claro, 2004.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das Regiões Rurais.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
_____. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.** São Paulo: HUCITEC/ Edunicamp/ ANPOCS, 1992.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, C. (org). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.** SEBRAE, Brasília, p.23 – 69, 2004.

AMARAL, L. Sobre uma cultura religiosa errante e a definição da pertença religiosa nesse final de século. In: **Cadernos CERU - Centro de Estudos Rurais Urbanos- (FFLCH/USP).** n.12, série 2, São Paulo, 2001, p.151-159.

ANTUNIASSI, M.H.R. A construção do objeto de Pesquisa na sociologia. In: LANG, A. B.S. G. (org). **Desafios da pesquisa em Ciências Sociais.** Texto 8, série 2, CERU- Centro de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo, p.33-48, 2001.

_____. Família Camponesa na Bibliografia Sócio-Antropológica sobre Meio Rural: Padrões culturais e obtenção dos meios de vida. In: **Cadernos CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos (FFLCH/USP).** n.5, série 2, São Paulo, 1994.

_____. Pequena propriedade na agricultura do Estado de São Paulo: camponeses ou empresa capitalista?. In: **Cadernos CERU - Centro de Estudos Rurais e Urbanos (FFLCH/USP).** n. 2, série 2, São Paulo, p.100-109, 1986.

BRANDÃO, C. R. **De tão longe eu venho vindo: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás.** Goiânia: Editora da UFG, 2004.

_____. Do sertão à cidade: os territórios da vida e do imaginário do camponês tradicional. In: MESQUITA, Z. e BRANDÃO, C.R. (org). **Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências.** Porto Alegre/ Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/ UFRGS/ Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/ UNISC, p. 155 a 177, 1995.

_____. **Os Deuses do Povo: um estudo sobre religião popular.** São Paulo: Ed. Brasiliense S, 2 ed. 1986.

_____. (org). **Pesquisa Participante.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Censo Demográfico 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 19/06/2008.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades, 34 ed., 2001.

CARDOSO, R. C. L. (org). **A aventura antropológica teoria e pesquisa**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 107 -125, 1986.

CARNEIRO, M.J. Pluriatividade e Agricultura no Brasil. In SCHNEIDER, S. (org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 165-185, 2006.

CHAYANOV, A. V. **La organizacion de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

DEMARTINI, Z. B. F. A questão da análise no processo de pesquisa. In: LANG, A. B.S. G. (org). **Desafios da pesquisa em Ciências Sociais**. Textos 8, série 2, CERU- Centro de Estudos Rurais e Urbanos (FFLCH/USP), São Paulo, p. 49-66, 2001,.

FERREIRA, D. A. de O. **Mundo rural e geografia geografia agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

FUKUI, L.F.G. **Sertão e Bairro Rural**. São Paulo: Ática. Ensaios 58, 1979.

GARCIA, J.R. **Terra e Trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

GIRARDI, E. P., Atlas da Questão Agrária Brasileira. Presidente Prudente: Unesp, 2008. Disponível em www.fct.unesp.br/nera/atlas, acesso em 25/11/2009.

GOLDENBERG, M. **A arte de Pesquisar: como fazer uma pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. (coord). **Estrutura Agrária e Produção de subsistência na Agricultura familiar Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980.

KAUTSKY, K. **A questão agrária: a evolução da agricultura na sociedade capitalista**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KOMINSKY, E. V. **Agruras e Prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maira Isaura Pereira de Queiroz**. Marília: Unesp Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999.

LEFEBVRE, H. Problemas de Sociologia Rural. In. MARTINS, J. de S. (org). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: HUCITEC, p. 145 -177, 1981.

LINHARES, M.Y; SILVA, F.C.T. **História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MALUF, R.S. (orgs). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p.135-153.

MARIANO, N. F. **Divina tradição ilumina Mogi das Cruzes. O Espírito Santo faz a festa**. 2007. 205 fl. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Poli, 1984.

MOURA, M.M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**.

São Paulo: HUCITEC, 1998.

MULLER, N. L. **Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo**. Geografia n.7; Boletim 132, São Paulo: FFLCH/USP, 1951.

OLIVEIRA, B. A. C. **Tempo de Travessia – Tempo de Recriação: profecia e trajetória camponesa**. Tese de Doutorado - Depto de Antropologia – FFLCH – USP. São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, P. S. (org). **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1998.

PLOEG, J. D.V.der. O modo de produção camponês revisitado. In. SCHNEIDER, S. (org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 13-54, 2006.

QUEIROZ, M. I. P. **Bairros Rurais Paulistas: Dinâmicas das relações Bairro Rural/Cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

_____. **O Campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz; Biblioteca Básica de Ciências Sociais, série 2 Textos; v.7, 1991.

_____. Os catolicismos brasileiros. In: **Cadernos CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos (FFLCH)**. n. 4, São Paulo, p.157-158, 1971.

_____. O catolicismo rústico no Brasil. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, 1968.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 4 ed, São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, J.G. da. **Tecnologia e Agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999

SILVA, J. Z da. (coord). **Estrutura Agrária e Produção de subsistência na Agricultura familiar Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SINGER, P. **Capital e Trabalho no Campo**. São Paulo: Hucitec, 1979.

VEIGA, J. E. Delimitando a Agricultura Familiar. In: **Reforma Agrária**. v.25, p. 128-41, mai-dez, 1995.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. p.37-57. In: **Reforma Agrária**. n. 2 e 3, v.25, maio-dez, 1995.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, UFRRJ, nº 21, p. 43- 61, out/ 2003.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste**. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, K. A Comida, a Família e a Construção do Gênero Feminino. In. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol.29, n.1, Rio de Janeiro, p. 103-130, 1986.

8. ANEXOS.

- Anexo 1: Esboço de calendário Cultural reunindo atividades tradicionais da zona rural do município de Leme, entre outros eventos, elaborado pelo Projeto Jequitibá, com o intuito de estimular o turismo rural (páginas 119 - 121).

- Anexo 2: Texto sobre a história de Carlos Baldin, um dos fundadores do Bairro Taquari colhido junto ao arquivo pessoal da família Baldin, responsável pela elaboração do texto (página 122).

- Anexo 3: Cópia de fotos antigas retratando famílias do bairro Taquari, integrantes da primeira turma de formandos da escola do Bairro Taquari e encontro de amigos do Bairro Taquari Ponte (páginas 123 - 125).

- Anexos 4: Cópias de algumas das declarações de Aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF – D. Nesses documentos encontramos informações relevantes que caracterizam a pequena propriedade na zona rural do município de Leme e a condição do pequeno produtor, como tamanho da propriedade, se reside ou não na propriedade, etc. Nota-se que entre os produtores avaliados, alguns não mais residem na própria propriedade mas são considerados produtores familiares segundo a análise do PRONAF, devido sua forte relação com o meio rural, e sua forma de produção (páginas 126 – 134)

- Anexo 5: Mapa de localização do município de Leme, dos bairros rurais Taquari, Taquari Ponte e Ibicatu e do trajeto realizado pelos canoieiros sobre o rio Mogi-Guaçu durante a Romaria Dos Canoieiros (página 135).



CRONOGRAMA DE EVENTOS NO RESGATE CULTURAL.

Manifestação cultural do Grupo de Catira, Folia de Reis, Música Regional, Feira Agro-artesanal e Gastronômica das comunidades rurais (Cascata, Itupeva, Ribeirão do Meio, Rio Capetinga, Paraíso, Saúde, Santa Julieta, Souza Queiroz, Taquari Bairro e Taquari Ponte, Sapezal, Ibicatu, Caju, circuito rural pertencente à Média Região Mogiana).

Trata-se de uma manifestação popular de caráter cultural, envolvendo as comunidades rurais e pequenos agricultores que vivem da agricultura familiar e de subsistência.

Nas apresentações de resgate cultural como a Catira, Folia de Reis e Música Regional estão envolvidos aproximadamente 150 pessoas, não apresenta apenas uma demonstração coreográfica de dança típica local ou regional. É também uma forma expressiva de tornar público seus anseios, dificuldades e a sua história contada de geração em geração. A sua história retrata um povo que vive basicamente da agricultura de subsistência e tão pouco valorizado pela população urbana.

Essa tradição cultural pode continuar se manifestando se houver uma valorização da sociedade civil, de órgãos públicos e outras entidades.

A sua realização depende de alimentação, transporte e apoio na confecção dos uniformes, instrumentos musicais e adereços.

Projeto Jequitibá

Rua Joaquim Mourão, 18 Centro Leme/SP

19 3554-6973 contato@projetojequitiba.com.br



- Março: Feira Agro-artesanal e Manifestação Cultural dos Grupos de Catira, Folia de Reis e Música Regional.

Local: Taquari Ponte e/ou Cascata região de confluência junto ao Rio Mogi Guaçu distante da área urbana 20km envolvendo aproximadamente 05 núcleos rurais

Característica: Ato religioso em Louvor ao Padroeiro São José com a Romaria dos Canoeiros no Bairro Cascata.

- Abril/maio: Feira Agro-artesanal e Manifestação Cultural dos Grupos de Catira, Folia de Reis e Música Regional.

Local: Santa Cruz da Conceição

Característica: Aniversário da Cidade - 10 dias de eventos com media estimada de cinco mil pessoas/dia.

- Maio: Festa das Capelas Rurais

Local: Taquari Ponte

Característica: Manifestação religiosa que reúne mais de cinco mil pessoas, é a tradicional festa do sítio com comidas típicas preparadas pela comunidade com objetivo de louvar os santos padroeiros de cada distrito rural. Durante a realização do evento costuma-se apresentar os violeiros com suas cantigas de rodas e estórias do folclore brasileiro.

- Maio/Junho: Semana Mundial do Meio Ambiente

Local: Margens do Rio Mogi-Guaçu.

Característica: Passeio ecológico, plantio de árvores nativas principalmente na recuperação das matas ciliares e galerias (são vegetações mais próximas de nascentes). Essa atividade acontece com a participação das escolas rurais, aula de Educação Ambiental, conscientização ecológica aos adultos.

- Junho: Festas Juninas

Local: Núcleos rurais das comunidades – Santa Cruz da Conceição, Taquari Ponte, Cascata, Sapezal.

Característica: – Acontece nos salões paroquiais e em algumas áreas descampadas, dentro de pequenas propriedades rurais com o objetivo de louvar os santos do mês, além de apresentar os pratos típicos como: cuscuzeiro, paçoca salgada, canjica, pé-de-moleque, pipoca

- Agosto: Noite na Roça

Local: Núcleos rurais Cascata/Taquari Ponte

Característica: Encontro entre os trabalhadores rurais onde são apresentados os pães artesanais, culinárias típicas e apresentação de música regional.

- Outubro: Festa da Padroeira do Bairro do Taquari Ponte N.Sª Aparecida 2º domingo do mês.

Local: Taquari Ponte

Característica: Manifestação religiosa, gastronômica e cultural reúne cerca de 15.000 pessoas, trata-se de um evento onde os canoieiros fazem um percurso de 20km do distrito rural Ibicatu através do rio Taquari afluente do Mogi-Guaçu e há um barco especial com altar trazendo a imagem de N.Sª Aparecida e a sua chegada acontece às 12h00 no domingo no Bairro do Taquari Ponte com missa campal. Trata-se de um turismo religioso de calendário nacional e a comunidade local deseja qualificar sua manifestação no turismo receptivo, na formatação de seus produtos agro-artesanais.

- Dezembro: Feira Agro-artesanal de todas as comunidades rurais da Região Media Mogiana.

Local: Santa Cruz da Conceição

Característica: Ato religioso com a participação dos artesãos e artesãs, música e dança regional

Projeto Jequitibá

Rua Joaquim Mourão, 18 Centro Leme/SP

19 3554-6973 contato@projetojequitiba.com.br

Carlos Baldin, nasceu em 18/06/1877, na cidade de Mestrino, Itália, faleceu em 30/05/1963, na cidade de Pirassununga, com 84 anos de idade. Era casado com Dona Olívia Antonio Pólo, deixou 22 filhos, muitos netos e bisnetos. Foi um ativo trabalhador, industrial e consciente da importância da educação na vida dos cidadãos. Com bravura e integridade soube lutar para construir seu juízo de valores.

Senhor Baldin foi proprietário da Fazenda Olho D' Água, situada a 15 km da cidade de Leme, localizada no Bairro Taquari, com uma área de 250 alqueires de terra roxa.

Embora, sem cultura de café, foi uma das mais importantes propriedades da zona rural de Leme.

Realizando milagre, sua fazenda foi um modelo digno de imitação, sendo por ele mesmo administrada.

Na agricultura, abrangeu famosas culturas para as necessidades do consumo interno e, plantações de cana e mandioca às indústrias que aqui funcionavam.

No setor industrial foi importantíssimo, compreendendo a fabricação de caninha, farinha de mandioca, apresentando produtos de qualidade superior e de grande consumo.

Finalmente a serraria, onde existia maquinário aperfeiçoado que realizava o benefício das madeiras de acordo com o desejo dos mais exigentes fregueses.

Pioneiro na luta contra o analfabetismo, cedeu parte de suas terras e construiu duas pequenas salas onde se ensinavam as primeiras letras às crianças do Bairro Taquari e Bairros próximos, convencendo os moradores da importância dos estudos e criando condições para que seus filhos freqüentassem a escola. Durante muito tempo sua residência serviu de pouso para as professoras que ministravam aulas na escola (retornavam para casa apenas nos finais de semana). Ex: D. Maria Luiza Rodrigues e Elvira Gomes Caetano.

Demonstrando seus belos sentimentos religiosos, o Sr. Baldin mandou construir a primeira capela, dedicada a São Sebastião e a São Caetano que na época era freqüentada pelos religiosos do bairro e de toda região.

Leme, 11 de julho de 2005.

Adriana R. Piccoli Francisco
Adriana R. Piccoli Francisco
RG 21.568.910
Tutora de Escola

Assumpta T.S. Mercadanti
Assumpta T.S. Mercadanti
RG 20 878 942-X

GAZETA LEMENSE

Sábado, dia 1º de julho de 2000

ESPAÇO PARA A SAUDADE



1924 – Comunidade do bairro Taquari participando de uma das suas festas tradicionais. Padre Julião Bartolomeu, no centro da foto, preside o acontecimento religioso.

Presença de inúmeras famílias tradicionais, integrantes daquela comunidade: Costa, Baldin, Vieira, Cunha, Piratelli, Sardinha e outras.

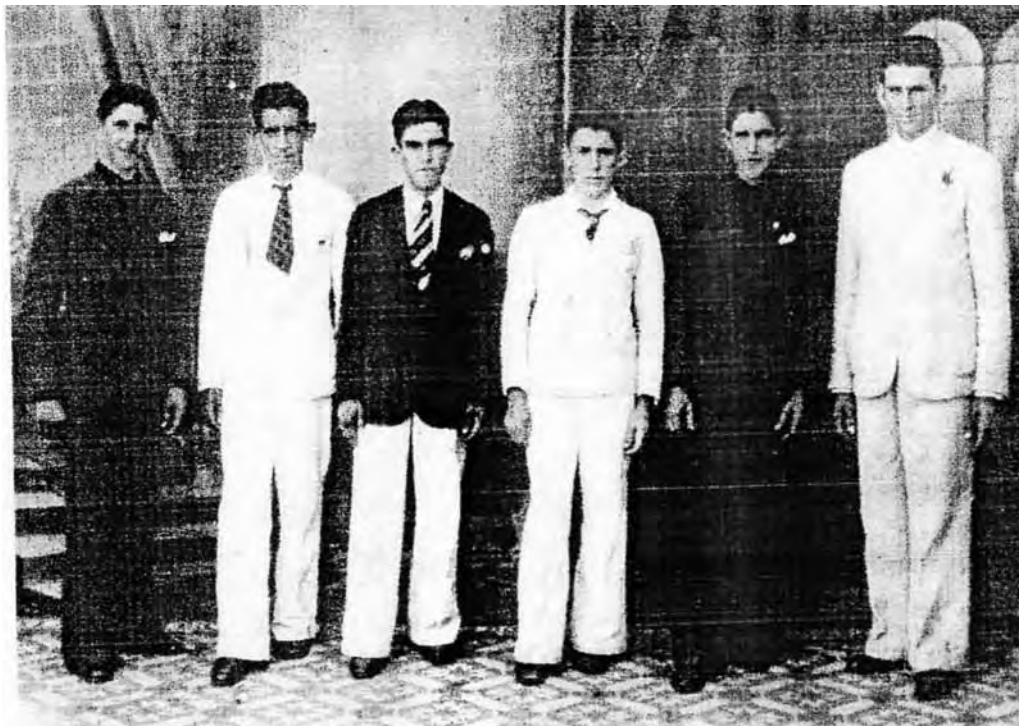


TURMA DE 1.931

Profª: Elvira Gomes

Alunos:

1. Azilio Baldin
2. Guilherme Rosário
3. Julio Baldin
4. Sebastião Pereira Goulart
5. Narciso Baldin
6. José Baldin
7. Benedito Baldin
8. Angelin da Cultra
9. Jorge Costa
10. Antonio Baldin
11. Antonio de Barros
12. João Correa
13. Alcino Piratelli
14. Ressler Baldin
15. Benedito Carlos Granche
16. Sebastião Baldin
17. Silvio Baldin
18. Nelson Baldin
19. Lurdes Aranha
20. Iolanda Gonzaga
21. Ana Lavezzo
22. Aurora Baldin
23. Maria Pereira Goulart
24. Florinda Costa
25. Labebe Pedro
26. Leonilda Marchal
27. Marica Pereira Goulart
28. Maria Piratelli
29. Cecília de Barros



Encontro dos amigos no Bairro Taquari Ponte em 1946.

Da esquerda para direita: José Baldin, Alcindo Thomaz, Felipe Aranha de Albuquerque, Julio Baldin e Luiz Leandro Baldin.



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL
AV BRASIL Nº 2340 – CAMPINAS – SÃO PAULO

DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF – D.

Declaramos que o produtor Ernesto Simões
residente na localidade de Bairro da República, município de
Leme Estado de São Paulo, atende
aos quesitos estabelecidos para enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF-D, Instituído pelo Conselho Monetário Nacional, no âmbito do Crédito Rural:

a) na condição de proprietário () , posseiro (), arrendatário (), parceiro (), meeiro () concessionário da reforma agrária (), pescador artesanal (), aqüicultor (), extrativista de produtos vegetais (), possui ou explora área de 9,6 hectares;

b) a referida área é inferior ou igual a 4 (quatro) módulos fiscais correspondente a 72,0 ha, quantificados na legislação vigente;

c) trabalha com a mão de obra familiar e mantém em caráter complementar --- empregado(s) permanente (s) e eventualmente conta com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade que desenvolve exige;

d) 80% (oitenta por cento) ou mais de sua renda bruta anual é proveniente da exploração agropecuária () extrativa vegetal (), aqüicultura (), pesca artesanal (), turismo rural (), artesanato ().

e) reside na propriedade () , no aglomerado rural () de ---, no aglomerado urbano () de -----;

f) possui renda familiar bruta anual acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

g) para as atividades de avicultura, olericultura, aqüicultura, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, ovinocultura, sericicultura e suinocultura, considera-se a renda bruta anual de até R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais);

h) o crédito será empregado em atividade produtiva destinada a promover o aumento da produtividade e renda da família.

A presente declaração será apresentada ao Banco do Brasil S/A Agência de Leme e tem validade por (12) doze meses a partir desta data.

ESTE DOCUMENTO É GRATUÍTO E TEM FÉ PÚBLICA.

Leme/SP, 24 de setembro de 2007

Bonafina

Técnico Credenciado – CATI
Eng^a Agr^a Veronza Cristina Bonafina R. Ruas
CREA 5991-D/PR
Chefe da Casa da Agricultura de Leme

Ernesto Simões

As informações por mim acima declaradas são a expressão da verdade e pelas quais me responsabilizo.



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL
AV. BRASIL Nº 2340 – CAMPINAS – SÃO PAULO

DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF – D.

Declaramos que o produtor Vitório Clóvis Sabadin
residente na localidade de Bairro da República, município de
Leme Estado de São Paulo, atende
aos quesitos estabelecidos para enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF-D, Instituído pelo Conselho Monetário Nacional, no âmbito do Crédito Rural:

a) na condição de proprietário () posseiro (), arrendatário (), parceiro (), meeiro () concessionário da reforma agrária (), pescador artesanal (), aqüicultor (), extrativista de produtos vegetais (), possui ou explora área de 10,8 hectares;

b) a referida área é inferior ou igual a 4 (quatro) módulos fiscais correspondente a 72,0 ha, quantificados na legislação vigente;

c) trabalha com a mão de obra familiar e mantém em caráter complementar --- empregado(s) permanente (s) e eventualmente conta com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade que desenvolve exige;

d) 80% (oitenta por cento) ou mais de sua renda bruta anual é proveniente da exploração agropecuária () extrativa vegetal (), aqüicultura (), pesca artesanal (), turismo rural (), artesanato ();

e) reside na propriedade (), no aglomerado rural () de _____, no aglomerado urbano () de _____;

f) possui renda familiar bruta anual acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

g) para as atividades de avicultura, olericultura, aqüicultura, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, ovinocultura, sericultura e suinocultura, considera-se a renda bruta anual de até R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais);

h) o crédito será empregado em atividade produtiva destinada a promover o aumento da produtividade e renda da família.

A presente declaração será apresentada ao Banco do Brasil / S/A Agência de Leme e tem validade por (12) doze meses a partir desta data.

ESTE DOCUMENTO É GRATUITO E TEM FÉ PÚBLICA.

Leme, 25 de setembro de 2002

Osório de Freitas
Eng. Agr. Técnico Credenciado - CATF
CREA 5991 D/PR
Chefe da Casa da Agricultura de Leme

Vitório Clóvis Sabadin

As informações por mim acima declaradas são a expressão da verdade e pelas quais me responsabilizo.



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL
AV. BRASIL Nº 2340 – CAMPINAS – SÃO PAULO

DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF – D.

Declaramos que o produtor Marcia Pultz Habermann
residente na localidade de Bairro Ribeirão do Meio, município de
Leme Estado de São Paulo, atende

aos quesitos estabelecidos para enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF-D, Instituído pelo Conselho Monetário Nacional, no âmbito do Crédito Rural:

a) na condição de proprietário (), posseiro (), arrendatário (), parceiro (), meeiro () concessionário da reforma agrária (), pescador artesanal (), aqüicultor (), extrativista de produtos vegetais (), possui ou explora área de 12,1 hectares;

b) a referida área é inferior ou igual a 4 (quatro) módulos fiscais correspondente a 72,0 ha, quantificados na legislação vigente;

c) trabalha com a mão de obra familiar e mantém em caráter complementar -- empregado(s) permanente (s) e eventualmente conta com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade que desenvolve exige;

d) 80% (oitenta por cento) ou mais de sua renda bruta anual é proveniente da exploração agropecuária () extrativa vegetal (), aqüicultura (), pesca artesanal (), turismo rural (), artesanato ().

e) reside na propriedade (), no aglomerado rural () de ----, no aglomerado urbano () de -----;

f) possui renda familiar bruta anual acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

g) para as atividades de avicultura, olericultura, aqüicultura, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, ovinocultura, sericultura e suinocultura, considera-se a renda bruta anual de até R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais);

h) o crédito será empregado em atividade produtiva destinada a promover o aumento da produtividade e renda da família.

A presente declaração será apresentada ao Banco do Brasil S/A Agência de Leme/SP e tem validade por (12) doze meses a partir desta data.

ESTE DOCUMENTO É GRATUÍTO E TEM FÉ PÚBLICA.

Leme, 01 de outubro de 2002



Técnico Credenciado – CATI
Eng. Agr. Dorca Cristina Bonafé G. Ruas
CREA 5991 D/PR
Chefe da Casa da Agricultura de Leme

Marcia Pultz Habermann

As informações por mim acima declaradas são a expressão da verdade e pelas quais me responsabilizo.



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL
AV. BRASIL Nº 2340 – CAMPINAS – SÃO PAULO

DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF – D.

Declaramos que o produtor Vanderlei José Conti
residente na localidade de Bairro da República, município de
Leme Estado de São Paulo, atende
aos quesitos estabelecidos para enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF-D, Instituído pelo Conselho Monetário Nacional, no âmbito do Crédito Rural:

a) na condição de proprietário (), posseiro () arrendatário (), parceiro (), meeiro () concessionário da reforma agrária (), pescador artesanal (), aqüicultor (), extrativista de produtos vegetais (), possui ou explora área de 13,2 hectares;

b) a referida área é inferior ou igual a 4 (quatro) módulos fiscais correspondente a 40 ha, quantificados na legislação vigente;

c) trabalha com a mão de obra familiar e mantém em caráter complementar -- empregado(s) permanente (s) e eventualmente conta com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade que desenvolve exige;

d) 80% (oitenta por cento) ou mais de sua renda bruta anual é proveniente da exploração agropecuária () extrativa vegetal (), aqüicultura (), pesca artesanal (), turismo rural (), artesanato ().

e) reside na propriedade () no aglomerado rural () de --, no aglomerado urbano () de --;

f) possui renda familiar bruta anual acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

g) para as atividades de avicultura, olericultura, aqüicultura, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, ovinocultura, sericicultura e suinocultura, considera-se a renda bruta anual de até R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais);

h) o crédito será empregado em atividade produtiva destinada a promover o aumento da produtividade e renda da família.

A presente declaração será apresentada ao Banco do Brasil S/A Agência de Leme e tem validade por (12) doze meses a partir desta data.

ESTE DOCUMENTO É GRATUITO E TEM FÉ PÚBLICA.

Leme, 18 de outubro de 2002

[Assinatura]
Técnico Credenciado - CATJ
CREA 5991 D/PR
Chefe da Casa da Agricultura de Leme

Vanderlei José Conti

As informações por mim acima declaradas são a expressão da verdade e pelas quais me responsabilizo.



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL
 AV BRASIL Nº 2340 – CAMPINAS – SÃO PAULO

DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF – D.

Declaramos que o produtor ERMELINDA HABERMANN
 residente na localidade de Bairro Ribeirão do Meio, município de
Leme Estado de São Paulo, atende

aos quesitos estabelecidos para enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF-D, Instituído pelo Conselho Monetário Nacional, no âmbito do Crédito Rural:

a) na condição de proprietário (X), posseiro (), arrendatário (), parceiro (), meeiro () concessionário da reforma agrária (), pescador artesanal (), aqüicultor (), extrativista de produtos vegetais (), possui ou explora área de 9,2 hectares;

b) a referida área é inferior ou igual a 4 (quatro) módulos fiscais correspondente a 172 ha, quantificados na legislação vigente;

c) trabalha com a mão de obra familiar e mantém em caráter complementar -- empregado(s) permanente (s) e eventualmente conta com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade que desenvolve exige;

d) 80% (oitenta por cento) ou mais de sua renda bruta anual é proveniente da exploração agropecuária(X) extrativa vegetal(), aqüicultura(), pesca artesanal(), turismo rural(), artesanato ().

e) reside na propriedade (XX), no aglomerado rural-() de _____, no aglomerado urbano () de _____;

f) possui renda familiar bruta anual acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

g) para as atividades de avicultura, olericultura, aqüicultura, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, ovinocultura, sericicultura e suinocultura, considera-se a renda bruta anual de até R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais);

h) o crédito será empregado em atividade produtiva destinada a promover o aumento da produtividade e renda da família.

A presente declaração será apresentada ao Banco do Brasil S/A Agência de Leme/SP e tem validade por (12) doze meses a partir desta data.

ESTE DOCUMENTO É GRATUITO E TEM FÉ PÚBLICA.

Leme, 28 de agosto de 2002

Ermelinda Habermann
 Ermelinda Habermann

As informações por mim acima declaradas são a expressão da verdade e pelas quais me responsabilizo.

Benedito Soares
 Engº Agrº Técnico Credenciado – CAT 12
 CREA 5991 D/PR
 Chefe da Casa da Agricultura de Leme



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL
 AV. BRASIL Nº 2340 – CAMPINAS – SÃO PAULO

DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF – D.

Declaramos que o produtor Paulo Simões
 residente na localidade de Bairro da República, município de
Leme Estado de SÃO PAULO, atende
 aos quesitos estabelecidos para enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
 Familiar – PRONAF-D, Instituído pelo Conselho Monetário Nacional, no âmbito do Crédito Rural:

a) na condição de proprietário (), posseiro (), arrendatário (), parceiro (), meeiro () concessionário da
 reforma agrária (), pescador artesanal (), aqüicultor (), extrativista de produtos vegetais (), possui ou
 explora área de 8,45 hectares;

b) a referida área é inferior ou igual a 4 (quatro) módulos fiscais correspondente a 72 ha,
 quantificados na legislação vigente;

c) trabalha com a mão de obra familiar e mantém em caráter complementar -- empregado(s)
 permanente (s) e eventualmente conta com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade que
 desenvolve exige;

d) 80% (oitenta por cento) ou mais de sua renda bruta anual é proveniente da exploração agropecuária ()
 extrativa vegetal (), aqüicultura (), pesca artesanal (), turismo rural (), artesanato ().

e) reside na propriedade (), no aglomerado rural () de --, no aglomerado
 urbano () de --;

f) possui renda familiar bruta anual acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

g) para as atividades de avicultura, olericultura, aqüicultura, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura,
 ovinocultura, sericicultura e suinocultura, considera-se a renda bruta anual de até R\$ 55.000,00 (cinquenta e
 cinco mil reais);

h) o crédito será empregado em atividade produtiva destinada a promover o aumento da produtividade e renda
 da família.

A presente declaração será apresentada ao Banco do BRASIL S/A Agência
 de Leme/SP e tem validade por (12) doze meses a partir desta data.

ESTE DOCUMENTO É GRATUITO E TEM FÉ PÚBLICA.

Leme, 09 de agosto de 2002

Paulo Simões

As informações por mim acima declaradas são a expressão da verdade e pelas quais me responsabilizo.

Paulo Simões
 Técnico Credenciado – CATI



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL
AV BRASIL Nº 2340 – CAMPINAS – SÃO PAULO

DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF – D.

Declaramos que o produtor João Hantoon
residente na localidade de Bairro Barra Funda, município de
Leme Estado de SP, atende
aos quesitos estabelecidos para enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF-D, Instituído pelo Conselho Monetário Nacional, no âmbito do Crédito Rural:

a) na condição de proprietário , posseiro (), arrendatário (), parceiro (), meeiro () concessionário da reforma agrária (), pescador artesanal (), aqüicultor (), extrativista de produtos vegetais (), possui ou explora área de 15,2 hectares;

b) a referida área é inferior ou igual a 4 (quatro) módulos fiscais correspondente a 72,0 ha, quantificados na legislação vigente;

c) trabalha com a mão de obra familiar e mantém em caráter complementar ---- empregado(s) permanente (s) e eventualmente conta com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade que desenvolve exige;

d) 80% (oitenta por cento) ou mais de sua renda bruta anual é proveniente da exploração agropecuária extrativa vegetal (), aqüicultura (), pesca artesanal (), turismo rural (), artesanato ();

e) reside na propriedade (), no aglomerado rural () de _____, no aglomerado urbano de Leme;

f) possui renda familiar bruta anual acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

g) para as atividades de avicultura, olericultura, aqüicultura, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, ovinocultura, sericicultura e suinocultura, considera-se a renda bruta anual de até R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais);

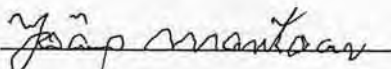
h) o crédito será empregado em atividade produtiva destinada a promover o aumento da produtividade e renda da família.

A presente declaração será apresentada ao Banco do Brasil S/A Agência de Leme/SP e tem validade por (12) doze meses a partir desta data.

ESTE DOCUMENTO É GRATUITO E TEM FÉ PÚBLICA.

Leme, 19 de setembro de 2002


Eng^a Agr^a Cássia Cristina Bonafé de Buss
Técnica Credenciado – CATI
CREA 091/07-PR
Chefe da Casa de Agricultura de Leme



As informações por mim acima declaradas são a expressão da verdade e pelas quais me responsabilizo.



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL
AV. BRASIL Nº 2340 – CAMPINAS – SÃO PAULO

DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF – D.

Declaramos que o produtor Cecília Dametto Scavazza
residente na localidade de Jardim Amália, município de
Leme Estado de São Paulo, atende
aos quesitos estabelecidos para enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF-D, Instituído pelo Conselho Monetário Nacional, no âmbito do Crédito Rural:

a) na condição de proprietário , posseiro (), arrendatário (), parceiro (), meeiro () concessionário da reforma agrária (), pescador artesanal (), aqüicultor (), extrativista de produtos vegetais (), possui ou explora área de 14,5 hectares;

b) a referida área é inferior ou igual a 4 (quatro) módulos fiscais correspondente a 72,0 ha, quantificados na legislação vigente;

c) trabalha com a mão de obra familiar e mantém em caráter complementar --- empregado(s) permanente (s) e eventualmente conta com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade que desenvolve exige;

d) 80% (oitenta por cento) ou mais de sua renda bruta anual é proveniente da exploração agropecuária extrativa vegetal (), aqüicultura (), pesca artesanal (), turismo rural (), artesanato ().

e) reside na propriedade (), no aglomerado rural () de _____, no aglomerado urbano de Leme;

f) possui renda familiar bruta anual acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

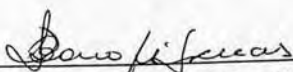
g) para as atividades de avicultura, olericultura, aqüicultura, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, ovinocultura, sericicultura e suinocultura, considera-se a renda bruta anual de até R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais);

h) o crédito será empregado em atividade produtiva destinada a promover o aumento da produtividade e renda da família.

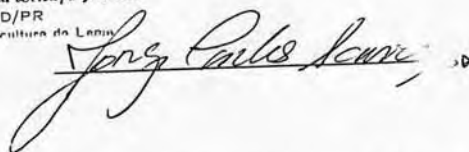
A presente declaração será apresentada ao Banco do Brasil / S/A Agência de Leme/SP e tem validade por (12) doze meses a partir desta data.

ESTE DOCUMENTO É GRATUITO E TEM FÉ PÚBLICA.

Leme, 27 de setembro de 2002



Técnico Credenciado – CATI
Eng^a Agr^a Cristina Benafé G. Ruas
CREA 5991 D/PR
Chafa da Casa de Agricultura do Leme



As informações por mim acima declaradas são a expressão da verdade e pelas quais me responsabilizo.



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL
AV. BRASIL Nº 2340 – CAMPINAS – SÃO PAULO

DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF – D.

Declaramos que o produtor Ailton Simões
residente na localidade de Vila Joaze, município de
Leme Estado de São Paulo, atende
aos quesitos estabelecidos para enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF-D, Instituído pelo Conselho Monetário Nacional, no âmbito do Crédito Rural:

a) na condição de proprietário (), posseiro (), arrendatário (), parceiro (X), meeiro () concessionário da reforma agrária (), pescador artesanal (), aqüicultor (), extrativista de produtos vegetais (), possui ou explora área de 12,0 hectares;

b) a referida área é inferior ou igual a 4 (quatro) módulos fiscais correspondente a 72,0 ha, quantificados na legislação vigente;

c) trabalha com a mão de obra familiar e mantém em caráter complementar --- empregado(s) permanente (s) e eventualmente conta com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade que desenvolve exige;

d) 80% (oitenta por cento) ou mais de sua renda bruta anual é proveniente da exploração agropecuária (X)X extrativa vegetal (), aqüicultura (), pesca artesanal (), turismo rural (), artesanato ().

e) reside na propriedade (), no aglomerado rural () de ----, no aglomerado urbano (X) de Leme;

f) possui renda familiar bruta anual acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

g) para as atividades de avicultura, olericultura, aqüicultura, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, ovinocultura, sericicultura e suinocultura, considera-se a renda bruta anual de até R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais);

h) o crédito será empregado em atividade produtiva destinada a promover o aumento da produtividade e renda da família.

A presente declaração será apresentada ao Banco do Brasil S/A Agência de Leme e tem validade por (12) doze meses a partir desta data.

ESTE DOCUMENTO É GRATUITO E TEM FÉ PÚBLICA.

Leme, 01 de outubro de 2002

Dono da firma
Técnico Credenciado – CATI
Eng. Agr. Veraza Cristina Bonafé Q. Ruas
CREA 5991 D/PR
Chefe da Casa da Agricultura de Leme

Culturas

As informações por mim acima declaradas são a expressão da verdade e pelas quais me responsabilizo.

